

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
NÍVEL MESTRADO**

LYON ALVES

**RESPONSABILIDADE MORAL EM STRAWSON:
*Atitudes reativas e moralidade social***

**São Leopoldo
2023**

LYON ALVES

**RESPONSABILIDADE MORAL EM STRAWSON:
Atitudes reativas e moralidade social**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Em Filosofia, pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. Denis Coitinho Silveira

São Leopoldo

2023

A474r Alves, Lyon.
Responsabilidade moral em Strawson : atitudes reativas e moralidade social / Lyon Alves. – 2023.
95 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2023.
“Orientador: Prof. Dr. Denis Coitinho Silveira.”

1. Responsabilidade moral. 2. Moralidade. 3. Atitudes reativas. 4. Tríplice departamental. I. Título.

CDU 1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

LYON ALVES

RESPONSABILIDADE MORAL EM STRAWSON:

Atitudes reativas e moralidade social

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia, pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovado em 22 de agosto de 2023

BANCA EXAMINADORA

Dr. Denis Coitinho Silveira (orientador) – Universidade do vale do Rio dos Sinos
(UNISINOS)

Dr. Marco Antonio Oliveira de Azevedo - Universidade do vale do Rio dos Sinos
(UNISINOS)

Dr. Rogério Antonio Picoli - Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Para minha esposa, Tamara. E para minha filha,
Tainá.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus amigos e familiares, pois vocês me auxiliaram em mais um passo dado. Agradeço especialmente à minha esposa por toda a atenção e paciência. Deixo aqui meus profundos agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Denis Coitinho Silveira, pelo incentivo e contribuição intelectual. Incluo também os demais professores com quem tive o prazer de discutir pontos importantes na minha pesquisa.

RESUMO

P.F. Strawson (1919-2006), filósofo analítico e professor na cátedra Waynflote de Filosofia Metafísica em Oxford, tornou-se muito influente nas discussões sobre a responsabilidade moral, especialmente por causa de seu famoso artigo *Liberdade e ressentimento*, no qual ele dialoga com duas posições, a saber, os pessimistas e otimistas (grosso modo, incompatibilistas e compatibilistas), que diferem em relação à validade das práticas de castigo, condenação e aprovação moral, a partir da centralidade da tese determinista. Portanto, assim como proposto pelos dois partidos, os termos da discussão centralizam-se na responsabilidade, liberdade e determinismo. No entanto, Strawson quer analisar a questão em um outro terreno, que ele denomina como o “campo das relações não distanciadas”. Ele, a partir desse campo comum das relações, argumenta que o problema está na possibilidade de se conhecer algo como uma tese geral do determinismo. Para expor o que defende ser um problema mal compreendido em seu contexto analítico, Strawson escreveu dois artigos: ***Liberdade e ressentimento*** (1960) e ***Moralidade social e ideal individual*** (1961). Neles o filósofo londrino expõe tudo o que tem a dizer sobre o tema da moralidade. A presente dissertação tem como objetivo explicitar a ligação entre ambos os artigos de Strawson à luz de sua concepção filosófica, permitindo, assim, a correta abordagem sobre o que ele defende ser o campo das relações não distanciadas, e qual é a lacuna que ele identifica em ambos os partidos. O método de pesquisa será por meio de análise bibliográfica das seguintes obras: *Liberdade e ressentimento*, *Moralidade social e ideal individual*, *Análise e Metafísica: uma introdução à filosofia* e *Ceticismo e naturalismo: algumas variedades*. As análises permitem afirmar que Strawson está interessado em fixar um problema subjacente à relação humana, e isso é o resultado de sua posição filosófica, que tem por efeito a reconsideração (reinterpretação) dos problemas históricos da filosofia. Portanto, ambos os artigos são partes de um único movimento, que é considerar a responsabilidade moral como uma complexa relação triádica (epistemologia, ontologia e lógica). Em síntese, pode-se indicar que a tese das atitudes reativas insere uma reinterpretação metafísica à questão da responsabilidade, e que o autor se utiliza de dois termos, a saber, atitude e reação, com o objetivo de explorar a pressuposição conceitual inadequada que pessimistas e otimistas imprimem à discussão sobre a moralidade.

Palavras-chave: responsabilidade moral; moralidade; atitudes reativas; tríade departamental.

ABSTRACT

P.F. Strawson (1919-2006), an analytic philosopher and Waynflete Professor of Metaphysical Philosophy at Oxford, became very influential in discussions on moral responsibility, especially because of his famous article *Freedom and Resentment*, in which he dialogues with two positions, namely the pessimists and optimists (roughly speaking, incompatibilists and compatibilists), who differ on the validity of the practices of punishment, condemnation and moral approval, from the centrality of the determinist thesis. Therefore, as proposed by both parties, the terms of the discussion center on responsibility, freedom, and determinism. However, Strawson wants to analyze the question in another ground, which he calls the “field of non-distanced relations”. From this common field of relations, he argues that the problem lies in the possibility of knowing something as a general thesis of determinism. To expose what he argues to be a misunderstood problem within his analytic context, Strawson wrote two articles: *Freedom and Resentment* (1960) and *Social Morality and Individual Ideal* (1961). In them, the London philosopher exposes everything he has to say on the subject of morality. The present dissertation aims to elucidate the connection between both of Strawson's moral articles in light of his philosophical conception, thus enabling the correct approach to what he argues to be the domain of non-distanced relations and the gap he identifies in both positions. The research method will be through bibliographical analysis of the following works: *Freedom and Resentment*, *Social Morality and Individual Ideal*, *Analysis and Metaphysics: an introduction to philosophy* and *Skepticism and Naturalism: some varieties*. The analyses allow us to assert that Strawson is interested in addressing an underlying problem within human relationships, and this is the outcome of his philosophical stance, which results in the reconsideration (reinterpretation) of historical philosophical problems. Therefore, both articles are part of a single movement, which is to consider moral responsibility as a complex triadic relationship (epistemology, ontology, and logic). In summary, it can be indicated that the thesis of reactive attitudes inserts a metaphysical reinterpretation to the question of responsibility, and that the author uses two terms, namely attitude and reaction, in order to explore the inadequate conceptual assumption that pessimists and optimists impose on the discussion.

Keywords: moral responsibility; morality; reactive attitudes; departmental triad.

LISTA DE ABREVIACOES

LR	Liberdade e ressentimento
MS	Moralidade social e ideal individual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 LIBERDADE E RESSENTIMENTO	20
2.1 Pessimistas e otimistas uma leitura a partir de Nowell-Smith	21
2.2 A tese determinista	27
2.3 Atitudes Reativas e os sentimentos morais	30
2.3.1 Atitudes objetivas.....	32
2.4 Relações morais.....	36
3 VISÃO FILOSÓFICA DE STRAWSON.....	44
3.1 Trio departamental	45
3.2 Movimento relativizador, atitudes reativas e naturalismo	52
3.2.1. Problema ou resposta?	59
3.3 Moralidade social e ideal individual	63
3.4 Conectando o problema	68
4. OBJEÇÕES E REINTERPRETAÇÕES	72
4.1. David Pears e sua interpretação do problema.....	72
4.2 Resposta a Pears	77
4.3 Michael J. Zimmerman e sua leitura das atitudes reativas.....	81
4.4 Resposta a Michael J. Zimmerman.....	85
4.5 Uma reinterpretação	88
5 CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS.....	93

1 INTRODUÇÃO

O tema sobre o qual Strawson menos escreveu e ao qual ele deu menos atenção, a saber, a moral, acabou por tê-lo como um importante protagonista após a publicação de seu artigo no qual explorou as atitudes reativas e a responsabilidade moral. Deste autor temos o importante artigo *Moralidade social e ideal individual*¹ (daqui em diante MS) e o mais influente, lido e debatido, *Liberdade e ressentimento*² (daqui em diante LR). Escritos ao mesmo tempo, ambos os artigos são tudo o que Strawson tem a nos dizer diretamente sobre a moral;³ e, o mais importante, ambos se complementam. É com base em tais artigos que a nossa pesquisa se desenvolverá.

Mas quem é o nosso autor em questão? Qual seu contexto, seu principal campo de atuação e como se dá o desenvolvimento dos dois artigos sobre a moral? E principalmente, qual é o estado da questão sobre a responsabilidade moral em seu contexto? E qual é o estado atual da questão?

As duas primeiras perguntas podem ser explicitadas por um panorama histórico, já as duas últimas se sobrepõem, pois estamos tratando de um tema que tem evoluído a partir de correções, reinterpretações e ampliações conceituais – também históricas. Mas como introdução podemos – e devemos -, mesmo que de maneira simples, apresentar as duas últimas questões em um panorama geral.

O nosso autor base, Peter Frederick Strawson (1919-2006), foi um filósofo analítico e considerado um dos grandes filósofos da era de ouro de Oxford.⁴ Suas contribuições para a lógica, linguagem, metafísica e responsabilidade moral são de grande valor e centrais no debate com diversos autores de seu contexto e de grande impacto nos dias de hoje. Strawson teve como interlocutores diretos, com os quais travou profícuos debates, filósofos como Bertrand Russell, Willard van Orman Quine, Rudolf Carnap, David Pears, entre outros. Strawson, sob a indicação de Gilbert Ryle,

1 Título original: "Social Morality and Individual Ideal" (1961).

2 Título original: "Freedom and Resentment" (1960).

3 Tal afirmação é referente a sua própria exposição sobre o tema em sua autobiografia. Tanto nas suas declarações em entrevistas quanto em notas sobre o que escreveu, Strawson é claro e direto em declarar sua pouca atenção ao tema. Em uma delas ele afirma o seguinte: "*Entre si*, estes dois artigos incorporam efetivamente tudo o que pensei ou tenho para dizer numa área filosófica que, por muito importante que reconheça ser, nunca achei tão intelectualmente cativante como aquelas a que dei mais atenção" (STRAWSON, 1998, p. 11, tradução nossa, grifo nosso).

4 A "Era de Ouro de Oxford" é uma referência a um período de grande influência da filosofia analítica ocorrida em Oxford no século XX. Alguns dos filósofos mais notáveis deste período incluem J.L. Austin, Gilbert Ryle, Peter Hacker, Michael Dummett, John Searle e outros.

seu orientador, chegou em 1968 à cátedra Waynfilet de Filosofia Metafísica em Oxford, curso que ministrou até o ano de sua aposentadoria em 1987.

O seu período de formação no Reino Unido tinha como tema central a definição do papel da filosofia por meio da pergunta: “*o que é a filosofia?*”. Esse tema era visto de duas maneiras distintas, que gravitavam em torno de duas concepções centrais, as de Austin e de Wittgenstein, duas posições emergentes no período. Em Oxford as duas tendências também norteavam o método de pesquisa, no que Ryle se destacava em oposição teórica a Austin (TECHIO, 2019, p. 190).

Strawson, sob a orientação de Ryle, aproximou-se da filosofia wittgensteiniana e teve grande contato com suas obras e com cópias das aulas ministradas por ele em Cambridge, após 1929. A proximidade e derivação da visão de Wittgenstein é latente na obra strawsoniana. O próprio Strawson afirma em sua autobiografia que se há um objetivo filosófico que ele toma de alguém é exatamente o de Wittgenstein. No entanto, nenhum filósofo foi mais impactante para Strawson do que Kant, e foi a partir dele que o filósofo londrino desenvolveu sua reabilitação da metafísica como disciplina filosófica.

É neste amplo campo, de desenvolvimento alinhado com o nominalismo e de oposição à metafísica revisionista, que Strawson desenvolveu seu pensamento e visão conciliadora; e principalmente, de que a filosofia, segundo ele, é, metodologicamente, análise gramatical (STRAWSON, 2002, p. 22).

Tendo em mente que, em tal contexto, a tradição analítica se encontrava sob questões de ordem epistêmica, principalmente em sua ênfase na tradição empirista e na discussão sobre as interações humanas, os principais problemas suscitados referentes à moral dizem respeito aos vínculos psicológicos e aos termos utilizados na linguagem moral ordinária. Tais problemas configuraram o debate na filosofia moral contemporânea.

Em termos gerais, podemos dizer que o ponto central na esfera da moralidade exposto por Strawson se dá sobre a condenação (*blaming*) e as justificações para as ações, o que envolve noções de motivação, voluntariedade, consciência, sorte, controle e previsão de atos. Os paradigmas em seu período corroboravam uma correlação entre responsabilidade e “tratamento”, “prevenção” e desenvolvimento histórico-social-pragmático com enfoque subjetivista a partir de uma teoria dos sentimentos (sentidos) que em maior ou menor grau resultavam em discussões e

posições sobre o compatibilismo e o incompatibilismo moral.⁵ Tais tópicos estão no arcabouço teórico analítico do século XX com diferentes abordagens e considerações; é a partir deles que Strawson toma por base crítica do seu *status quaestionis* a concepção de voluntariedade pela perspectiva compatibilista de Nowell-Smith.

O principal teórico que Strawson coloca criticamente em evidência em seu artigo é, como já mencionamos, Nowell-Smith, que em 1948 publicou um artigo intitulado *Freewill and moral responsibility*, e que, conforme cita Strawson, é uma pedra de toque para os compatibilistas quando o assunto é a culpabilidade. Em seu artigo, Nowell-Smith tenta oferecer uma resposta ao problema da liberdade e da culpabilidade. É essa resposta que o artigo LR problematiza; nele podemos destacar, logo no início, os temas do determinismo, do compatibilismo, da liberdade, do ceticismo e de nossa estrutura epistêmica. Esse é o pano de fundo quanto ao desenvolvimento da questão central nos dois artigos escritos por Strawson.

O artigo LR tem como objetivo explorar uma lacuna argumentativa presente nas teses compatibilista e incompatibilista. Nisso reside a importância dos artigos de Strawson, que é indicar essa lacuna e fixar, por meio da reinterpretção de autores como Aristóteles, Wittgenstein, Kant, Hume e outros, o que continua sendo um problema central para a responsabilidade moral até os dias atuais.

Com isso, chegamos ao estado atual da questão sobre a responsabilidade moral, estado este que nos remete a pesquisadores como Rik Peels (muito influenciado por Strawson, que dirige um programa de investigação intitulado: *Extreme Beliefs: The Epistemology and Ethics of Fundamentalism*), Peter Hacker (famoso por sua interpretação sobre Wittgenstein, mas que também se apoia na abordagem conceitual de Strawson, principalmente sobre as estruturas conceituais subjacentes à ação humana), Paul Russel, Michael J. Zimmerman, Pamela Hieronymi, entre outros. As diferentes abordagens e ênfases no campo da responsabilidade moral, em menor ou maior grau, possuem no seu interior a correlação entre fatores e compromissos sentimentais-reativos, a nossa comunicação e o problema da culpabilidade; tais abordagens podem priorizar a *accountability*, *attributability*, *appraisability* e *answerability*,⁶ mas qualquer que seja o foco problemático este passa por Strawson.

5 A discussão entre ambos os grupos trata sobre a relação lógica entre liberdade (ou não) e determinismo da ação humana.

6 Para o nosso propósito basta a apresentação atual da discussão, no entanto, não fará parte do nosso escopo distinguir e discutir as posições e conceitualizações supracitadas.

Não que o filósofo londrino tenha revolucionado a discussão sobre a responsabilidade moral, mas ele competentemente fixou o problema por meio de uma reinterpretação metafísica.

Referente ao artigo LR, há uma grande discussão sobre as atitudes reativas (atitudes reativas pessoais, atitudes reativas gerais, atitudes objetivas e atitudes autorreativas), nas quais temos coisas como gratidão, ressentimento, perdão, indignação, constrangimento, obrigação, remorso, culpa, arrependimento, entre outros sentimentos; todas as atitudes variando em graus conforme o reconhecimento, interesse e pertencimento a uma dada relação. Também é conhecido e muito explorado o debate entre pessimistas e otimistas em relação ao determinismo mencionado por Strawson. No entanto, a maior parte dessas pesquisas e perspectivas não estão em português; e o nosso trabalho pretende contribuir com a ampliação da recepção da obra strawsoniana, servindo tanto como uma introdução ao autor quanto como ampliação do horizonte de problematização do próprio tema da responsabilidade moral.

Esse breve relato sobre os inúmeros tópicos que se encontram no sistema argumentativo strawsoniano nos auxilia a ter uma *imagem* do quão robusto, denso, e influente o artigo LR tem sido para a problematização do tema da responsabilidade moral. E é neste espaço que a presente dissertação pretende adentrar. O espaço das relações não distanciadas, da complexidade das relações humanas, das diversas imagens de formas ideais de vida que possuímos e que movimentam nossas relações.

Nosso objetivo geral é a descrição da obra strawsoniana sobre a moralidade, apresentando a correlação entre a tese da responsabilidade moral e a estrutura subjacente ao desenvolvimento e adoção das imagens ideias de vida. Queremos conectar seus dois artigos sobre a moralidade com o que ele defende ser a estrutura do nosso desenvolvimento linguístico e epistêmico. Essa estrutura pode ser descrita em termos gerais como uma posição metafísica que resulta em uma ideia filosófica que busca conciliar temas conflitantes. Fenomenologicamente, essa ideia é teorizada por meio de sua ideia triádica departamental. O nosso objetivo geral pode resultar na falsa ideia de que temos a intenção de tratar sobre a filosofia analítica, sobre o desenvolvimento lógico e seus importantes debates no contexto do próprio autor. De antemão destacamos que esse não é o nosso escopo, pois nosso tema central são as atitudes reativas e a responsabilidade moral. No entanto, cremos ser necessário versar sobre o que sustenta o pensamento moral strawsoniano, e isso exige um

contato com sua posição analítica e seus livros sobre o tema; a nossa incursão e citação de obras como *Indivíduos, Análise e metafísica, Ceticismo e Naturalismo*, bem como artigos e biografias, nos servirão e serão apresentados apenas como pano fundo, um quadro geral do qual sua posição moral emerge.

Nosso objetivo específico é defender a tese de que o autor tão somente apontou (fixou) um problema por meio de uma ideia analítica *útil* para considerar o que falta às teorizações morais. Assim sendo, Strawson não tem por objetivo - em ambos os artigos escritos sobre a moral - defender *como deve ser*, mas sim como se dão as relações humanas mais básicas em consonância com o que ele considera ser a estrutura mínima do nosso desenvolvimento epistêmico.

Strawson destaca que não apenas utilizamos adequadamente nosso dispositivo linguístico, mas que o empregamos de maneira assertiva, eficiente e racional (STRAWSON, 2002, p. 20). O filósofo londrino busca apontar que a filosofia analítica, através dessa abordagem, pode nos conduzir a uma perspectiva positiva na problematização metafísica dos nossos compromissos psicológicos e comunicativos, o que inclui a moralidade social e nosso ideal individual.

Com tal objetivo em mente, a nossa dissertação será majoritariamente ocupada pela simples tentativa de contextualizar os artigos morais de Strawson. Nosso propósito é evitar a principal tendência entre opositores e defensores da filosofia strawsoniana, que é saltar do problema à solução sem a correta fixação do núcleo triádico,⁷ ou seja, defender ou se opor ao artigo LR sem se dar conta da pergunta e da afirmação que Strawson propõe. Em síntese, queremos apontar que Strawson colocou um problema pertinente. Sua referência – ou possível defesa de um naturalismo de fatos – para atos psicológicos e estruturas mínimas que se expressam por meio de virtuosidades em graus, pode sim ser debatida, no entanto, é difícil simplesmente descartá-la.

A presente pesquisa é importante, pois defendemos que uma releitura do problema subjacente à nossa comunicação e sua eficiência, bem como o compartilhar das nossas imagens da realidade, analisando nossas narrativas, mitologia e conceitos biográficos como aspectos intrínsecos do desenvolvimento linguístico e de nossas compreensões valorativas, pode nos levar a uma abordagem positiva da questão. Por meio dessa abordagem, podemos enfrentar posições e pressuposições metafísicas

⁷ O núcleo triádico está presente na obra *Análise e metafísica*, é uma referência à relação entre ontologia, epistemologia e lógica.

que nos auxiliem a remontar, diagnosticar e reconstruir os problemas de nossas teorias sobre a responsabilidade moral, em meio a discussões que giram em torno da comunicação humana. Strawson nos colocou perante um problema importante e que parece ser, ainda hoje, pertinente para trabalharmos a responsabilidade moral. Assim, por mais que se apresentem críticas à sua defesa dos sentimentos morais, o elemento central de sua posição ainda permanece como um ponto amplo sobre o qual o debate parece sempre, de alguma forma, retornar. Centralizar o problema e colocá-lo perante algumas críticas e considerações será o foco de nossa pesquisa.

Nosso empreendimento metodológico será interconectar o tema da responsabilidade moral em LR à posição strawsoniana propriamente dita. Nossa análise teórica ater-se-á sobre distinção e clarificação conceitual a partir da obra de Strawson. Neste empreendimento, encontramos-nos perante uma perspectiva que é, até o presente momento, original e pouco explorada, a qual consiste em ler o artigo LR em conjunto com MS, e reconectá-los à posição filosófica do autor londrino.

A presente dissertação está dividida em três partes, nas quais seguiremos uma rota que se iniciará com a descrição do artigo LR, passando pela contextualização do artigo na densa obra filosófica strawsoniana e culminando na sua conexão ao artigo MS. Por fim, consideraremos duas críticas ao artigo LR e terminaremos com uma pequena contribuição, uma reinterpretação da obra moral de Strawson.

Na primeira parte, o capítulo 2, faremos uma descrição do famoso e central artigo LR. O artigo, que está dividido em seis partes, coloca-nos perante a discussão sobre as atitudes reativas e a tese geral do determinismo conforme à visão dos otimistas e pessimistas:

Alguns filósofos dizem que não sabem qual é a tese do determinismo. Outros dizem, ou dão a entender, que sabem qual é. Dentre estes, alguns - possivelmente os pessimistas - afirmam que se a tese é verdadeira, então os conceitos de obrigação e responsabilidade moral não tem realmente aplicação, e as práticas de punir e culpar, de expressar condenação e aprovação moral, são realmente injustificadas. Outros - possivelmente os otimistas - afirmam que esses conceitos e práticas não perdem de modo algum sua *raison d'être* se a tese do determinismo é verdadeira (STRAWSON, 2015a, p. 145, grifo do autor).

Enquanto o otimista vincula liberdade com causalidade, o que não coloca em xeque a teoria determinista, e que inclusive depende de uma visão positiva sobre o determinismo para se manter, Strawson busca apresentar um desarranjo epistêmico interno ao uso do conceito de liberdade, a ponto de o próprio autor chegar a citar que

não compreende o que viria a ser a tese determinista. Longe de traçar a discussão sobre a verdade ou não da tese geral do determinismo, o foco do autor é apontar que pessimistas e otimistas trabalham com pressuposições conceituais oriundas de bases insuficientes e/ou incoerentes epistemicamente. A partir da discussão sobre a liberdade das ações e o fenômeno sobre o qual uma investigação epistêmica se debruça, Strawson apresenta a moral e os atos de censura e perdão. Assim, a responsabilidade tem como fonte nossos compromissos psicológicos e linguísticos, e se expressa por meio de reações e atitudes, que no espaço das relações humanas se efetivam como atitudes reativas. Portanto, reservamos ao primeiro momento uma simples descrição do artigo e da teoria implícita na discussão entre pessimistas e otimistas.

No capítulo 3, iremos reconectar o artigo *LR* à perspectiva filosófica strawsoniana. O interesse é destacar como críticas ou defesas ao autor podem falhar em não considerar o aporte existente em sua análise da estrutura conceitual humana, e que é preciso compreender em quais aspectos o filósofo londrino se distancia de uma visão que ele chama de “naturalismo reducionista”, e o que é o naturalismo liberal (vicário ou católico) que ele toma por base. Nesse capítulo, serão apresentados os pontos que sustentam o que o autor trabalha em seu famoso artigo, bem como sua tentativa de reconciliação entre teorias e posições conflitantes por meio de um movimento conciliador. Destacaremos a posição de Strawson de não comprometer-se com teses que possuem lacunas lógicas e epistêmicas no que concerne à descrição fenomenológica.

No quarto e último capítulo, abordaremos sucintamente duas críticas ao pensamento de Strawson sobre a responsabilidade moral, feitas por David Pears e Michael J. Zimmerman. Elas foram escolhidas, pois a crítica de Pears - que não é propriamente uma crítica negativa, mas sim uma ampliação da discussão que o Strawson trava com os deterministas - possui uma resposta do próprio Strawson, o que nos permite estender algumas ligações já existente nos capítulos 2 e 3; e porque a crítica de Zimmerman é a mais importante em termos lógicos, pois se refere à acusação de circularidade na teoria das atitudes reativas. A nossa contribuição final será apontar as razões pelas quais ambas as críticas falham em compreender o problema pensado por Strawson. Por fim, indicaremos uma via de possibilidade de recepção da obra strawsoniana, e também para a discussão sobre responsabilidade moral, a partir da reinterpretação dos problemas clássicos da filosofia.

2 LIBERDADE E RESENTIMENTO

Neste capítulo o foco será expor os pontos centrais (as premissas e conclusões) existentes no artigo LR. O enfoque será elucidar o que o próprio autor apresenta sobre as questões que circundam o problema da responsabilidade moral. Sendo assim, neste capítulo evitaremos comparações interpretativas que tentem defender um ou outro ponto de vista em discussões atuais. O objetivo, portanto, é reconstruir e reinterpretar o texto de Strawson por meio de sua própria perspectiva filosófica.

O artigo em questão está originalmente dividido em 6 partes, aqui os dividiremos em três. Na primeira parte, evidenciam-se as posições otimista e pessimista, nela dissertaremos sobre a referência a Nowell-Smith existente no próprio artigo com vista a uma melhor ampliação da discussão da obra de Strawson e, também, porque consideramos ser uma boa referência a ser problematizada para compreender a origem dos termos usados por Strawson.

Na segunda parte, seções 3 e 4 do artigo, temos o início do diálogo entre o discurso pessimista e aquilo que o próprio Strawson tem a dizer, quando ele indica que, no nível comunitário, as atitudes reativas, e principalmente o modo como tomamos atitudes objetivas, estão estritamente conectadas com a nossa demanda e exercício da boa vontade em relação a outrem. A partir da exposição das atitudes objetivas, Strawson prossegue para questão central: “que efeito teria, ou haveria de ter, a aceitação da verdade de uma tese geral do determinismo sobre essas atitudes reativas?” (STRAWSON, 2015a, p. 254).

A última parte, seções 5 e 6 do artigo, é a seção mais longa. Nela o autor centraliza-se sobre as atitudes reativas com maior profundidade, concentrando-se na resposta à pergunta supracitada, e para a qual ele sugere que ambas as posições, pessimista e otimista, estão a ver o problema de um modo distante, e que diante da disposição humana ao ressentimento ambos terão de rever suas concepções.

Partiremos, portanto, para o início daquilo que propomos.

2.1 Pessimistas e otimistas uma leitura a partir de Nowell-Smith

O ponto fulcral, no que diz respeito à responsabilidade moral em Strawson, assenta-se na famosa discussão sobre a verdade ou falsidade da tese determinista. É deste modo apresentada a discussão entre pessimistas e otimistas no artigo LR.

Pessimistas e otimistas se dividem em suas considerações frente a tese do determinismo e da liberdade. Para os primeiros, se a tese determinista é verdadeira o ato de punir é injustificável, pois o castigo justo pressupõe culpa moral e a culpa resulta em responsabilidade moral, e esta implica na necessidade da existência da liberdade, o que envolveria a falsidade do determinismo (STRAWSON, 2015a, p. 246-247). Já o otimista toma a liberdade no sentido negativo, admitindo que temos liberdade para ação, pois ele identifica a liberdade no núcleo da vontade para o ato ao mesmo tempo que existe um vínculo causal, “pois não se seguiria dessa tese que ninguém decida nada; que ninguém nunca faz nada intencionalmente” (STRAWSON, 2015a, p. 248). Podemos entender a discordância entre ambos os modelos como uma oposição entre incompatibilistas e compatibilistas (NUNES, 2015, p. 209), sendo pessimistas e otimistas pertencentes ao primeiro e segundo grupo, respectivamente.

Mas afinal, por qual razão Strawson utiliza os termos *pessimistas* e *otimistas* ao invés de trabalhar com *compatibilistas* e *incompatibilistas*?

O primeiro ponto que precisamos considerar frente a essa questão refere-se à continuidade de uma discussão para a qual temos, em LR, uma referência ao artigo de Nowell-Smith. Na segunda seção de seu artigo, Strawson nos fornece uma referência para a posição otimista, ou uma posição para a qual os otimistas podem recorrer para justificar a eficácia das atitudes de castigo. Diz o autor:

Permitam que eu me estenda muito brevemente sobre isso de forma preliminar. Alguns dos otimistas sobre o determinismo assinalam a eficácia das práticas de castigo, e da condenação e aprovação moral, na regulação do comportamento de formas socialmente desejáveis (STRAWSON, 2015a, p. 246).

Ao final da frase Strawson acrescenta uma nota que remete ao artigo de Nowell-Smith, intitulado *Freewill and Moral Responsibility*, o que nos parece indicar uma relação entre uma tese geral do determinismo e uma posição instrumentalista das práticas de punição que é defendida pelos otimistas. O que é peculiar é o uso do termo usado por Strawson, uma vez que Nowell-Smith também faz uma distinção

entre dois grupos distintos em relação à voluntariedade da ação, a saber, entre positivistas e intuicionistas. Precisamos, portanto, recuar um pouco, pois é de extrema importância para o *status quaestionis* ter em mente o desenvolvimento teórico utilizado por Strawson ao indicar a referência teórica que um grupo, os otimistas, recorrem para a justificação das práticas de punição. Para tal, discorreremos brevemente sobre o artigo de Nowell-Smith, a fim de que a origem dos termos *pessimistas* e *otimistas*, utilizados por Strawson, sejam corretamente compreendidos.

No artigo *Freewill and Moral Responsibility*, Nowell-Smith inicia apontando para o fato de que a liberdade como tema de pesquisa já havia sido superada, mas que as respostas a tal tese ainda deixavam inúmeros problemas em aberto:

O problema tradicional do livre arbítrio tem sido tão adequadamente coberto na literatura filosófica recente que é necessário oferecer alguma desculpa para o reabrir, e faço-o porque, apesar de acreditar que o problema tradicional foi resolvido, acredito também que a solução deixa em aberto alguns outros problemas que são interessantes e importantes (NOWELL-SMITH, 1948, p. 45, tradução nossa).

O problema surge na posição incompatibilista, libertista, em relação à universalidade das leis causais e as respostas consideradas para a justificativa para tomar alguém como moralmente responsável. Quando se considera alguém como responsável por um ato, diria o libertista, segundo Nowell-Smith, há uma pressuposição de que o indivíduo poderia ter agido de modo diferente, e essa possibilidade não poderia ser determinada, pois estamos certos de que a liberdade está implícita em nossas decisões. Mas caso tal liberdade seja uma ilusão resultar-se-á que as práticas de punição, bem como as ações em si, não passam de uma causalidade nas teias do destino. Assim, a generalidade da causalidade carece de melhores definições (NOWELL-SMITH, 1948, p. 45).

Para responder a problemática levanta pela posição incompatibilista o autor segue por uma teorização dos termos “liberdade” e “necessidade” por meio da análise do conceito, e para os quais o filósofo quer evidenciar o passo em falso da posição libertista e mostrar que não há incompatibilidade entre liberdade e necessidade causal.⁸

⁸ We can either assume that the incompatibility is a genuine one at a certain level of thought and try to resolve it at a higher plane in which either or both the terms 'freedom' and 'necessity' lose their ordinary meaning or we can try to show by an analysis of these terms that no such incompatibility exists. If the latter method is successful, it will show that what is essential in our concept of freedom does in our concept of causal necessity and that the incompatibility arises only because, at some stage

A concepção de liberdade que o autor defende busca evitar qualquer tipo de intuicionismo⁹ ou concepção metafísica. O seu conceito de liberdade não se distancia da esfera empírica, em que podemos definir os princípios de causalidade. Assim, sua análise conceitual implica na seguinte posição:

A liberdade, longe de ser incompatível com a causalidade, implica-a. Quando estou consciente de ser livre, não estou diretamente consciente de que as minhas ações não são causadas, porque a ausência de causalidade não é algo de que se possa estar diretamente consciente (NOWELL-SMITH, 1948, p. 46, tradução nossa).

Dizer que a liberdade implica uma causalidade é o mesmo que dizer que nenhuma ação pode ser tomada se não existirem leis que as conectem na realidade, pois é somente por existirem leis físicas que podemos decidir entre possibilidades de uma ação. Assim, ao se referir às ações de um agente, se está também considerando suas causas implícitas. Por exemplo, quando alguém corre após ouvir outrem dizer: “cuidado, é um búfalo”, a decisão que se avalia em tal contexto está conectada à sua causa. No exemplo dado diz respeito à conexão da sentença e do conteúdo causal que tal risco envolve ao agente que toma a decisão de fugir (NOWELL-SMITH, 1948, p. 46). Ao considerar tais causalidades não se está defendendo uma previsibilidade científica da ação, mas sim os eventos contextuais e a *voluntariedade* do agente. Tomemos, por exemplo, um jogo como o xadrez; nele, um jogador experiente, frente a um jogador inexperiente, pode facilmente prever os movimentos de seu adversário, não obstante, ele também considera um ato voluntário em cada possibilidade em aberto (NOWELL-SMITH, 1948, p. 47). Pode-se, portanto, considerar um agente como alguém dotado de habilidades para melhor agir em determinados eventos sem que isso resulte em completo determinismo. Assim, nossas considerações intersubjetivas, as concepções de virtuosidades e vícios, são os mecanismos pelos quais realizamos uma espécie de junção entre imprevisibilidade contingencial e causalidade necessária.

A discussão entre libertistas e deterministas parece girar em erros semelhantes, ou seja, seus conceitos são imprecisos e não se conectam com as próprias práticas de avaliação moral.

in our development of one or both of these concepts, we have been tempted into making a false step (NOWELL-SMITH, 1948, p. 45-46).

⁹ Nisso Strawson aponta que: “Então, neste ponto não é provável que meu otimista, sendo o tipo de homem que é, invoque agora uma intuição de adequação nesse caso” (STRAWSON, 2015a, p. 248).

O Libertista acredita que uma ação não pode ser moral se o agente não pudesse ter agido de outra forma, e não tem em conta possíveis diferenças nas causas que o poderiam ter impedido de agir de outra forma. O Determinista, por outro lado, sustenta que a possibilidade objetiva de ações alternativas é uma ilusão e que, se A de fato fez X, então ele não poderia ter feito qualquer ação incompatível com X (NOWELL-SMITH, 1948, p. 49-50, tradução nossa).

O que se pode tomar por base é que ambos os partidos estão desconsiderando que as ações morais são efeitos de um tipo peculiar de causas, a saber, causas oriundas da voluntariedade do agente (NOWELL-SMITH, 1948, p. 52).

Mas em relação às atitudes de punição e recompensa de uma ação, por exemplo, quando se considera um agente X passível de punição por uma ação z, e um agente Y como não punível pela mesma ação z, o que de fato estamos considerando? No exemplo exposto, podemos considerar a voluntariedade do agente X como distinta do agente Y, ou melhor, podemos dizer que o último não agiu voluntariamente, seja por não ser ele mesmo, ou por ter sido coagido ou por ter uma patologia. Mas no caso dos atos voluntários, como Nowell-Smith responde aos deterministas e libertistas?

Neste ponto chegamos no núcleo desejado. Para responder à questão primeiro se faz necessário expor as posições de dois grupos distintos,¹⁰ positivistas e intuicionistas. Os positivistas, segundo Nowell-Smith, tomam por base um reducionismo naturalista - crença de que se pode chegar a uma resposta para a razão da ação apenas por observação de causas - de modo que teríamos uma explicação direta entre causas e atos, uma resposta deste tipo seria:

Não podemos explicar por que fazemos as coisas, a menos que 'explicar' signifique apenas 'descobrir causas eficientes'. Posso descobrir as causas eficientes das ações humanas, como de outros fenômenos, por observação; mas não posso descobrir as causas finais, porque não existem tais coisas e nenhum bem veio à procura delas. [...] Em segundo lugar, perguntar se é moral ou racional agir como agimos é uma tolice. Se quiserem, incluirei tal ação na minha definição de 'agir moralmente ou racionalmente'. O que é moral numa dada sociedade é o que está de acordo com os seus costumes; e perguntar se um costume é moral é perguntar se é costumeiro, o que é ridículo (NOWELL-SMITH, 1948, p. 52-53, tradução nossa).

¹⁰ Considero que o que Nowell-Smith faz é apenas reposicionar os deterministas e libertistas dentro do campo analítico, saindo, portanto, de uma discussão metafísica sobre a liberdade e a causalidade cientificamente imprecisa, para a partir de agora considerar os grupos que demandam por um lado um relativismo, e por outro o intuicionismo.

Neste ponto, Nowell-Smith não se preocupa em estender uma investigação sobre tal posição, pois ele crê que a falácia em tal pensamento positivista é evidente.¹¹

Já a tese intuicionista é mais difícil de ser rejeitada, pois o intuicionismo é altamente subjetivo. Tal tese pressupõe uma moralidade que tende a adequar o princípio retributivista de uma punição e o princípio intuitivo moral. Neste ponto nem mesmo Nowell-Smith se atem em uma maior explanação, pois o que ele tenta demonstrar é que no nível pragmático tal tese intuicionista é conflitante entre seus próprios especialistas.¹² No entanto, o autor sugere que os valores morais não necessitam ser tomadas como valores puros oriundos de uma intuição. Neste contexto, Nowell-Smith apresenta dois elementos distintos: os *valores de julgamentos* e os *julgamentos morais*. Não nos prolongaremos sobre estes e outros pontos existentes na tese, mas grosso modo, podemos afirmar que é na interação entre ambos os elementos que chegamos à tese necessária para a justificação da punição. Os valores de julgamento são os mesmos para um evento, como, por exemplo, X e Y terem realizado um ato 'z' (atropelamento) para o qual o evento 'z' possui o mesmo valor como evento em ambos os casos, ou seja, ele é considerado ruim. Já o julgamento moral (referente aos agentes) para o mesmo evento pode ser distinto, ou seja, X pode ser considerado culpado por ter agido de modo voluntário, já Y pode ser considerado inocente por ter feito o ato de modo involuntário.

É consonante às relações entre os valores de julgamento e julgamentos morais que a posição de medidas preventivas e de incentivos ocorrem, sendo a voluntariedade a resposta diante de valores objetivos. Para Nowell-Smith, os julgamentos morais dizem respeito a fatos empíricos, desejáveis ou não, e, assim, tomados como valores objetivos. A moral é, portanto, uma subclasse de eventos.

11 O termo positivista remete ao pensamento analítico de totalidade proposicional que apenas fatos e possibilidades de fatos possuem (penso que seja esse o uso de Nowell-Smith), para os quais as ações humanas, a voluntariedade, não possuem a valoração pensada. Na breve exposição contra os positivistas no campo da moral Nowell-Smith diz: "it is true that in natural science the search for final causes is futile; but this is because such a search rests on the erroneous attribution of human purposes to nature. But in discussing human conduct anthropomorphic ideas are not out of place; it is their transfer to natural phenomena that is illegitimate. Though the right answer to the question "What causes an eclipse of the sun?" cannot be in the form "The sun wants to do so-and-so", this sort of answer may very well be appropriate when the phenomenon in question is a human action. Not even the positivist denies the existence and causal efficacy of human purposes" (NOWELL-SMITH, 1948, p. 54).

12 "This disagreement of experts sheds no light on the truth of the retributive theory of punishment, but it does tend to show that the intuition of fittingness on which that theory relies either does not in fact occur or is at best unreliable and at worst subjective. The intuitionist who claims to be directly aware of the relation of fittingness is, in short, telling us something about his own mind" (NOWELL-SMITH, 1948, p. 54).

Se o critério que sugeri estiver correto, então devemos descobrir que a classe de ações geralmente aceitas como voluntárias coincide aproximadamente com a classe de ações que são causadas por características que podem ser reforçadas ou inibidas por elogios e culpas (NOWELL-SMITH, 1948, p. 56, tradução nossa).

Em síntese, o positivista pode ser considerado como alguém que quer encontrar uma estrita ligação entre atos humanos e proposições científicas. O intuicionista pode ser definido como o pensador de uma teoria que demanda uma causalidade distinta da que possuímos em termos de conhecimentos empíricos. Portanto, a posição do Nowell-Smith é uma espécie de utilitarismo (dadas as diferenças que ele mesmo aponta no artigo).

Aqui retornamos para a tese de Strawson, pois como já vimos, os otimistas defendem uma funcionalidade objetiva para as práticas de condenação e aprovação moral, algo que o pessimista rejeita. O otimista defende uma posição de liberdade dos atos por um viés negativo, e admite que tal liberdade é necessária para uma correta teoria do determinismo. A interdependência entre liberdade e determinismo se expressa por meio da voluntariedade em eventos específicos, o que, por sua vez, resulta na eficácia das práticas objetivas de aprovação e reprovação moral. O otimista toma por base uma análise dos fatos empíricos que são necessariamente causais, mas se distancia do radicalismo positivista; é evidente que este distanciamento não é uma completa oposição, mas sim uma modificação da tese positivista, uma vez que os atos humanos não são previsíveis tal como um eclipse solar é, pois, as ações humanas possuem um tipo diferente de causalidade.

O determinismo positivista seria um reducionismo da ação humana aos modelos das ciências naturais. Esse positivismo é questionado por Nowell-Smith, mas não é refutado; ele apenas indica que em relação à ação humana tão radicalização seria uma falácia, mas indica que a causalidade é compatível com a voluntariedade, e assim, ele desenvolve uma teoria utilitarista. A posição de Nowell-Smith é, quando comparada com a crítica strawsoniana, um positivismo modificado; a inserção da liberdade como subproduto das causas lhe confere uma posição que o autor de LR define como otimismo. A posição intuicionista que Nowell-Smith alega centralizar-se em um subjetivismo e em uma demanda por liberdade não causada, também não é refutada, apenas é modificada para se tornar intersubjetivamente válida, porém como subproduto da causalidade. No entanto, o discurso incompatibilista ainda não está suficientemente resolvido, e este assume uma posição antagônica ao otimismo de

Nowell-Smith, e pode ser melhor compreendido como um eco da posição pessimista retratada em LR.

Concluimos, portanto, que os termos “pessimistas” e “otimistas” fazem referência e problematizam a tese discutida por Nowell-Smith, que, diga-se de passagem, apresenta uma importante base para lidar com as antinomias que os positivistas e intuicionista imprimiam à discussão das práticas de castigo e recompensa positiva. Nowell-Smith modifica a discussão tendo como núcleo a causalidade do mundo empírico e o princípio de voluntariedade da ação por parte do sujeito; nisso ele destaca-se positivamente ao focalizar não apenas no uso ordinário dos termos, mas também na análise dos conceitos. Não obstante isso, Strawson pretende mostrar que ele estabeleceu uma base insuficiente, ou equivocada, para tratar de práticas de punição. Dessa forma, o compatibilismo de Nowell-Smith é caracterizado como otimismo. Já a posição incompatibilista ainda permanece com algo a dizer, mesmo não acertando suas afirmações finais. Ela é uma contrariedade direta à primazia que a tese otimista parece ter na teorização da responsabilidade moral, e por ser uma contrariedade à tese otimista os incompatibilista são então caracterizados por Strawson como pessimistas.

Claro que aqui estamos realizando uma reinterpretação, um vínculo possível entre os termos utilizados por ambos os autores e das modificações que o período analítico trouxe às considerações sobre os fundamentos da moral e o vínculo entre linguagem e o naturalismo. Embora a história por trás dos termos seja muito mais ampla, a ligação e aporte para os termos usados por Strawson não é acidental, e nos remete (mesmo que estejamos separados temporalmente) ao seu período e contexto filosófico.

2.2 A tese determinista

O determinismo é o tema central no diálogo em LR, pois este é o núcleo de uma grande discórdia. Entretanto, o autor é enfático em começar o artigo com uma questão, a saber, que o tema do determinismo deve ser tratado dentro da perspectiva epistêmica, referente ao que se pode conhecer - Isto é central, levando em conta toda a sua pesquisa na área analítica. Assim, o determinismo é posto da seguinte forma: I. Há uma tese determinista. II. Há aqueles que não sabem qual é a tese determinista. III. Há quem diga, ou pareça entender qual é a tese determinista.

Como já descrito, pessimistas e otimistas são dois grupos que se colocam em posições contrárias quanto à validade das práticas de responsabilização. Para os pessimistas há incompatibilidade entre explicação natural-causal e a liberdade, enquanto que para os otimistas a explicação natural e o ato voluntário são complementares para as considerações da condenação como prática de tratamento social. Como diz Strawson:

Alguns filósofos dizem que não sabem qual é a tese do determinismo. Outros dizem, ou dão a entender, que sabem qual é. Dentre estes, alguns - possivelmente os pessimistas - afirmam que se a tese é verdadeira, então os conceitos de obrigação e responsabilidade moral não tem realmente aplicação, e as práticas de punir e culpar, de expressar condenação e aprovação moral, são realmente injustificadas. Outros - possivelmente os otimistas - afirmam que esses conceitos e práticas não perdem de modo algum sua *raison d'être* se a tese do determinismo é verdadeira. Alguns sustentam inclusive que a justificação desses conceitos e práticas requer que a tese seja verdadeira (STRAWSON, 2015a, p. 245).

Conforme a citação, os pessimistas e otimistas parecem pertencer ao grupo dos que sabem o que é a tese geral do determinismo. Strawson pertence ao grupo dos que não sabem. E há ainda um outro grupo, que é o do cético, que não afirma absolutamente nada em última instância.

Com isso temos o pano de fundo no qual o diálogo em LR se desenvolve, pois mesmo o pessimista¹³ é reportado como pertencente ao grupo que toma o determinismo como base para a discussão.

Strawson diz não saber qual é a tese determinista. O autor chama a atenção para o problema crucial da possibilidade de se conhecer essa tese. Isso leva a uma problemática epistêmica¹⁴ para a qual não há, em seu campo de atuação, uma possibilidade de justificativa e abrangência discursiva. Para ele:

Cada história invocará relações explicativas próprias; uma, em termos de leis neurofisiológicas e anatômicas; a outra, em termos daquilo que se chama às vezes, com intenção aparentemente pejorativa, de 'psicologia popular' [...]. Mas, da mesma maneira, ninguém supõe que as duas histórias sejam completamente independentes uma da outra, ou, mais precisamente, que os

13 De acordo com Hieronymi o pessimista é na verdade um determinista em um nível alto (HIERONYMI, 2020, p. 5-6).

14 Podemos considerar que esta posição está em consonância com a contrariedade por parte de Strawson em relação à tese da identidade (STRAWSON, 2008, p. 67-68), que defende uma estrita ligação entre os fatos mentais e físicos, ao que ele afirma que tal critério é insuficiente diante do nosso modo de falar de nós mesmos ou de outros.

fatos relatados na história pessoal não tenham relação com os fatos relatados na história física (STRAWSON, 2008, p. 71).

Temos, portanto, que o determinismo não é algo a ser combatido, pois não pode ser definido com exatidão ao considerar as ações humanas. Obviamente, há um sentido em que podemos ter uma ideia vaga de sua ligação com a ação, mas não de sua *tese geral* sobre a ação e a responsabilidade, que é exatamente o conflito existente entre pessimistas e otimistas. Logo, é necessário lançar a pergunta ao determinista, e embora não se tenha uma definição da tese geral, ainda é possível ter uma simpatia por ela e tentar compreender como, e se, ela se aplica às relações humanas; assim Strawson justifica sua intenção: “Não deveria a ignorância, falando de maneira racional, inibir essas simpatias? Bem, ainda que de maneira obscura, temos alguma ideia vaga – alguma noção desse tipo de coisa de que se fala” (STRAWSON, 2015a, p. 246).

Nosso filósofo se coloca em uma posição distinta ao que ambos os partidos estão sustentando, pois o campo de Strawson é o das relações não distanciadas. Ele argumenta que, considerando os fatos e a forma como a demanda de liberdade é apresentada pelo pessimista, o determinismo não pode ser falsificado. Isso ocorre porque o pessimista questiona a própria responsabilidade moral enquanto tenta ir para além dos fatos para inserir sua definição de liberdade em uma metafísica revisionista. Por outro lado, o otimista parece oferecer uma explicação inadequada dos fatos, restringindo-se a uma descrição insuficiente da fenomenologia humana, mesmo ao considerar a liberdade da vontade; e conferindo como explicação da validade de sua compreensão de responsabilidade a eficácia pragmática da condenação e aprovação.

Ambos os modelos parecem não entrar em consenso em relação aos termos que estão utilizando na discussão, pois ambos admitem a liberdade, ambos inferem fatores que se distanciam no desacordo. É exatamente nesse ponto que Strawson chama a atenção para a lacuna que ele enxerga na discussão e que o leva a problematizar a ação e sua análise da estrutura conceitual. Em suas palavras:

Mas é aqui que se pode mostrar a lacuna que existe na explicação otimista. Pois se pode supor que o pessimista pergunte: Mas por que a liberdade nesse sentido justifica a culpa etc.? [...] Então, neste ponto não é provável que meu otimista, sendo o tipo de homem que é, invoque agora uma intuição de adequação nesse caso. Então ele não tem mais nada a dizer. E meu pessimista, sendo o tipo de homem que é, tem apenas uma coisa a mais a dizer, isto é, que a admissibilidade dessas práticas, como as entendemos, exige outro tipo de liberdade: o tipo que exige, por sua vez, a falsidade da

tese do determinismo. Mas não poderíamos induzir o pessimista a deixar de dizer isso e permitir que o otimista diga alguma coisa a mais? (STRAWSON, 2015a, p. 248).

O otimista não possui mais nada a dizer em relação à pergunta do pessimista, e, possivelmente, pode até ignorá-la, uma vez que a demanda pessimista não invalida o determinismo. Cabe pontuar que a demanda pessimista não se aplica coerentemente à questão, pois algo ainda pode ser dito pelo otimista uma vez que os fatos estão ao seu lado. Strawson, portanto, quer que o pessimista deixe de afirmar o que afirmou, sugerindo a ele uma concessão formal; e quer ampliar a discussão com o otimista.

Veremos na sequência como tal diálogo prosseguirá.

2.3 Atitudes Reativas e os sentimentos morais

É a partir da terceira seção que encontramos o desenvolvimento da posição strawsoniana, a qual busca confrontar a teoria geral do determinismo com as atitudes reativas. Grosso modo, pessimistas e otimistas divergem nas práticas de punição, condenação e aprovação moral. Strawson afirma que essa discussão se distancia das ações e dos agentes, não retratando sua ocorrência real nem nossas relações (2015a, p.248). Como espectador externo da discussão entre os modelos que abordam o determinismo, o filósofo londrino se coloca em um campo distinto, em outra realidade. Portanto, não podemos considerar que Strawson esteja abordando o determinismo, a liberdade, a condenação, a culpa e a aprovação no mesmo nível e contexto de seus interlocutores. Pelo contrário, somos convidados a testemunhar a discussão a partir do que ele denomina de *lugar não distanciado das ações*. O que ele pretende considerar como base da responsabilidade moral são os sentimentos presentes comunitariamente. Como ele define:

Desejo falar, pelo menos a princípio, de algo diferente: das atitudes e reações não distanciadas das pessoas diretamente envolvidas nas relações com os outros; das atitudes e reações das partes ofendidas e de seus beneficiários; de coisas como gratidão, ressentimento, perdão, amor e sentimentos feridos (STRAWSON, 2015a, p. 248-249).

O lugar das relações não distanciadas, ou o espaço comum de nossas atitudes, engloba os diversos tipos de relações que podemos ter com outras pessoas. Dentro desses diferentes tipos e contextos, há algo que é importante a nível fenomenológico.

O autor defende que essa importância se trata de uma disposição natural¹⁵ para atribuímos valores às atitudes e intenções interrelacionais:

Deveríamos pensar que são muitos os tipos diferentes de relação que podemos ter com outras pessoas; como participantes de um interesse comum; como membros da mesma família, como colegas; como amigos; como amantes; como partes fortuitas de uma enorme gama de transações e encontros (STRAWSON, 2015a, p. 250).

É famoso o exemplo apresentado no artigo sobre o caso de alguém que pisa na mão de outra pessoa (no artigo, na mão do próprio Strawson) de modo acidental ou proposital. No primeiro caso, o grau de ressentimento será distinto do segundo devido às demonstrações de boa ou má vontade. Tais demonstrações naturalmente resultam em uma atribuição sentimental à ação. Esse é o exemplo do campo em que o autor busca iniciar um diálogo com o otimista sobre a forma como valorizamos as ações, evitando o erro que o otimista comete.

A base para a avaliação das ações é o lugar central que conferimos às intenções, às crenças, e às atitudes de boa ou má disposição de outros para conosco, de nós em relação aos outros, e de outros entre si.

As atitudes reativas possuem uma origem natural. Os sentimentos reativos são respostas automáticas e comunitariamente construídas para externalizar e tomar para si as demandas por ações morais interessadas.¹⁶ As formas como tais demandas se dão variam conforme as configurações de nossas relações. Porém, há sempre um interesse comum, algo partilhado, uma demanda subjetiva que é fundamentada na própria relação comunitária, algo que faz parte da própria definição do agir humano (NUNES, 2016, p. 40).

¹⁵ Esta disposição natural não é explicada profundamente no artigo LR, reside aí muita da dificuldade de compreensão do que o filósofo londrino aponta como uma estrutura geral subjacente à participação moral, o que pode resultar em uma falsa ideia de que o aporte central para a moral em Strawson é o sentimento. Como apresentaremos a seguir, o que Strawson realmente deseja destacar é uma interdependência triádica. Por essa razão, ele escreveu não apenas um, mas dois artigos sobre a moralidade. Essa perspectiva levanta a pergunta: qual é a conexão entre os sentimentos morais e as nossas ideias e imagens das formas ideais de vida? Portanto, há questões epistêmicas e metafísicas por trás do dispositivo genético-biológico sentimental. Grosso modo, podemos afirmar que a virtude (justiça e honestidade) é mais fundamental para a análise da posição strawsoniana do que os sentimentos - que é um mecanismo de organização entre as diferentes ideias e imagens morais -, pois estes estão inseridos no artigo como fenômeno empírico, mas não são senão a exteriorização de uma estrutura mais ampla e geral que o torna possível. Esta estrutura está especificada no artigo MS.

¹⁶ O interesse é um conceito importante quando estamos falando da esfera moral. O interesse é trabalhado no artigo MS, o qual abordaremos em seguida.

Antes de prosseguir com o intrincado assunto das atitudes reativas e seu desenvolvimento intersubjetivo, Strawson se dedica a explorar as considerações especiais em que os sentimentos reativos são atenuados ou modificados. O tópico das considerações especiais é importante, pois nele temos as atitudes objetivas. Se há uma tese geral do determinismo, teremos de investigar se ela se faz presente nesta que é a mais básica das funções comunitárias, as exceções de avaliação moral. E se ela de alguma maneira envolver os processos de atitudes objetivas, então, poderemos conhecer (na perspectiva strawsoniana) qual é a tese do determinismo.

2.3.1 Atitudes objetivas

Strawson divide as considerações especiais em duas classes. A primeira é das desculpas que presumem uma não intencionalidade,¹⁷ nos convidando a considerar a ofensa como algo que o agente não era plenamente responsável. Não obstante o fato de que as atitudes reativas sejam apropriadas, nós tomamos esse primeiro grupo dentro da dinâmica avaliativa do perdão e das desculpas.

A segunda classe é mais importante. Ela é dividida em dois subgrupos, sendo o primeiro aqueles casos em que o agente não estava em suas condições normais para julgar, como por exemplo, alta pressão e mudança psicológica de autoconsciência. O segundo subgrupo refere-se aos casos de *incapacidade patológica* ou *momentânea* para a interação em tais atitudes, como por exemplo, crianças, esquizofrênicos e comportamentos compulsivos. Para esses dois subgrupos as desculpas para as constituições e condições do agente nos convidam a suspender as atitudes reativas, “convidam a ver o próprio agente a uma luz diferente daquela a que normalmente veríamos alguém que agiu como ele agiu” (STRAWSON, 2015a, p. 252).

O segundo caso (incapacidade momentânea) é o mais importante para Strawson, pois são casos comuns de anormalidade psicológica ou imaturidade. Em relação a este subgrupo as relações envolvem atitudes de tratamento, política social, medidas preventivas, treinamento etc. Essas atitudes se diferem das atitudes reativas

17 “Ao primeiro grupo pertencem todas aquelas que poderiam dar lugar ao emprego de expressões como ‘Ele não pretendia’, ‘Não havia se dado conta’, ‘Não sabia’; e também todas aquelas que poderiam dar lugar ao uso da grasse ‘Ele não pôde evitá-lo’, quando esta é apoiada por frases como ‘Ele foi compelido’, ‘Tinha que fazê-lo’, ‘Era a única maneira’, ‘Não lhe deixaram alternativa’” (STRAWSON, 2015a, p. 251).

por não existir uma troca mútua, ou demanda e resposta recíproca de considerações de boa vontade e sentimentos entre os pares. Cabe, portanto, atitudes de outro tipo em relação ao grupo em questão, que podemos chamar de atitudes objetivas.

A atitude objetiva pode ser emocionalmente matizada de muitas maneiras, mas não de todas as maneiras: ela pode incluir repulsa ou medo, pode incluir piedade ou inclusive amor, ainda que nem todas as classes de amor. Mas não pode incluir a gama de atitudes e sentimentos reativos que são próprios ao envolvimento e à participação nas relações humanas interpessoais com outros; não pode incluir o ressentimento, a gratidão, o perdão, a ira ou o gênero de amor que dois adultos sentem às vezes, reciprocamente, um pelo outro (STRAWSON, 2015a, p. 253).

Neste momento chegamos na pergunta inevitável, pois uma vez delineado a base das atitudes reativas e as considerações para as atitudes objetivas, resta, portanto, responder à questão: “Que efeito teria, ou haveria de ter, a aceitação da verdade de uma tese geral do determinismo sobre essas atitudes reativas?” (STRAWSON, 2015a, p. 254).

É importante sempre ressaltar que estamos diante de um problema epistêmico e analítico, e o ponto que o nosso filósofo quer problematizar é especificamente o modo como as atitudes podem tomar por base uma tese geral do determinismo. Strawson leva a questão para o campo de uma linguagem comum, para o ambiente das práticas tais como as conhecemos, e aponta desde o início que as atitudes objetivas são uma oposição ao nosso compromisso de relação interessada. Elas representam uma forma de isolamento humano e quebram a interação biográfica, dando lugar a uma prática compensatória, reguladora e de “ajuste”. Strawson rejeita tal uso das atitudes objetivas em um âmbito geral das relações, indicando apenas que isso seria considerar uma condição de anormalidade como uma condição universal. Strawson compreende a aparente fragilidade de sua posição, e aponta que “agora, poderia parecer que essa rejeição é uma saída muito fácil; e num certo sentido ela é. Mas o que se rejeita muito rapidamente nessa rejeição é o que se admite na única forma possível de resposta afirmativa que resta” (STRAWSON, 2015a, p. 255).

Para ele, ao observar o modo como reagimos, não avaliamos as interrelações como sendo resultado de uma condição objetiva universal. Referente a este ponto o autor indica que há uma necessidade de se debruçar sobre uma teoria tal como a defendida pelo otimista, na qual se considera casos em que as atitudes reativas deveriam dar lugar às atitudes objetivas, inserindo, assim, uma perspectiva de

tratamento às demandas de boa vontade em uma dada comunidade. Assim a pergunta central se altera para:

A aceitação da tese determinista poderia, ou deveria, nos levar sempre a ver todo mundo exclusivamente dessa maneira? Pois esta é a única condição sob a qual vale a pena considerar se a aceitação do determinismo poderia levar ao enfraquecimento ou à rejeição das atitudes reativas de participação (STRAWSON, 2015a, p. 255).

Uma objetividade pensada de forma geral não chega a ser inconcebível, e isso poderia corroborar a tese determinista para as ações que tendem à eficácia das práticas de castigo, no entanto, isso envolveria um abandono completo das atitudes reativas, e Strawson está inclinado a não tomar essa possibilidade como algo viável. Para ele:

O comprometimento humano de participação nas relações interpessoais ordinárias, eu penso, é muito íntima e profundamente enraizado para que levemos a sério o pensamento de que uma convicção teórica geral possa mudar tanto nosso mundo que já não haja nele mais relações interpessoais tal como normalmente as entendemos; [...] (STRAWSON, 2015a, p. 255).

Abandonar as atitudes reativas não é algo que podemos conceber, pois elas fazem parte de nossa própria forma de interação com as pessoas. Tratar a todos de forma objetiva é algo teoricamente possível, mas demasiadamente oneroso. Objetificar as relações seria o mesmo que renunciar aos vínculos mais íntimos, destruir as profundas raízes naturais que moldaram as comunidades humanas. Strawson rechaça tal uso geral de atitudes objetivas destacando duas formas de responder à pergunta considerada para a ligação entre tais atitudes e a tese determinista:

Assim, minha resposta tem duas partes. A primeira é que não podemos nos ver seriamente a nós mesmos adotando em relação aos outros uma atitude de completa objetividade como resultado da convicção teórica da verdade do determinismo; e a segunda é que, quando de fato adotamos semelhante atitude em um caso particular, que façamos isso não é consequência de uma convicção teórica que poderíamos chamar de 'Determinismo do caso concreto', mas é uma consequência de que, por razões diferentes em diferentes casos, abandonamos nossas atitudes interpessoais ordinárias (STRAWSON, 2015a, p. 256).

Como consta na citação acima, há um nível que acessamos por meio da razão para a ponderação sobre os fatores que tomamos para a efetividade de nossas atitudes, e ela está atrelada com condições de correspondência no jogo sentimental.

A intersubjetividade humana pode tomar uma atitude objetiva como resultado da ponderação sobre a incapacidade do pleno exercício avaliativo da boa vontade,¹⁸ porém, diante deste procedimento a posição otimista carece de um fundamento que consiga conectar uma resposta ontológica e epistêmica quanto ao compromisso que a tese geral do determinismo demandaria de seus participantes. Strawson está centralizado na discussão epistêmica, mas principalmente, em qual mecanismo esta epistemologia está conectada. Strawson nos leva a este problema por meio da seguinte explanação:

[...] a adoção por nossa parte da atitude objetiva em relação ao sujeito anormal seria o resultado de aceitar primeiro a crença de que o comportamento, ou a parte relevante do comportamento, do ser humano em questão é determinado nesse sentido. Nem no caso do sujeito normal, portanto, nem no caso do anormal é verdadeiro que, quando adotamos uma atitude objetiva, fazemos isso porque tenhamos tal crença (STRAWSON, 2015a, p. 256).

Se há uma validade para a tese geral do determinismo, ela estará, no mínimo, enfrentando dificuldades em estabelecer suas conexões no campo não distanciado ao qual Strawson está trabalhando. Uma vez que tal campo refere-se ao modo como lidamos com os demais, o ponto central é que Strawson não entende como uma tese geral do determinismo, com fundamentação naturalista, conseguiria estabelecer sua base epistêmica no modo como as crenças ordinárias são fenomenologicamente realizadas e conceitualmente assimiladas. Em outras palavras, como uma crença entra em efetividade relacional no caso de alguém pisar em minha mão? Qual conceito e qual dispositivo estão por trás das políticas de tratamento? Seria uma crença deste tipo resultante de uma tese geral do determinismo ou tal tese estaria pressupondo que assim trabalha nossa epistemologia? Para ele:

Pois a pergunta real não é uma pergunta acerca do que efetivamente fazemos, ou do por que o fazemos. Nem sequer é uma pergunta acerca do que de fato faríamos se uma determinada convicção teórica obtivesse aceitação geral. É uma pergunta acerca do que seria racional fazer se o determinismo fosse verdadeiro, uma pergunta sobre a justificação racional das atitudes interpessoais ordinárias em geral (STRAWSON, 2015a, p. 257).

A questão que ele está trabalhando sugere uma má colocação temática sobre a possibilidade epistêmica de trabalharmos com conceitos oriundos de uma tese geral

¹⁸ Voltaremos neste ponto no último capítulo, pois em LR consideramos um ponto em aberto.

do determinismo. Nossos compromissos psicológicos não evidenciariam - em uma tomada racional de medidas objetivas - a validade geral de tal tese.

É importante lembrar que o objetivo de Strawson é realizar um movimento conciliador e apontar que ambos os partidos em discussão precisam reformular suas colocações, ou se dar conta de que estão pressupondo realidades. Assim, o otimista, embora mais perto dos fatos, está assumindo uma posição naturalista não só extrema, mas descolada de uma possibilidade de investigação filosófica,¹⁹ e essa base “forçada” precisa se deparar com os fatos tais como eles são, sob o risco de incorrer em uma visão naturalista cética se não o fizer.

Até aqui, exploramos o início da discussão no campo das atitudes não distanciadas. Porém o filósofo londrino permanece sem saber ao certo qual é a tese do determinismo, ou como ela pode se conectar com os atos tais como eles se apresentam. Strawson não encontrou nenhum ponto de contato entre as atitudes reativas ou objetivas e a tese geral do determinismo. Partiremos para a última seção dessa discussão, tentando compreender o que mais pode ser captado do diálogo strawsoniano.

2.4 Relações morais

Nesta seção, temos a inserção de conceitos importantes, são eles: intersubjetividade, atitudes reativas vicárias, relações morais e as atitudes objetivas. Nas seções precedentes, Strawson apresentou as atitudes reativas pessoais e as atitudes objetivas, mas a responsabilidade moral se faz em uma dinâmica de atitudes reativas gerais. Assim, a intersubjetividade ainda não havia sido plenamente trabalhada em LR, pois o autor centralizou-se em casos de relações particulares, como por exemplo, um caso entre amantes. O que passa a diferenciar a alteração para as atitudes vicárias é a generalidade, o grau em que tal valoração irá ser considerada.

As atitudes reativas que o autor passa a considerar, portanto,

Poderiam ser descritas como as atitudes compreensivas, vicárias, impessoais, desinteressadas ou gerais, análogas das atitudes reativas [...]. São reações às qualidades da vontade dos demais, não em relação a nós

19 Considerando a posição do próprio Strawson sobre o que ele entende ser a filosofia, a saber, investigação dos dispositivos linguísticos, que resulta em sua defesa de filosofia como análise gramatical.

mesmos, mas em relação aos demais. Por causa desse caráter impessoal ou vicário damos a elas nomes diferentes (STRAWSON, 2015a, p. 258).

Para melhor compreender a alteração expressa pelo autor, podemos sistematizar as atitudes da seguinte maneira:

Quadro 1 – As diferentes atitudes.

Atitudes reativas pessoais	Ressentimento, reação à qualidade da vontade em relação a nós mesmos.
Atitudes objetivas	Considerações especiais, desculpas.
Atitudes reativas generalizadas ou vicárias	Indignação, atitudes compreensivas impessoais; reação à qualidade da vontade em relação aos demais. Qualificação de “moral”.
Atitudes autorreativas	Exigências que os demais fazem ao indivíduo. Constrangimento, obrigação, remorso, culpa, arrependimento, responsabilidade e vingança.

Podemos observar que o termo “*atitudes reativas*”, conforme descrito por Strawson, possui uma dupla ligação. O termo “*reativa*” está associado à ideia de reação, enquanto o núcleo da definição é que essa reação é uma disposição natural, uma resposta automática. Somente quando a associamos a uma avaliação e a um desenvolvimento epistêmico é que temos uma atitude reativa. Ao dissociarmos esses termos, temos, por um lado, apenas a pura reação e, por outro, apenas uma avaliação que, no máximo, se tornará uma atitude objetiva, sem o vínculo emocional e sentimental. Mas, como já vimos, não poderemos permanecer no tratamento objetivo por muito tempo, pois há um vínculo entre os sentidos e o modo como desenvolvemos o nosso aparato cognitivo.

A descrição das atitudes reativas centraliza-se inicialmente em aspectos particulares, relações restritas e considerações pontuais. Nesse contexto, os vínculos emocionais demonstram eficácia e clareza em sua dinâmica. As atitudes objetivas

também se tornam compreensíveis nesse espaço relacional restrito. Na última parte do artigo, Strawson aprofunda-se no campo moral, abordando com mais detalhes a intersubjetividade e seus problemas, especialmente no tópico da responsabilidade moral. Assim, o foco se expande não apenas para as atitudes reativas pessoais, mas também para as atitudes reativas vicárias, isto é, a avaliação de atitudes impessoais:

As atitudes reativas que agora discutirei poderiam ser descritas como as atitudes compreensivas, vicárias, impessoais, desinteressadas ou gerais, análogas das atitudes reativas que já examinei. São reações às qualidades da vontade dos demais, não em relação a nós mesmos, mas em relação aos demais (STRAWSON, 2015a, p. 258).

As duas formas de classificar as atitudes reativas não implicam em uma distinção total; pelo contrário, elas são complementares. É nas atitudes reativas vicárias que o caráter puramente subjetivo de um agente é superado, dando lugar a demandas de caráter impessoal. Nesse contexto, a resposta de um agente passa a considerar a reciprocidade da atitude. É exatamente no bojo de tais reações que podemos falar de responsabilidade moral, de moralidade em si. Aqui abrimos um breve parêntese para que o conceito de comunidade moral seja melhor compreendido.

Strawson em seu artigo MS, descreve sua compreensão de moralidade mínima, o que seria um conceito incerto, mas útil como ponto de partida para a compreensão daquilo que tomamos como uma obrigação moral. Diz o autor:

Alguns ideais só fazem sentido em um contexto social complexo e inclusive em um tipo particular de contexto social complexo. No que diz respeito aos outros, alguma complexidade na organização social parece, antes, uma condição praticamente necessária para que o cumprimento do ideal seja realizado de uma maneira inteiramente plena ou satisfatória. Agora, é condição de existência de qualquer forma de organização social, de qualquer comunidade humana, que certas expectativas de comportamento de seus membros devem satisfazer-se de uma forma claramente regular, que alguns deveres, poderíamos dizer, sejam cumpridos [...]. Poderíamos começar situando aqui a esfera moral. É a esfera da observância das regras de tal modo que a existência de algum conjunto semelhante de regras é uma condição da existência de uma sociedade (STRAWSON, 2015b, p. 275).

Retornando para LR, as atitudes reativas gerais são expressas em formas de desaprovação e indignação moral, e essas mesmas reações podem ser sentidas pelo próprio indivíduo por meio das atitudes autorreativas.

De forma semelhante ao que ocorre nas seções 3 e 4 do artigo, a questão de uma tese geral do determinismo será novamente abordada, desta vez em relação às atitudes reativas vicárias. É em duas frentes que a tese sobre as atitudes reativas será

exposta, e é nelas que o determinismo terá de se evidenciar, caso contrário, nenhuma verdade se mostrará cognoscível no determinismo.

Para as atitudes reativas vicárias a pergunta se apresenta da seguinte forma: “[...] como previamente o fizemos a propósito das atitudes reativas pessoais, que relevância poderia ter uma tese geral do determinismo para suas análogas vicárias” (STRAWSON, 2015a, p. 261).

A resposta segue o mesmo padrão já utilizado nas seções anteriores, embora ocorra uma alteração de perspectiva devido ao grau distinto entre atitudes reativas pessoais e atitudes reativas gerais.

À medida que a descrição das atitudes reativas vicárias se aprofunda, Strawson faz uma afirmação ainda mais contundente de que nosso comportamento reativo não decorre de uma *conexão teórica e prática com a tese determinista em sua forma geral*. Uma vez que as atitudes particulares podem ser vistas como uma subespécie das atitudes gerais, a resposta nos leva à constatação de que, assim como no nível privado, não há uma determinação absoluta no âmbito das atitudes morais gerais, pois estamos trabalhando com sentimentos análogos, que apenas são conduzidos a uma complexidade interativa. Assim sendo, a tese do determinismo seria pragmaticamente falha, pois não se encontra conexão entre sua tese geral e o que ocorre naturalmente.

Strawson, no decorrer de sua argumentação, admite que sua exposição de uma teoria dos sentimentos morais foi realizada de maneira insuficiente, de modo muito geral, o que deixa sua afirmação central em mal estado (STRAWSON, 2015a, p. 262).

Para superar esse aspecto frágil, ele recorre a uma analogia que ilustra as alternâncias comuns entre atitudes objetivas, atitudes reativas particulares e atitudes reativas vicárias. Isso para explicar como os distintos graus e categorias se alternam de modo natural, e como se desenvolvem por meio de vínculos humanos. O exemplo utilizado é o cuidado e a educação das crianças sob tutela de um agente responsável. Conclui-se do exemplo que crianças não possuem plena capacidade para reciprocidade de demandas morais, assim, “o trato com tais criaturas deve, portanto, representar uma espécie de compromisso, que continuamente muda de direção, entre a objetividade na atitude e as atitudes humanas plenas” (STRAWSON, 2015a, p. 263).

Considerando que as crianças são parte do grupo das considerações especiais em relação à moral, Strawson passa à questão determinista. Levando em conta que a relação com uma criança se modifica até que a consideremos em seu desenvolvimento como alguém consciente e apta a corresponder às demandas

morais, com capacidade de participar das demandas vicárias, surge a seguinte pergunta: “que influência *poderia* ter semelhante sentido de ‘determinado’ na progressiva modificação de nossas atitudes em relação à criança?” (STRAWSON, 2015a, p. 263). Neste ponto, o autor - mais uma vez - não identifica nenhum vínculo com a tese determinista, pois esta deveria explicar como poderia a alteração significativa do modo como tratamos uma criança, que varia em *graus* entre objetividade e participação nas atitudes humanas plenas, ter relação com uma tese geral de tal variação de nossas considerações relacionais sem deixar nenhuma lacuna à indagação metafísica do pessimista.

Strawson não admite uma ligação entre alteração gradativa das relações humanas e a demanda de uma tese geral determinista. Portanto, a questão direcionada ao otimista é modificada, deixando de ser uma abordagem metafísica revisionista, como formulada pelo pessimista, e passando para uma abordagem metafísica descritiva.²⁰ É por reconhecermos uma simetria na recepção dos fenômenos e da avaliação dos atos que a moral se efetiva por meio das atitudes tais como pensadas no campo das atitudes não distanciadas.

Com a questão em aberto, otimistas e pessimistas voltam à cena. O otimista, ou a perspectiva otimista, que Strawson enfrenta, não ofereceu uma resposta à pergunta de como a liberdade justifica a punição. Já o pessimista permanece com sua visão metafísica geral da liberdade. Como diz Hieronymi:

De fato, Strawson pensa que, ao apelar ao determinismo, o pessimista está a cometer algo como o mesmo erro que o otimista comete ao apelar às consequências: cada um deles assume que as nossas práticas de responsabilização exigem uma justificação que essas práticas não exigem (HIERONYMI, 2020, p. 6, tradução nossa).

Strawson concorda com o pessimista em relação a lacuna deixada em aberto pelo otimista, que constantemente recorre a questões utilitárias para evitar aquilo que ele não vê, ou não quer ver. No entanto, Strawson se opõe à abordagem do pessimista para superar a lacuna, que consiste na insistência em querer enxergar além do que está presente em nossas relações. O otimista possui os fatos sociais ao seu lado, uma

²⁰ Retomaremos a perspectiva metafísica descritiva no próximo capítulo. Esse é um dos pontos que consideramos de extrema importância para a correta abordagem do problema conforme fixado por Strawson. A modificação de perspectiva é sutil e, se levarmos em conta apenas o artigo LR, essa modificação - que tem como objetivo indicar que apenas uma retratação formal de um lado e uma concessão substancial do outro podem dar conta do fenômeno das relações humanas não distanciadas - pode não ser compreendida em todo seu conteúdo epistêmico, ontológico e lógico.

noção de causalidade das atitudes, já o pessimista parece estar vendo o que falta para a tese otimista, ou mais propriamente, aquilo que ele não está considerando no interior de nossas atitudes, porém ambos estão equivocados, pois,

O otimista e o pessimista interpretam mal os fatos com estilos muito diferentes. Mas num sentido profundo há alguma coisa em comum nas duas interpretações. Ambos procuram, de diferentes maneiras, intelectualizar muito os fatos. Dentro da estrutura ou rede de atitudes e sentimentos humanos dos quais estive falando há espaço sem fim para modificação, redireção, críticas e justificação. Mas as questões de justificação são internas à estrutura ou dizem respeito a modificação internas a ela (STRAWSON, 2015a, p. 267).

Como pode se constatar na citação acima, Strawson considera que há uma possibilidade de reconciliação, no entanto, qualquer consideração deverá pertencer ela mesma à estrutura, pois não é possível versar conceitualmente sobre a moral pretendendo ocupar uma posição fora da estrutura que fundamenta a própria armação conceitual, que é a base mínima de nossa epistemologia.

Ao final, ainda fica a pergunta sobre qual é, de fato, a tese do determinismo. Strawson iniciou o artigo sem ter conhecimento do que essa tese tratava e concluiu indicando como pessimistas e otimistas se confundem dentro desse campo teórico em relação à moral. Segundo Strawson, a visão otimista está mais próxima de compreender as atitudes e compromissos morais intersubjetivos, porém possui uma lacuna, uma pressuposição conceitual. O filósofo londrino, na tentativa de conciliar temas conflitantes, como a metafísica e a epistemologia, sugere uma relativização possível para modificar o modo como otimistas e pessimistas teorizam a questão. Isso implica que a demanda do pessimista deve ser encarada por outro prisma, pois, se no campo das atitudes reativas não há uma verdade absoluta da tese determinista, tampouco há uma liberdade como ele a defende. Assim, Strawson parece deixar a discussão determinista de lado e se concentra em compreender as atitudes não distanciadas, assegurando que há, na base das relações humanas, uma atitude vinculada aos sentimentos, por isso, a reponsabilidade moral está atrelada com o ressentimento. Ao mesmo tempo existem diversas formas pelas quais operamos e estruturamos nossas comunidades.

Otimistas e pessimistas teorizam sobre a responsabilidade moral com base em seus próprios contextos, pressupostos e modelos teóricos. No entanto, segundo Strawson, eles o fazem em um campo inadequado para suas considerações,

recorrendo a uma série de exemplos hipotéticos que tendem a enfatizar o resultado em si, almejando, assim, o status de base para a análise das ações humanas e do mérito e demérito subsequentes. Por outro lado, Strawson adota uma abordagem diferente ao analisar a ação em um novo campo, o das relações cotidianas.

O defensor de um dos dois partidos pode sentir-se insatisfeito e ter, de fato, muito a dizer. Seria ingênuo, senão pura arrogância, por parte de qualquer teórico, tentar superar uma problemática consagrada na história da filosofia, presumindo que os partidários de um ou outro lado devem se calar diante de um campo que, por si só, não oferece qualquer comprovação de que sua base fenomenológica não é, e nem será, abordada corretamente em nível empírico por eles - sejam pessimistas ou otimistas. É esse incômodo que leva muitos a querer superar de uma vez por todas a “*flagrante falha*” do filósofo londrino. Mas será que não podemos permitir a Strawson dizer algo mais? E será que esse “*algo*” já não foi exposto por ele?

A posição de Strawson, ao afirmar que em uma dada realidade um partido não tem nada a dizer, não se baseia em pura arbitrariedade ou falha metodológica, mas sim na primazia da realidade sobre a qual estamos investigando. Nesse sentido, há perguntas que se sobrepõem aos nossos modelos e, inclusive, que todos os nossos modelos são respostas a essas questões. Ao dar qualquer resposta assume-se uma série de compromissos epistêmicos, ontológicos e lógicos. São essas perguntas que fazem com que os filósofos escolham entre o silêncio ou a expressão de algo relevante e sólido. A importância de Strawson é colocar tais temas e questões na coluna teórica da responsabilidade moral.

Quando Strawson defende que não há mais nada a ser dito pela posição otimista e pessimista é porque a pergunta ocupou tamanha robustez e centralidade que ela não se moverá por qualquer resposta. Podemos concluir que tudo o que for dito levará em conta a questão original. Assim, a confusão e atrito entre ambos os partidos se dá pela má formulação da questão e dos problemas.

A aparência de imprecisão e arbitrariedade em LR se desfaz quando entende-se que Strawson está articulando uma ampla rede estrutural e conceitual, e que esta é o resultado de um pensamento correlacional, ou seja, o que Strawson tem a dizer sobre os problemas subjacentes à moral não está unicamente expresso em dois artigos, mas sim, que ambos os artigos sobre a moral são fruto – para o campo da responsabilidade moral - daquilo que ele pensa ser a filosofia.

Para compreender a estrutura concebida por Strawson, que possibilita a abordagem da moralidade em um campo não distanciado e que envolve as virtudes da justiça e honestidade, iremos ampliar e explorar temas que não foram diretamente abordados no artigo LR, mas que estão dentro da posição filosófica do próprio Strawson. Assim, o nosso objetivo, de explicitar que Strawson dedicou-se à fixação de problemas relacionados à responsabilidade moral, será alcançado.

3 VISÃO FILOSÓFICA DE STRAWSON

Neste capítulo trataremos sobre a posição filosófica de Strawson. Nos debruçaremos sobre as mais importantes obras que nos possibilitam compreender o que ele considera ser o problema que define a atuação filosófica dado o seu contexto analítico em Oxford. Mais especificamente, o propósito do presente capítulo é ampliar e direcionar a discussão para os pontos centrais da articulação sobre a estrutura básica de nossos conceitos, o envolvimento natural de nossos processos de crenças, desejos e ação, e sua relação com a moralidade, conforme abordado por Strawson. Obviamente a discussão é longa, uma vez que Strawson dialoga com diversos autores da tradição filosófica sobre inúmeros temas interligados, entre os quais podemos citar Aristóteles, Espinosa, Berkeley, Leibniz, Locke, Hume, Kant, Frege, Russel, Wittgenstein, Austin, Quine, entre outros. Dado o escopo já mencionado da nossa dissertação, o presente capítulo abordará a perspectiva filosófica de Strawson com o objetivo de melhor compreender o que motivou a escrita de seus dois artigos sobre a moralidade.

No capítulo anterior afirmamos que a discussão strawsoniana sobre uma tese geral do determinismo é uma questão epistêmica que não implica na nulidade da responsabilidade. Além disso, apontamos que a discussão em entorno do tema do determinismo tende a ir, por um lado, para além dos fatos como os conhecemos (essa postura atribuída mais especificamente aos pessimistas) e, por outro, a tomar a noção de causalidade de modo inadequado como uma justificativa instrumental de medidas de tratamento objetivo (essa argumentação sendo a pedra de toque para os otimistas).

Uma vez que indicamos que o ponto central da argumentação do nosso artigo base versa sobre uma discussão epistêmica, precisamos considerar que o artigo LR é uma resultante de posições amplamente debatidas no campo analítico.

Strawson não é um pesquisador que tem como núcleo o tema da ética, mas sim a filosofia analítica. É importante lembrar que muito do pensamento que o próprio autor apresenta em suas obras já eram, por ele, consideradas um truísmo, e sua posição filosófica se encontra dentro das ramificações no entorno desse pensamento abrangente de sua visão sobre a estrutura geral dos conceitos:

Outra coisa que sugeri fazer para justificar o título do meu capítulo é responder à questão de saber se existe algum ponto de vista específico que cheguei a sustentar que considero de excepcional importância. Bem, existe

tal ponto de vista: não é de modo algum novo e eu não acho que estou sozinho em mantê-lo. Não é empolgante: é até, penso, um truísmo. Mas ele foi ofuscado e considerado com suspeita nos últimos tempos. Não é uma opinião a qual eu mesmo tenha chegado recentemente. Na verdade, eu já havia compreendido isso de uma forma incompleta e incoerente antes de 1950. Mas um senso de sua importância e ramificações tem crescido constantemente em mim desde então (STRAWSON, 2019a, p. 39).

Como podemos perceber na afirmação acima, há um ponto de contato amplo no contexto de sua pesquisa analítica, algo que de certa maneira se torna tão evidente a ponto de não ser nada além de um processo reinterpretativo. Isso, por sua vez, acarreta a exigência de entender, mesmo que sucintamente, o seu ponto de reinterpretação dos problemas filosóficos, pois a sua perspectiva moral é uma resultante de sua posição analítica. Portanto, é possível que sejamos excessivamente críticos ou condescendentes em relação à sua exposição dos sentimentos morais ao não avaliarmos sua estrita ligação triádica entre ontologia, epistemologia e lógica.

Passaremos, portanto, para a descrição das articulações consideradas como a base para uma correta, ou no mínimo mais assertiva, leitura do artigo LR.

3.1 Trio departamental

Em 1968 Strawson assumiu a cátedra Waynflete de Filosofia Metafísica em Oxford, curso que ele ministrou até o ano de sua aposentadoria em 1987 e para o qual elaborou uma série de lições introdutórias que compõem o livro intitulado *Analysis and Metaphysics: an Introduction to Philosophy*.²¹ Techio esclarece de que forma o filósofo londrino considerou sua posição filosófica:

Ao longo de grande parte da sua história inicial a filosofia analítica foi abertamente hostil à metafísica, em qualquer de suas roupagens. Essa hostilidade teve seu auge nas décadas de 1930 e 1940, quando reinavam os ideais anti-metafísicos do positivismo lógico, e continuou no período do pós-guerra, quando o movimento que viria a ser conhecido como 'filosofia da linguagem comum' foi mais influente, sobretudo no contexto britânico. Foi justamente nesse contexto que Strawson recebeu sua formação e começou sua carreira profissional (TECHIO, 2019, p. 189).

É em tal contexto que emerge a filosofia analítica de Strawson. A influência de autores como Wittgenstein e Austin, duas escolas emergentes de ampla influência, e as tendências dentro do próprio ambiente de formação em Oxford (entre Ryle e Austin)

²¹ Com tradução para o português por Armando Mora de Oliveira; esta versão será a utilizada em nossa referência.

o fizeram se aproximar a Ryle; e por intermédio dele Strawson teve maior contato com as obras de Wittgenstein.

O contexto analítico de Strawson tinha como pergunta “*o que é a filosofia e qual a sua tarefa?*”. Dentro desse cenário, Strawson é de grande importância por suas críticas e por retomar uma investigação metafísica.

Aqui chegamos no conteúdo necessário para continuarmos em busca das bases para a teoria dos sentimentos morais e das atitudes reativas. O livro *Análise e Metafísica* é, portanto, uma resposta, por parte de Strawson, à pergunta: o que é a filosofia e qual a sua tarefa? Cita Strawson no início de seu livro, no primeiro capítulo: “‘Filosofia’, essa grande palavra, não quis dizer, em todas as épocas, sempre a mesma coisa. Mesmo hoje não significa o mesmo para todas as pessoas. Esse ponto pode ser analisado de várias formas” (STRAWSON, 2002, p. 13).

Strawson faz uma distinção entre dois modos de desenvolver a filosofia, uma que se pode caracterizar como um sistema das experiências humanas, e a outra que se faz por meio de uma posição analítica (STRAWSON, 2002, p. 14). A exposição dessa divisão ocorre levando em conta a fala da personagem da obra *Comus*, de Milton, na qual ele afirma que *a divina filosofia é encantadora*. Strawson, então, faz a seguinte distinção:

Milton tem em mente algo completamente diverso da ciência natural. A frase do seu personagem insere-se numa longa e esplêndida tirada a favor da castidade que ainda nos delicia, se bem que soe estranha nos dias de hoje. Acho que a ideia dele é que uma reflexão racional e eloquente sobre a natureza moral do homem pode aliviar, fortificar e elevar o espírito. Ora, não é antiquado usar a palavra ‘filosofia’ para esse tipo de meditação diferentemente do que acontece ao utilizá-lo hoje para se referir à ciência. Pelo contrário, ainda existe um tipo de filosofia assim e sem dúvida continuará existir enquanto o homem meditar sobre a sua e situação moral. [...]. O filósofo analítico, por outro lado, pelo menos como eu o imagino, não promove esse gênero de visão nova e reveladora. O seu objetivo é completamente outro (STRAWSON, 2002, p. 14).

Como indicado acima, a primeira visão abarca a situação moral e a natureza existencial humana ainda envolta em uma distância da ciência natural, a segunda se ocupa das relações dos conceitos e das ideias. Por mais que ambas as descrições sejam insuficientes e pouco satisfatórias, tal distinção estabelece o panorama geral pensado pelo autor. Em Strawson, o campo moral passa a ser considerado como objeto da pesquisa analítica.

Sua concepção de filosofia se torna evidente ao considerarmos a grande contribuição de Kant e Wittgenstein em sua obra:

Por razões que já deixei claro, nenhum outro filósofo e nenhuma obra individual de qualquer outro filósofo teve na minha história filosófica a posição que Kant e a primeira Crítica tiveram. [...]. E, finalmente, devo mencionar Wittgenstein; pois, se eu compartilho da concepção de alguém sobre qual deve ser nosso objetivo ou objetivo filosófico geral, é, se o entendi corretamente, o de Wittgenstein, pelo menos em sua última fase. Ou seja, o nosso negócio essencial, se não o único, é obter uma visão clara do funcionamento de nossos conceitos ou tipos de conceitos mais gerais e de seu lugar em nossas vidas. Em suma, deveríamos estar objetivando a autocompreensão conceitual humana geral (STRAWSON, 2019a, p. 18).

A citação sinaliza algo que é latente em toda obra strawsoniana, e podemos afirmar que a teoria da responsabilidade moral é um eco de sua análise por tal via.

Como é possível perceber, a resposta considerada para a questão “*o que é a filosofia e qual a sua tarefa?*” é tida com base em Wittgenstein, pois *a visão clara do funcionamento dos nossos conceitos* é, por parte de Strawson, uma continuidade do Wittgenstein maduro, ou o Wittgenstein do *Livro azul e Investigações Filosóficas*. No entanto, a alteração proposta por Strawson em relação a Wittgenstein envolve dois aspectos. Primeiramente, Strawson argumenta que considerar Wittgenstein apenas como um terapeuta é exagerado e unilateral. Embora a terapêutica tenha méritos indiscutíveis no entendimento dos desarranjos conceituais, Strawson destaca que ela tende a suprimir um aspecto importante: a possibilidade de uma estrutura subjacente do conhecimento humano. Em segundo lugar, Strawson aponta que a estrutura conceitual humana possui um elemento pré-teórico, presente de forma natural e que faz parte de nossa estrutura conceitual, muitas vezes sem estarmos conscientes de sua própria existência (STRAWSON, 2019b, p. 14).

Referente a esses pontos, cita o autor:

Na relação com os outros e com o mundo, operamos com um equipamento conceitual de enorme riqueza, complicação e refinamento; mas o domínio dos itens desse formidável equipamento não nos é ensinado (nem poderia) através do aprendizado da teoria de seu emprego. [...]. É claro que aprendemos as palavras que expressam os conceitos de muitas maneiras: mas sem recorrer ao que se poderia chamar instrução teórica. Não tomamos contato com essas palavras aprendendo qual o seu lugar numa teoria geral dos conceitos. O aprendizado recebido é rigorosamente prático e, em larga medida, feito de exemplos. Aprendemos em grande parte copiando e com correções ocasionais; como as crianças aprendem a falar gramaticalmente antes de ouvirem falar de gramática (STRAWSON, 2002, p. 20).

A citação acima nos permite compreender o que o filósofo londrino tende a considerar como um passo positivo na analítica e conseqüentemente sua alteração de perspectiva em relação a Wittgenstein. Em suas palavras:

Assim - concluindo a analogia - do mesmo modo que o gramático, especialmente o gramático moderno de modelos, se esforça em produzir uma análise sistemática da estrutura das regras que seguimos sem esforço ao falar gramaticalmente, também o filósofo se esforça para produzir uma análise sistemática da estrutura geral cujo domínio tácito e inconsciente é mostrado na prática cotidiana (STRAWSON, 2002, p. 21).

A afirmação de um domínio tácito e inconsciente é uma posição oposta à de Wittgenstein, e isso caracteriza a análise gramatical de Strawson. A ideia de liberdade, de crença e ação, conceitos centrais em LR, estão edificados no que o filósofo de Oxford define como *domínio não formal da estrutura existente*. A estrutura não formal é a base para conceitos e imagens que se encontram na *esfera* da moralidade, no *espaço ético*; e estão na gênese – metafísica descritiva - do nosso processo avaliativo.

Mas tal perspectiva pode parecer uma manobra idealista do nosso autor, pois como considerar uma estrutura implícita, tácita e inconsciente dos conceitos, e ainda assim pressupor que isso possa ser considerada um tema da filosofia analítica? Não seria um retrocesso admitir toda sorte de paralelismos gramaticais?

Strawson pontua essa dificuldade, que é a tendência de recair em um ceticismo ou de se estabelecer um campo de imprecisão dos conceitos ao apelar para uma metafísica revisionista. O que o filósofo londrino almeja é explicitar a ampla conexão que nosso pensamento possui em relação aos elementos teóricos e pré-teóricos. É importante compreender que a figura do terapeuta não é tomada como descabida em sua atuação, pois muitos dos nossos enganos são percebidos pela metodologia wittgensteiniana. Entretanto, há uma parte da estrutura que é negligenciada devido à ânsia por uma redução atômica do conceito.

Nesse contexto, Strawson busca incluir um aspecto positivo na abordagem da filosofia analítica, levando em consideração a totalidade que essa construção conceitual apresenta. Ele busca evitar tanto o naturalismo reducionista quanto o ceticismo, sem recorrer a uma tese transcendental dos princípios subjacentes em nossa estrutura de pensamento. Para ele, há uma base no nosso aparato cognitivo que deve ser analisada; para isso, Strawson repensa a perspectiva naturalista a fim de conciliar temas conflitantes e relativizar o modo como trabalhamos conceitualmente os fenômenos:

Abandonemos a noção de uma simplicidade perfeita nos conceitos; abandonemos até a noção de que a análise deve estar sempre na direção de uma maior simplicidade. Vamos imaginar, em vez disso, o modelo de uma rede elaborada, um sistema de itens interligados, de conceitos, tal que a função de cada item, de cada conceito, só pudesse, do ponto de vista filosófico, ser compreendida pela percepção das suas conexões com os outros. [...]. Caso o nosso modelo passe a ser esse, não há razão para preocupação, se ao percorrer as articulações da rede, voltarmos ao ponto de partida ou por ele transitarmos. Por exemplo, achar que não conseguimos elucidar completamente o conceito de conhecimento sem fazer referência ao conceito de percepção sensível e que não pudemos explicar todos os traços do conceito de percepção sensível sem fazer referência ao conceito de conhecimento. O fato não causa preocupação nem surpresa. Processado a análise num círculo amplo, revelador e iluminante, a acusação de circularidade não nos atinge, embora não desapareça (STRAWSON, 2002, p. 35-36).

A sua afirmação, como podemos observar, indica um inter cruzamento, uma dinâmica operacional distinta daquela do processo terapêutico.

O objetivo de Strawson, assim, não é apenas estabelecer uma base correta para o uso de um conceito, mas também estabelecer a base ou armação na qual qualquer conceito pode ser pensado e, principalmente, como ele pode ser usado intersubjetivamente. Para tal, o sistema de uma análise gramatical deve ser circular e ampla, com uma conexão tal que não seja possível isolar um termo, uma sentença ou paráfrase com vista ao apontamento de sua veracidade ou falsidade.²² Strawson resume assim sua perspectiva de uma filosofia analítica gramatical: “O meu ponto é extremamente simples: a aquisição dos conceitos teóricos das disciplinas especiais pressupõe e apoia-se na posse dos conceitos pré-teóricos da vida cotidiana” (STRAWSON, 2002, p. 38).

Esse modo de pensar a filosofia analítica difere do próprio programa indicado pelo termo, ou seja, o termo “análise” nos remete à ideia de decompor um termo até o seu elemento mais simples. Assim, ao defender um abandono na busca por elementos simples para análise, estamos lidando com um conceito de análise contrário ao modelo decomposicional:

Consideremos agora um modelo completamente diferente de análise filosófica. Entendo que esse novo modelo é mais realista e fecundo que o anterior. (Talvez fosse melhor usar a palavra ‘elucidação’ em vez de ‘análise’, pois esta última conota fortemente o modelo de desmantelamento; mas

22 Strawson se opõe à teoria das descrições de Russel por meio de seu famoso artigo “On Referring”, no qual defende uma distinção entre sentença, uso e proferimento, bem como a distinção entre a expressão, o seu uso, e seu proferimento. Também estende sua análise contra a posição científica da filosofia de Quine, os autores mais robustos e mais significativos em relação ao ponto inicialmente pretendido em sua defesa da análise gramatical.

mesmo assim continuo com 'análise', porque está consagrada pelo uso e possui apesar de tudo um sentido mais compreensivo que 'elucidação'). (STRAWSON, 2002, p. 35).

O seu modelo analítico, portanto, deve ser compreendido como um modelo elucidativo, ou conectivo.

Mesmo com o evidente contraste entre as concepções reducionista ou atomista e a concepção conectiva, o modelo analítico gramatical não põe de lado a noção de algo fundamental aos conceitos, pelo contrário, ela não admite nenhum vazio conceitual na base. É exatamente esse ponto positivo que Strawson deseja inserir no processo de investigação, ao considerar os aspectos subjacentes no uso dos termos, em vez de pressupor uma base conceitual como faz a teoria reducionista. A pressuposição da análise gramatical difere-se da ideia de elementos simples ou atômicos, pois ela considera a habilidade de lidar com um conjunto de conceitos; assim, os elementos das disciplinas especializadas são fundamentados na posse de elementos pré-teóricos da vida cotidiana (STRAWSON, 2002, p. 38). Com isso, há, sim uma irreduzibilidade conceitual. No entanto, tal irreduzibilidade não resulta em um elemento simples, mas sim em uma ampla circularidade, que é a armação conceitual do pensamento e da linguagem.

A resposta de Strawson sobre o que é a "filosofia" chega a sua forma básica no complemento de uma análise gramatical e a busca pela estrutura geral. Esse é o ponto de sustentação da teoria de Strawson sobre a análise gramatical, pois ele reinterpreta²³ a função descrita por Moore. Não me estenderei sobre esse processo, apenas destaco que sua reinterpretação resulta na descrição do fundamento para sua análise gramatical, pois é através de Moore que chegamos na afirmação, por parte de Strawson, do compromisso mental no qual estamos envolvidos:

[...] enquanto Moore fala das espécies mais gerais de coisas que existem no Universo, eu falei dos conceitos mais gerais ou conceitos-tipo que formam parte de um esquema ou estrutura de ideias ou conceitos que empregamos quando pensamos e falamos acerca das coisas do Universo (STRAWSON, 2002, p. 51-52).

23 O terceiro capítulo de seu livro *Análise e Metafísica* versa sobre essa mudança de perspectiva no que diz respeito à visão metafísica de Moore, ao que Strawson indica ser o campo específico da ontologia. Ele acrescenta, também a alteração de sua reinterpretação da obra de Moore por meio da perspectiva do senso comum que indica um alto compromisso psicológico com as estruturas subjacentes à percepção dos objetos e dos estados mentais, o espaço e tempo.

Essa estrutura conceitual é uma *tríade departamental*. Ao trabalharmos com os conceitos, ou ao nos debruçarmos sobre as relações dos objetos e as nossas percepções, estamos dentro deste aparato cognitivo e comprometidos com a relação entre os fatores fundantes de nossa conceitualização. Para Strawson:

[...] a teoria geral do ser (a ontologia), a teoria geral do conhecimento (a epistemologia) a teoria geral da proposição, do que é verdadeiro ou falso (a lógica) não são senão apenas três aspectos duma única investigação unificada (STRAWSON, 2002, p. 54).

Essa unificação da investigação é o sistema filosófico de Strawson, ou seja, a sua análise gramatical é, por sua parte, a resposta à questão “o que é a filosofia?”. Sua teoria representa uma extensão do método de Wittgenstein (dadas as diferenças estruturais), e uma reinterpretação da posição de Moore.²⁴ Assim, cada ponto da tríade departamental pode ser investigado separadamente, porém não podem ser isolados, pois há uma interligação entre elementos teóricos e pré-teóricos, *entre o indivíduo e o social*, entre a percepção e o conceito. A correção, o ajuste e, principalmente, a fixação do problema da responsabilidade moral são realizados nessa dinâmica. Qualquer valoração é considerada dentro do espaço e tempo, o que envolve o próprio pertencimento e comprometimento mental na estrutura do ser pensante:

Disse eu que ao longo do tempo construímos uma imagem do mundo na qual ocupamos a cada momento um ponto de vista perceptual; que se estende no espaço para além do alcance daquele ponto de vista; e na qual distinguimos, sob os conceitos, coisas individuais que ocupam espaço e que possuem, como nós, histórias passadas e, talvez, um futuro. Acrescento agora que não se pode construir essa imagem-crença do mundo independentemente do nosso papel como seres ativos (STRAWSON, 2002, p. 105).

Aqui, portanto, temos o panorama geral da concepção filosófica-analítica de Strawson. Ao descrever seu comprometimento com o método wittgensteiniano, principalmente tendo como pano de fundo as influências na concepção morfológica do autor austríaco, e conectando a reinterpretação que o filósofo londrino emprega à teoria de Moore, chegamos ao ponto central do qual emerge seu núcleo teórico. Aqui estabelecemos a base do pensamento teórico do nosso autor, e principalmente a origem do que ele considera ser o nosso compromisso conceitual, o que ele considera ser a estrutura geral do nosso pensamento e o que ele considera ser o compromisso

24 Moore coloca o campo da ética como um departamento à parte na consideração de tal tríade departamental, assim como Strawson. Não discutiremos este ponto.

psicológico humano. A partir de sua análise gramatical temos as bases para compreender o que ele considera ser a formação de imagens de formas ideias de vida, e a rede das relações entre o sujeito, realidade, objetos externos e a intersubjetividade.

A moralidade está interligada à sua teoria departamental, ao método conectivo. E como aqui defendemos, sua tese sobre a responsabilidade moral é resultante de sua análise gramatical.

Ainda restam pontos em aberto, mas a partir de agora é possível definir com maior assertividade o que deve ser considerado o “local comum” citado por Strawson em LR. Além disso, podemos explorar os mecanismos envolvidos e o método teórico por trás da afirmação de que “nossas práticas não se limitam a explorar nossas naturezas; elas as expressam” (STRAWSON, 2015, p. 269).

Na próxima seção continuaremos ocupados com a análise da teoria de Strawson, pois ainda há pontos em aberto que precisam ser explorados para compreender o papel da posição analítica strawsoniana no exercício moral. Para isso, versaremos sobre a perspectiva naturalista adotada pelo filósofo londrino, e como ela se evidencia em sua defesa da moralidade, para então encaixarmos as peças e atingir nosso objetivo central, o de fixar o problema tendo por base o pano de fundo teórico pensado pelo autor.

3.2 Movimento relativizador, atitudes reativas e naturalismo

Na seção anterior começamos a tratar do tema da tríade departamental e da perspectiva filosófica de Strawson. A análise gramatical é sua proposta de superação frente à visão terapêutica wittgensteiniana. Assim como o filósofo austríaco, Strawson entende que cabe à filosofia debruçar-se sobre o uso efetivo de nossa linguagem, pois nela se efetiva nossa ontologia, nosso exercício epistêmico e nossas compreensões lógicas. A análise gramatical, portanto, visa ocupar-se da estrutura da nossa linguagem.

Mencionamos na seção anterior o tópico do naturalismo, pois o nosso objetivo é descrever o *local comum* no qual nossas atitudes são descritas por Strawson.

Nessa busca se fez necessário apresentar a noção triádica na teoria strawsoniana. Na presente seção daremos prosseguimento à discussão a partir da obra *Ceticismo e Naturalismo*, livro que é composto por conferências apresentadas

por Strawson na Columbia University em 1983. Portanto, posterior a publicação de seu famoso artigo, mas que é central para entendê-lo. Não podemos esquecer que estamos perante um autor que possui uma linearidade na forma de tratar seus tópicos, pois como ele mesmo afirma, o que ele nos apresenta é algo que já tinha em mente desde 1950 (STRAWSON, 2019a, p. 20), e que ao longo do tempo foi tomando forma e definição. Assim, para manter o escopo de nossa pesquisa, precisamos entender o que Strawson quer dizer com conciliar posições conflitantes, qual é a sua concepção de naturalismo e como ele aborda o movimento relativizador. Essas questões servem para não irmos além do nosso escopo, pois a discussão sobre naturalismo, ceticismo e metafísica revisionista podem se alongar para além do nosso enfoque, que é entender os elementos por trás da teoria da responsabilidade moral e o que é preciso considerar para estabelecer uma crítica ou correta interpretação do pensamento do nosso autor. Aqui traremos os pontos mais importantes de seu segundo capítulo, da obra (livro) supracitada, intitulado *Moralidade e Percepção*:

Passo a tratar agora de outra área do comprometimento natural, distinta daquela que mencionei até o presente momento. É em relação com ela que aparecerá pela primeira vez, a seu devido tempo, a distinção entre variedades de naturalismo das quais falei no início. A área que tenho em mente é a das atitudes e sensações, ou 'sentimentos', como costumamos dizer, em relação a nós mesmos e aos outros, provocados por nossas ações e pelas ações deles, as quais podem ser reunidas sob o título de atitudes e juízos morais e atitudes reativas pessoais, estando ligadas indissoluvelmente a esse sentido de liberdade ou responsabilidade que, como agentes, sentimos em nós mesmos e atribuímos aos outros (STRAWSON, 2008, p. 43).

Strawson expande a discussão sobre seu movimento relativizador e seu objetivo de superar o desafio cético. Sua visão do naturalismo serve como base para esse empreendimento. Embora Strawson considere Hume o seu herói nesse movimento, ele busca ir além do ceticismo presente nas obras do autor escocês.

O campo das relações não distanciadas é um ponto importante da sua posição naturalista.

O local que o nosso filósofo toma por base é a análise dos fundamentos da linguagem ordinária. Esse local é a possibilidade de reorientar a discussão referente à estrutura subjacente a toda pluralidade conceitual.

A responsabilidade moral e a liberdade havia sido retratada como um tema distante do núcleo analítico, ou ao menos suas bases eram distantes, pois tradicionalmente o fundamento natural teve de lidar com questões céticas, o que

resultou em divergências sobre a base epistêmica para a moral; assim, constantemente a discussão se viu abordada por perspectivas e modelos externos ao fenômeno e, por isso, acarretando em visões distintas sobre a causalidade, a determinação, a liberdade, a racionalização, a objetividade, os fatos morais etc. Como vimos, no artigo LR há uma acusação de hiperintelectualização, uma tendência filosófica de ir para além dos fatos.

Para o ceticismo, ou naturalismo reducionista – Strawson os trata-os como sinônimos -, as atitudes morais livres são consideradas infundadas. Assim, não haveria base para a intersubjetividade e possibilidade de compromisso com fatos morais, pois estes teriam uma fundamentação metafísica imprópria à discussão, resultando em posições ilusórias, ou apelando para uma esfera intuitiva. O que restaria de substancial para a filosofia, referente ao problema moral, seria a supremacia de uma visão naturalista que tenta lidar de maneira objetiva com as ações, como por uma visão externa. Strawson insere-se como um crítico e intérprete de ambas as posições, a saber, os libertistas e os reducionistas. O que ele tenta mostrar é a insuficiência de uma visão metafísica revisionista, e o elemento pressuposicional que sugere uma possibilidade de simetria, por meio da observação externa, entre o agir humano e os modelos naturalista-reducionista. A posição externa tende a categorizar a ação humana por meio de notação causal, uma categorização instrumental, com isso, os juízos morais e a responsabilização seriam uma ilusão ou, no máximo, uma prática objetiva evolutiva. Para ele:

As origens do desafio a essas atitudes e sentimentos, as origens da sugestão ('cética') de que são injustificados, inadequados ou irracionais, são familiares a qualquer um que tenha se interessado pela controvérsia do livre arbítrio e recentemente foram caracterizados de forma admirável pelo professor Tom Nagel. [...]. A ideia fundamental é a de que, uma vez que vemos as pessoas e suas ações (incluindo nós mesmos e nossas ações) de maneira objetiva, como são, ou seja, como objetos e acontecimentos naturais que ocorrem no curso da natureza - sejam ocorrências causalmente determinadas, sejam ocorrências acidentais -, então o véu de ilusão lançado sobre elas pelas atitudes e reações Morais deve, ou deveria, desaparecer. O que simplesmente ocorre na natureza pode ser objeto de regozijo ou pesar, mas não de gratidão ou ressentimento, de aprovação moral ou censura, tampouco de autoaprovação moral ou remorso. As tentativas de opor-se a tal raciocínio defendendo a realidade de uma condição especial de Liberdade, [...] para nossas atitudes e juízos Morais não têm sido particularmente bem-sucedidas [...]. Tais tentativas de contra argumentação estão equivocadas - e não somente porque são malsucedidas ou ininteligíveis. Elas são equivocadas também pelas razões por que os contra-argumentos a outras formas de ceticismo têm sido considerados equivocados; isto é, porque os argumentos contra os quais elas se dirigem são totalmente ineficazes. Não é mais fácil nos convenceremos, por meio de argumentos, de nossa tendência para

atitudes reativas Morais e pessoais em geral do que nos convenceremos de nossa crença na existência de corpos (STRAWSON, 2005, p. 43-44).

Strawson pontua que nosso compromisso natural com as atitudes reativas é uma inclinação *geral*, ou seja, frente a esta inclinação, as atitudes objetivas são exceções, são racionalizações usadas para lidar com as mudanças no estado natural que sustenta a nossa base de conhecimento; na ausência das características que permitem a inter-relação, acabamos por desenvolver um mecanismo para reconsiderar os laços basilares e aplicar em seu lugar uma ação artificial, um tratamento: “O que temos, em nosso inescapável comprometimento com essas atitudes e sentimentos, constitui um fato natural, algo tão profundamente enraizado em nossas naturezas quanto nossa existência como seres sociais” (STRAWSON, 2005, p. 45).

Tal compromisso, para Strawson, é indubitável e não há necessidade de justificação frente a qualquer questionamento cético. Embora o cético não se dê por satisfeito, para Strawson não há razão para prosseguir em tal discussão, pois o seu objetivo não é refutar o ceticismo, mas superá-lo. O ceticismo não é uma questão universal ou externa, ela está envolvida na própria categoria que ela tenta colocar em xeque, é superada e origina-se pela forma como funciona o nosso aparato cognitivo e pela formação de crenças em conformidade geral com as regras da indução (STRAWSON, 2005, p. 22). Assim, para Strawson, a dúvida cética sempre existirá e é um importante exercício para a filosofia. No entanto, ela não passa de uma ocupação intelectual, uma distração.

Já estamos em condições de afirmar que o campo das relações não distanciadas é o campo “participativo” que se opõe ao “objetivo”, é o campo no qual nós estamos “envolvidos” e que se opõe ao campo da “imparcialidade” (STRAWSON, 2005, p. 48). Assim, há uma clara distinção entre dois campos, entre duas maneiras de considerar o fenômeno da ação humana. Estamos, por um lado, perante um compromisso de participação e, por outro, diante de uma abordagem que busca tratar a ação de modo objetivo, pretendendo estar fora desse compromisso.

Aqui chegamos em um ponto importante. Strawson faz uma distinção entre atitude reativa (particular e vicária) e a atitude objetiva. Afirmamos que é na tentativa de teorizar em uma posição exclusivamente objetiva (principalmente do otimista) que se situa a lacuna explorada pelo filósofo londrino. Também apontamos que, na perspectiva strawsoniana, surge uma situação instável e inadequada para a

teorização da epistemologia, da ontologia e da lógica quando essas teorias têm como base uma perspectiva objetiva.²⁵ Como, portanto, podemos lidar com a oposição entre a perspectiva objetiva e o campo não distanciado? Há a necessidade de se comprometer com uma tese em detrimento de outra? Strawson aponta que essa pergunta leva-nos a um erro:

Uma vez formulada a pergunta, é natural continuar argumentando como se segue: se o ponto de vista da participação e do envolvimento, com o qual estamos tão fortemente comprometidos pela natureza pela sociedade, é o correto, então algumas ações humanas de fato são moralmente censuráveis ou louváveis [...] e negar-se a reconhecer isso é deliberadamente esconder de si mesmo toda uma dimensão da realidade. Se, por outro lado, é somente do assim chamado ponto de vista 'objetivo' que vemos as coisas como elas realmente são, então todos os nossos juízos e reações morais ou quase morais, por mais naturais que possam ser e por mais amplamente compartilhados que sejam, não são mais que reações humanas naturais; portanto, não surge nenhuma dúvida quanto a sua verdade ou falsidade, pois não há nenhuma realidade moral que possam representar ou distorcer (STRAWSON, 2005, p. 48-49).

Referente à questão, Strawson acrescenta:

Gostaria agora de sugerir que o erro não se encontra num lado ou no outro dessas duas posições opostas, mas na tentativa de forçar uma escolha entre elas [...]. Pode-se dizer, seguramente, que duas visões contraditórias não podem ser ambas verdadeiras [...]. Gostaria de dizer que a aparência de contradição só surge se assumimos a existência de um ponto de vista metafísico absoluto a partir do qual podemos julgar entre os dois pontos de vista que tenho contrastado. No entanto, não há tal ponto de vista superior - ou nenhum que tenhamos conhecimento; a ilusão consiste justamente em sustentar a ideia de que existe um tal ponto de vista. Uma vez abandonada essa ilusão, a aparência de contradição desaparece. Em nossa concepção do real, podemos admitir uma relatividade razoável dos pontos de vista que conhecemos e podemos ocupar (STRAWSON, 2005, p. 50).

Através das citações acima podemos compreender a intenção que Strawson tem em mente quando ele propõe aos dois partidos em LR uma retratação formal e uma concessão substancial (STRAWSON, 2015, p. 246).

Strawson admite que há uma possibilidade de pensarmos a moral de modo objetivo, mas isso visando uma proteção. A objetividade não anula o compromisso sentimental, ela apenas o assegura.

²⁵ Entenda-se que o elemento por trás de uma perspectiva objetiva (instrumental, determinista, cética) é o naturalismo reducionista, mesmo que o ceticismo não defenda nada em última instância, há, segundo Strawson, uma ligação entre a defesa reducionista e a questão cética.

O que está no núcleo deste processo relativizador é a posição naturalista. Existem, conforme nos alerta o filósofo londrino, ao menos duas faces da noção sobre o naturalismo. A primeira é o naturalismo estrito ou reducionista, que pode ser caracterizado como naturalismo extremo, uma espécie de cientificismo. A segunda é o naturalismo liberal ou católico,²⁶ um naturalismo moderado:

O naturalismo reducionista é aquele para o qual o ponto de vista naturalista ou objetivo dos seres humanos e de seu comportamento destrói a validade das atitudes e reações morais e apresenta os juízos morais como nada mais que o veículo de uma ilusão. O naturalismo não-reducionista não tenta opor-se a essa suposta conclusão por meio de argumentos, como alguns têm feito, alegando algum fundamento não natural e metafísico para validar nossa disposição geral para respostas morais e juízos morais. O naturalista não reducionista insiste simplesmente, mais uma vez, em que não nos é dado - simplesmente não faz parte de nossa natureza - fazer uma renúncia total dessas atitudes reativas morais e pessoais, desses juízos de aprovação ou de condenação moral, que o naturalista reducionista declara irracionais, totalmente carentes de justificação racional. O que o naturalista não-reducionista procura defender é que só pode haver uma *carência* onde há uma *necessidade* (STRAWSON, 2008, p. 53, grifo do autor).

Strawson situa-se na segunda noção. Esta posição não se preocupa com a questão cética, pelo contrário, ao assumir este ponto como origem para a investigação filosófica, Strawson crê que tal noção não pode ser “nem abalada por argumentos céticos, nem reforçada por contra-argumentos racionais” (STRAWSON, 2005, p. 51).

Conciliar posições conflitantes, no caso entre otimistas e pessimistas, é, portanto, apresentar as razões e lacunas que ambos compartilham em seus diálogos; é observar os pontos assertivos de cada posição para posteriormente realizar o movimento relativizador. Mas o que é o movimento relativizador? Tal movimento refere-se à ligação com as bases argumentativas, que, segundo Strawson, é triádica e possibilita a correlação entre elas.

É muito interessante que Strawson requirite uma relativização ao invés de impor uma racionalização ou correlação eliminatória de teses. Ele não busca eliminar a tese naturalista extrema, ou o determinismo, ou a demanda por um fundamento da liberdade; até em relação à metafísica, ele não traça uma linha eliminatória. Embora ele defenda que sua perspectiva metafísica é puramente descritiva e não revisionista - o que está relacionado com a sua tese sobre a linguagem e a fenomenologia a ela atrelada -, a metafísica revisionista ainda está no pano de fundo, porém como auxiliar (STRAWSON, 2019b, p. 13). Nisso se efetiva sua relativização teórica, pois estamos

26 Não necessariamente religioso ou político (STRAWSON, 2005, p. 11).

perante um filósofo que critica Descartes, mas que tem alta consideração por esse pensador. Ele tem em Kant seu maior referencial, mas escreve um livro evidenciando os equívocos desse mesmo pensador. Ele afirma que ninguém compreendeu melhor o papel da filosofia do que Wittgenstein, no entanto, ele aponta que Wittgenstein teve uma visão limitada e limitante desse papel.

O seu movimento relativizador abrange, por um lado, as teorias hegemônicas na discussão sobre a moralidade e, por outro, a fenomenologia tal como se apresenta à nossa percepção. Conciliá-las é, para Strawson, de suma importância para evitar que se caia num empirismo incompleto ou em um idealismo conceitual.

O movimento relativizador, presente na obra do filósofo londrino, não é o mesmo que um movimento relativista-cético. Não se trata de uma visão com o foco em validar o melhor de cada tese ou em estabelecer uma ligação com algum modelo histórico, pelo contrário, Strawson é um pensador que define muito bem o fundo metafísico em tal empreendimento. Assim, na obra strawsoniana, o movimento descrito é centralmente naturalista e sua posição epistêmica está estritamente correlacionada a essa abordagem, assim como sua concepção ontológica e lógica.

Mencionamos diversas vezes sobre a tríade departamental e, no que se refere à moral, pode aparentar que há uma inferência indevida ou uma lacuna ainda não resolvida. Portanto, encerraremos esta seção elucidando mais uma vez esse ponto, para que a posição do autor fique clara:

Onde a **natureza** nos determina dessa forma, temos um comprometimento **não racional** original que estabelece os limites dentro dos quais, ou o cenário sobre o qual, a **razão** pode efetivamente **operar**, e dentro dos quais pode surgir a pergunta pela racionalidade ou irracionalidade, **justificação** ou falta de justificação, deste ou daquele juízo ou crença particulares. Logo joguei mais ou menos o mesmo jogo, poder-se-ia dizer, com a vida moral. Somos seres naturalmente sociais, e aliado ao comprometimento natural com a existência social existe um comprometimento natural com toda a rede ou **estrutura de atitudes, sentimentos e juízos** humanos pessoais e morais dos quais falei. E nossa disposição natural para ter essas atitudes e fazer esses juízos é naturalmente protegida contra os argumentos que sugerem que, em princípio, aqueles são insustentáveis ou injustificados, da mesma maneira como nossa disposição natural para crer na existência dos corpos está naturalmente protegida contra os argumentos que sugerem que a crença é, em princípio, incerta (STRAWSON, 2008, p. 51-52, grifo nosso).

Conforme a citação, pode-se concluir que:

- a) há uma condição natural da estrutura na qual a tríade departamental irá pertencer e se efetivar.

- b) a *ontologia* básica é originalmente não racional, é um exercício sensitivo compartilhado intersubjetivamente.²⁷
- c) estamos comprometidos a desenvolver uma epistemologia sustentada em nossa ontologia, ou seja, nossa *epistemologia* é uma operação dentro dos limites dos nossos sentidos, que compõe o núcleo do nosso rico vocabulário, da nossa biografia e também dos conceitos técnicos mais robustos.
- d) a justificação é requirida para classificar a racionalidade ou irracionalidade de uma avaliação. Em suma, é uma categorização das crenças, é uma medida formal de avaliação. Aqui estamos no nível da *lógica*, uma vez que o nosso compromisso ontológico nos garante a possibilidade de uso de particulares na comunicação (STRAWSON, 2019b, p. 29).

Embora seu tema central não seja a moral - talvez Strawson repita isso mais por humildade do que por confiança - vemos que seu entendimento sobre o lugar da lógica está interligado com sua concepção do agir humano. O próprio Strawson defende que os diferentes temas da tríade departamental podem ser considerados separadamente, mas nunca de forma isolada, pois eles são como uma rede (STRAWSON, 2002, p. 50). Estamos, portanto, perante a estrutura geral dos nossos conceitos.

Uma vez atingido o propósito inicial da presente seção, agora podemos explicitar que tipo de estrutura geral o autor pensa existir em nossas ações intersubjetivas.

3.2.1. Problema ou reposta?

Na próxima seção, abordaremos as considerações apresentadas no artigo MS, ao qual fizemos breves referências ao longo das seções anteriores e enfatizamos sua importância para compreender o problema proposto por Strawson. Antes disso, no entanto, precisamos lidar com uma última questão relacionada às atitudes reativas.

As últimas seções contribuíram para mapear o lugar que as atitudes reativas possuem no *corpus* teórico do nosso autor. Apresentamos as abordagens que tornam

²⁷ É geralmente aceite que as categorias ontológicas incluem a das substâncias individuais, ou seja, itens relativamente duradouros que ocupam espaço e que têm, pelo menos normalmente, algum princípio interno de organização. Tais itens pertencem à categoria ontológica mais abrangente dos particulares; e por "particulares" entendo coisas individuais que têm, em qualquer altura, uma localização espacial (STRAWSON, 2005, p. 301, tradução nossa).

possível o tratamento filosófico do fenômeno moral em Strawson, por meio da correta compreensão do contexto e dos problemas por ele vislumbrados.

Em síntese, Strawson utiliza as atitudes reativas não como uma plataforma de salto, ou seja, ele não quer *fundamentar* normativamente os atos de censura e louvor. Seu objetivo é indicar que há uma dinâmica dupla neste fenômeno (atitudes e reações), e que o que entendemos por responsabilidade, em seu nível mais básico na esfera da linguagem ordinária, é um exercício que precede qualquer teorização a respeito. Assim como operamos linguisticamente de modo eficiente antes mesmo de termos acesso a uma teoria gramatical, também responsabilizamos e participamos dos sistemas compartilhados de demandas com muito sucesso. Não obstante os atritos relacionais, parece que sabemos diferenciar muito bem um ato de boa vontade de um ato de má vontade e também temos uma compreensão eficaz de suas implicações. Assim, as atitudes reativas e os sentimentos morais não são uma tese normativa ou prescritiva; pois elas tratam sobre a nossa *atualidade*. A semelhança de sua análise gramatical, estamos tratando de algo que é anterior a qualquer gramática formal, e se não se depreende desta que sua posição analítica é uma formalização da nossa comunicação, o mesmo ocorre com as práticas de responsabilizar.

Esse movimento – ler o texto a partir de seu problema - se faz necessário para entendermos a questão epistêmica proposta no início do artigo LR e, como isso, nos deixa perante um problema filosófico que pretende reinterpretar, dentro do naturalismo, as perguntas clássicas da filosofia, validando-as e destacando a importância que elas ainda possuem. Esse movimento reinterpretativo strawsoniano coloca-nos diante da (re)fixação de problemas morais que vão além de um naturalismo reducionista

Com a contextualização da posição filosófica de Strawson, torna-se evidente que muitas das críticas e considerações podem apenas ser uma distorção de um problema não compreendido, uma ansiedade de compreender um fenômeno e responder a ele. Como diz Cuypers:

Muito recentemente, o debate sobre a responsabilidade moral começou a sofrer de uma proliferação de distinções técnicas. São feitas diferenças subtis entre responsabilidade, imputabilidade, responsibility, accountability²⁸ e outras. Claro que é uma tarefa central na lista de tarefas de um filósofo fazer distinções e pô-las em prática para elucidar questões. Mas a utilização de um

28 Optei por deixar os termos, que são específicos na pesquisa sobre a responsabilidade moral, conforme o original.

aparelho técnico pesado pode também ser um sintoma de um escolasticismo infrutífero e de um programa de investigação estagnado (CUYPERS, 2019, p. 233, tradução nossa).

Strawson possui uma estratégia naturalista e que é trabalhada por inúmeros autores, como P. Russell (2016), M. Glouberman (2006), P. Milam (2016), entre outros. E não é raro que um erro basilar seja cometido na origem de muitas considerações, ou seja, por exemplo, que Strawson seja lido como um defensor de uma posição estrita de um naturalismo de tese. Assim, tendo que Strawson tem por objetivo fornecer as condições pela qual um sujeito S é responsável por uma ação A, para a qual tal responsabilização ocorreria *se, e somente se*, e porque, temos que é *apropriado* adotar uma dada atitude reativa para S em relação à A (CUYPERS, 2019).

A temática e os atuais paradigmas corroboraram o diagnóstico de que o tema da responsabilidade moral não está somente sendo tratado como uma questão de oposição nos diversos dualismos filosóficos. Os desacordos são tantos e são de tal forma irreconciliáveis que é possível que já não estejamos a trabalhar de maneira assertiva com os termos da discussão; e que estejamos a pressupor ao invés de expor os mecanismos subjacentes de nossa linguagem e compromissos psicológicos e que estejamos lidando com os fatos de uma maneira equivocada. É exatamente esse o argumento de Strawson e é em dois artigos que ele expõe tal pensamento.

O naturalismo que Strawson defende não está apontando para frente, para a solução, mas sim para trás, na correta identificação do problema. Strawson problematiza as relações em um campo não distanciado. Dentro desse campo, ele formula algumas possíveis respostas que os partidos podem dar em relação aos fenômenos. Ao indicar a lacuna na abordagem de ambos os partidos, ele reorienta a responsabilidade moral aos problemas filosóficos tradicionais e centrais, ou seja, estamos perante um problema metafísico²⁹, um problema metafilosófico (LAZEROWITZ, 1970, p. 91). E se há qualquer dinâmica social e intersubjetividade é porque há também uma estrutura cognoscível (metafísica descritiva) da nossa ontologia e que se traduz em uma lógica.

29 Mesmo que tal posição seja conflitante e possua falhas, o movimento e o esforço strawsoniano de reconduzir temas perante uma aversão à metafísica se mantem nuclear. Ele nos serviu para mostrar que embora existam equívocos, autores como Aristóteles, Descartes, Kant, Hume e outros não estão superados, pois eles entenderam, exploraram e nos auxiliaram a prosseguir no entendimento das barreiras e peculiaridades do nosso conhecimento e interação com o nosso entorno.

Alguém pode indicar que há sim, no artigo LR, um elemento que se manifesta como uma resposta para além da fixação do problema da ação frente à questão triádica. Obviamente uma descrição de uma ação também pode ser um diagnóstico de uma constante, ou de uma percepção da realidade, porém, tal empreendimento formal é uma linguagem secundária (STRAWSON, 2002, p. 38), e como vimos, a posição filosófica de Strawson é de um tratamento conceitual que pertence à estrutura básica, primária, de nossa linguagem:

Temos um outro modo de falar de nós mesmos e dos demais que nos é mais familiar, no qual nos referimos à ação e ao comportamento (no sentido comum dessa palavra), e não simplesmente a movimentos de membros, e no quais utilizamos livremente a linguagem das sensações, percepções, ideias, memórias, afirmações, crenças, desejos e intenções; em suma, trata-se de uma linguagem mentalista ou personalista (STRAWSON, 2008, p. 70).

Quanto à linguagem primária, estamos perante um problema filosófico para o qual podemos utilizar os termos técnicos apenas como ferramentas úteis para uma espécie de terapêutica. Mas faz-se necessário uma maior atenção para que este movimento não nos confunda a ponto de sugerir que Strawson está a fazer algo que ele de fato não faz. Por fim,

Insisto, então, na analogia. Da mesma forma que possuímos um domínio funcional da gramática de nossa linguagem nativa, também possuímos um domínio funcional desse equipamento conceitual. Sabemos manejá-lo, usá-lo no pensamento e no discurso. Mas tal como o domínio prático da gramática não implica a habilidade de determinar quais são as regras que observamos sem esforço, do mesmo modo o domínio prático do equipamento conceitual não implica de forma alguma possuir entendimento claro, explícito, dos princípios que governam a utilização do equipamento, possuir a teoria da nossa prática (STRAWSON, 2002, p. 21).

Ler a filosofia a partir de seus problemas (PORTA, 2003, p. 26) significa ajustar nossa visão e compreender que, talvez, de fato, toda a filosofia comece e termine com o problema do ser e do conhecimento. E Strawson, como poucos autores, deixa claro que sua filosofia é uma reinterpretação das obras de autores que se debruçaram sobre esses problemas. A confusão que muitas vezes surge na interpretação de sua obra sobre a moralidade provavelmente decorre da falta de contextualizá-la dentro desses problemas.

3.3 Moralidade social e ideal individual

O que Strawson tem a dizer diretamente sobre a moral divide-se em dois artigos, no mais famoso deles a pergunta pode ser sintetizada como se segue: “que efeito teria, ou haveria de ter, a aceitação da verdade de uma tese geral do determinismo sobre essas atitudes reativas?” (STRAWSON, 2015a, p. 254). E como já indicamos, o esforço strawsoniano é apontar que estamos perante um problema epistêmico referente a linguagens secundárias (técnicas) que empregamos para tratar de uma linguagem primária. Mas como os dois artigos se conectam?

MS não é outro artigo separado sobre o tema, mas sim uma extensão dele. É nele que Strawson aprimora o conceito de compromisso psicológico daquilo que ele *defende* ser as formas *generalizadas* de demandas. E essas demandas estão conectadas humanamente.

É a partir da pergunta “que interesse tem o indivíduo pela moralidade?” (STRAWSON, 2015b, p. 278) que Strawson separa a *esfera da moralidade*, do *espaço ético*. Indicando, assim, que há uma complexa relação entre as nossas imagens de formas ideais de vida. Em síntese, há um processo entre o indivíduo e o espaço das interações humanas que podem ser assim expressados: I. O indivíduo e suas imagens de formas ideais de vida.³⁰ II. O espaço da imaginação ética.³¹ III. Os diferentes sistemas (metafísicos, literários, biográficos) das imagens acerca do ser humano.³²

A concepção mínima da moralidade proposta por Strawson, que é modificada para responder à clássica pergunta sobre nosso interesse pela moralidade, representa o primeiro passo para descrever, mesmo que de maneira imprecisa, como nossas relações se desenvolvem. Essa descrição baseia-se na ideia de que existem imagens da realidade que são centrais em nossos juízos e que despertam nossa imaginação. Diz Strawson:

É óbvio que muitas, senão todas, das imagens ideais das quais falei exigem para sua realização a existência de alguma forma de organização social. A exigência é lógica ou empírica em diversos graus. Alguns ideais só fazem sentido em um contexto social complexo e inclusive em um tipo particular de contexto social complexo. [...]. Agora, é condição da existência de qualquer

30 Imagens que um indivíduo forma para si mesmo; elas dependem de fatores como experiência, momento, ânimo, estado físico, ambiente etc.

31 O ato de identificar-se imaginativamente com visões conflitantes sobre os fins da vida. Um exemplo é nossa paixão por ficção, romances.

32 Região das verdades, sem que haja verdades. Local de enunciados gerais que são sistematizações e podem capturar a imaginação ética.

forma de organização social, de qualquer comunidade humana, que certas expectativas de comportamento de seus membros devem satisfazer-se de uma forma claramente regular, que alguns deveres, poderíamos dizer, sejam cumpridos, que algumas obrigações sejam reconhecidas, que algumas regras sejam observadas. Poderíamos começar situando aqui a esfera moral. É a esfera da observância das regras de tal modo que a existência de algum conjunto semelhante de regras é uma condição da existência de uma sociedade (STRAWSON, 2015b, p. 275).

A esfera moral é considerada como distinta do espaço ético, embora haja uma interseção entre ambas. É importante destacar que temos dois termos distintos, “esfera” e “espaço”, que são relevantes para interpretar a intenção do autor. Embora não sejam separáveis em termos conceituais, Strawson os diferencia gramaticalmente para introduzir o que ele considera ser uma marca da estrutura que garante uma regularidade geral. Da citação acima, também destaca-se o que o autor trabalha ao longo do artigo, o que ele identifica como: *forma claramente regular*.

É na esfera da moralidade que Strawson busca estabelecer uma certa simetria com o objetivo de superar o solipsismo. Em outras palavras, ele reconhece que qualquer espaço social é composto por indivíduos e que existem inúmeras perspectivas entre os participantes. No entanto, há uma eficiência em nosso conjunto social, há um fator ou uma forma que permite uma interação baseada na reciprocidade e no acordo mútuo, com direitos e deveres, sem que haja nenhuma teoria ética prescritiva anterior a ela:

A região do ético, então, é uma região de diversas imagens ou quadros ideais de uma vida humana, ou da vida humana, imagens certamente incompatíveis entre si e talvez reciprocamente contrapostas na prática; e é uma região na qual muitas dessas imagens incompatíveis podem pelo menos assegurar a lealdade imaginativa, embora sem dúvida nem sempre prática, de uma só pessoa. Mais ainda, este mesmo enunciado pode ser visto não meramente como uma descrição do que é o caso, se não como uma avaliação positiva da diversidade avaliativa. Qualquer diminuição dessa variedade empobreceria o cenário humano. A multiplicidade de imagens conflitantes é ela mesma o elemento essencial de uma de nossas imagens do homem (STRAWSON, 2015b, p. 274).

Em MS, o filósofo londrino tem a intenção de nos levar a um quadro complexo no qual qualquer determinação do agir e da vida, como algo estável, seria absurda. O quadro coloca-nos perante um lugar comum para as relações, no qual ocorre a sobreposição constante de uma série de imagens que podem nos aprisionar e resultar em posturas conflituosas devido ao crescimento e à complexidade dos laços internos e externos em um determinado grupo.

Há, assim, uma conexão entre em ambos os artigos morais de Strawson, pois o que ele está enfrentando são concepções naturalistas que tendem a reduzir a ação a uma formalização e um princípio social. No seu artigo MS, a interação entre esfera moral e o espaço ético remete-nos aos problemas ontológicos, epistêmicos e lógicos, ou seja, estamos nos três momentos citados anteriormente, o das imagens ideais, o da imaginação ética e o da sistematização das imagens acerca do homem.

É a partir da relação entre a esfera da moralidade e do espaço ético que Strawson passa a considerar a questão sobre qual é o interesse do indivíduo pela moralidade. Referente às tentativas de justificação,

A única resposta à pergunta que se sugeriu até agora é esta: que a imaginação ética do indivíduo pode ser capturada ou inflamada por uma ou mais imagens ideais da vida que precisam para a sua realização da existência de agrupamentos sociais, e que as organizações sociais como tais não poderiam existir na ausência de um sistema de demandas sociais dirigidas aos membros individuais desses grupos ou organizações. Eu apontei que essa resposta é demasiado imperfeita, que a interação entre o ideal ético e a obrigação social é mais intrincada do que ela sugere (STRAWSON, 2015b, p. 278-279).

A discussão está sobre as razões que nos levaram e nos mantêm em um ambiente sancionador. Strawson não fica satisfeito com a ideia de que todo indivíduo que recebe uma demanda socialmente sancionada necessariamente tenha interesse nessa demanda, pois isso seria uma resposta inadequada à questão. A inadequação ocorre porque não é a mesma coisa considerarmos a sociedade como uma totalidade de indivíduos sujeitos a demandas e considerarmos a sociedade como a fonte de sanção dessas demandas:

Uma demanda socialmente sancionada é sem dúvida uma demanda feita com a permissão e aprovação de uma sociedade, e que vem respaldada, em alguma forma ou grau, por seu poder. Mas a ideia de sociedade como a totalidade de indivíduos sujeitos a demandas pode aqui ser separada da ideia de sociedade como fonte de sanção dessas demandas. [...]. O mero pertencimento à sociedade total não garante o pertencimento à parte sancionadora da sociedade. Nem tampouco o mero interesse pela existência de algum sistema de demanda socialmente sancionadas garante um interesse pelo particular sistema de demandas socialmente sancionadas ao qual alguém se acha sujeito. Mas a não ser que se cumpra pelo menos uma destas condições não garantidas, e talvez ambas, não parece que o cumprimento de uma demanda socialmente sancionada se aproxime ao que deveria considerar-se o cumprimento de uma obrigação moral (STRAWSON, 2015b, p. 279-280).

O autor está indicando que é possível formular e obedecer a uma sanção sem que isso seja necessariamente resultado de uma obrigação moral. Assim, as demandas podem ser vistas como uma atribuição específica, uma função particular, como ser um professor ou um soldado, e agir de acordo com essa posição. No entanto, isso não explica qual seria a estrutura geral que assimila essa sanção e como elas se relacionam em termos de sua obrigatoriedade moral.

Strawson já evitou uma forma de pragmatismo (que agir moralmente é o que se espera de um ser humano enquanto tal) e de funcionalismo para responder à questão sobre qual o nosso interesse pela moralidade. O que ele insere na discussão é que há um elemento geral que torna possível a interação das imagens ideais de vida, a imaginação ética e os sistemas e imagens acerca do ser humano.

O caráter geral que Strawson defende é algo como a virtude da justiça e da honestidade. Diz o autor:

Devemos ser prudentes, não obstante, para não sair de um exagero com outro exagero. É importante perceber a diversidade dos possíveis sistemas de demandas morais, assim como a diversidade de demandas que podem ser feitas dentro de qualquer sistema. Mas é importante também reconhecer que certos interesses humanos são tão fundamentais e tão gerais que eles devem ser reconhecidos universalmente de alguma forma em algum grau e em qualquer comunidade moral concebível. [...]. Aqui ao menos temos tipos de comportamento moral que são demandados aos homens enquanto homens, porque são demandados *para* e *pelos* homens enquanto homens (STRAWSON, 2015b, p. 282-283, grifo do autor).

Referente às virtudes, Strawson afirma o seguinte:

Depois, quando se admite inteiramente a possível diversidade de sistemas morais e a possível diversidade de demandas dentro de cada sistema, permanece sendo verdade que o reconhecimento de certas virtudes e obrigações gerais será um traço lógico e humanamente necessário de quase qualquer sistema moral concebível: todos eles incluirão a virtude abstrata da justiça, alguma forma de obrigação de ajuda mútua e de abstenção de ofensa mútua, e de alguma forma ou em algum grau, a virtude da honestidade (STRAWSON, 2015b, p. 282).

Essa é uma forma equilibrada, segundo o autor, para lidar com a questão, pois nela encontra-se uma justificativa para o interesse e o reconhecimento para as demandas morais. No entanto, essas virtudes não necessitam de demonstração. Não obstante isso, tais disposições podem ser explicadas por meio de suas fontes naturais (STRAWSON, 2015b, p. 283), pois “não é nenhuma censura afirmar a propósito de uma explicação quando estamos tratando de uma instituição humana em

desenvolvimento, que esta pode ser descrita, pelo menos em parte, geneticamente” (STRAWSON, 2015b, p. 285).

É dentro dessa relação e da estrutura geral para a moralidade social, com um aporte psicológico que em parte pode ser explicado geneticamente, que Strawson expõe sua ideia sobre o que é a moralidade e o espaço das atitudes morais.

O artigo MS suscita uma série de complicações nas relações humanas dentro de tal estrutura. O autor indica que isso é fruto da complexidade participativa, o que envolve a noção de que estamos em um vínculo de pertencimento e interesse, ou seja, a resposta à questão do nosso interesse pela moralidade “não pode consistir meramente em uma questão de conveniência” (STRAWSON, 2015b, p. 286); e que as nossas relações são mais intrincadas do que uma formulação pragmática pode sugerir.

Independentemente da imagem, forma e sistematização que nossas relações assumam, existem nelas um elemento prévio, algo geral que não pode ser demonstrado completamente e só pode ser parcialmente explicado pelas nossas ferramentas de análise cognitiva. As virtudes da justiça e da honestidade é uma concepção que não se define pelos resultados ou aspirações pessoais e sociais, elas são o fundamento básico para as nossas demandas e respostas. Assim, se há uma moralidade social é porque existe um espaço de interação no qual temos liberdade participativa, reconhecimento e interesse que dão origem à ideia abstrata de uma justiça entre os pares; e que é mais constante e geral em nossa formulação e comunicação das imagens acerca do mundo.

Esse breve relato do artigo MS teve por objetivo destacar o elemento anterior àquilo que está exposto no artigo LR, ou seja, a origem de nossos sentimentos morais, e por qual razão ela é apontada como um compromisso psicológico do qual dificilmente podemos nos separar. A explicação para essa questão está presente no artigo mencionado nesta seção. Se as atitudes reativas não forem compreendidas à luz do que Strawson entende como a estrutura geral de nossas relações sociais, grande parte de sua intenção será perdida e mal interpretada, e a lacuna que ele tenta explorar não será compreendida.

Na sequência, reconectaremos os conceitos até aqui trabalhados para que o problema da responsabilidade moral seja fixado.

3.4 Conectando o problema

Sabendo o que Strawson apresenta por “imagem”, podemos agora esclarecer o problema proposto pelo autor. Afirmamos que o artigo LR inicia-se por uma questão epistêmica a respeito do impacto que uma tese geral do determinismo teria sobre as atitudes reativas. Adentramos, então, na visão filosófica e analítica strawsoniana, pois defendemos que esse contexto é indispensável para compreendermos o conteúdo em LR. Assim, chegamos a sua concepção da filosofia como análise gramatical. E esta como uma teoria positiva frente ao modo como buscamos as estruturas internas ao exercício de nossa linguagem ordinária. Sua metafísica descritiva resulta em uma relação triádica departamental, a estrutura básica de nossos conceitos, e tem por objetivo retomar uma postura metafísica não revisionista em relação ao que podemos conhecer.

A relação triádica tem por objetivo investigar não a formalização correta e técnica da nossa linguagem, mas os seus elementos primários que são utilizados de maneira eficiente antes mesmo de existir qualquer formulação técnica (secundária) do seu emprego. Esse empreendimento strawsoniano divide-se em diversas obras. Para abordar a questão do que podemos conhecer e como funciona nosso aparato epistêmico, Strawson escreveu *Indivíduos*. Para lidar com a questão da formalização e da demarcação, ele escreveu *The Bounds of Sense*. Em relação aos problemas da indução, do naturalismo e do ceticismo, ele escreveu *Ceticismo e Naturalismo*. Quanto ao problema da moralidade, temos um material menor e dividido que consiste nos artigos LR e MS.

Assim, quando surge o termo “*atitudes reativas*”, estamos lidando com dois conceitos, “*atitude*” e “*reação*”. Strawson não deixa explícito em nenhum dos dois artigos que ele está tratando os sentimentos (reativos) de modo igual ou análogo ao que ele apresentou como sendo a estrutura geral da moralidade social, a saber, o interesse pessoal natural que temos na justiça e honestidade. O que podemos identificar é que em LR, os sentimentos são distintos e possuem nomes tais como ressentimento, indignação etc. A implicação disso é que há uma conexão entre epistemologia e ontologia, ou seja, os sentimentos morais não são o fundamento, mas parte integrante da moralidade. Por isso, a existência de dois termos diferenciáveis, porém complementares, “*atitude*” e “*reação*”.

A ligação entre os termos pode ser melhor compreendida quando focalizamos o núcleo da contenda entre otimistas e pessimistas; segundo Strawson, essa contenda ocorre no campo das atitudes:³³

Mencionei o castigo e a condenação e aprovação moral, e é a propósito dessas práticas ou atitudes que se sente que é controversa entre os otimistas e os pessimistas - ou, se alguém é um pessimista, a controvérsia entre os deterministas e os libertários, é particularmente importante (STRAWSON, 2015a, p. 248).

O que Strawson insere na discussão é o que ele descreve como *sentimento reativo* (STRAWSON, 2015a. p. 250). Entre a atitude de aprovação ou reprovação moral, Strawson inclui as reações, assim, passamos a ter as atitudes *reativas* morais.

Assim sendo, a questão sobre se um agente é responsável e se as práticas de condenação são justas ou não, não dependerá da posição otimista ou pessimista, ou seja, se suas teses são verdadeiras ou falsas. Strawson indica que ambos os partidos estão intelectualizando a discussão ao deixar algo fundamental de lado. E é neste ponto que Strawson insere a lacuna argumentativa entre ambos os partidos. Pode-se dizer que a maior parte do artigo LR, a partir da seção 3 do texto, trata da exploração dessa lacuna, algo que está 'submerso' e não está sendo abordado pela discussão contemporânea. Para ambos os partidos a discussão tem por tema as atitudes e as responsabilidades. Strawson frequentemente aponta para a insuficiência dessa abordagem empírica e critica o utilitarismo de um olho só que o otimista imprime à discussão, assim como o vazio conceitual do pessimista, que o leva para além dos fatos. Strawson, portanto, redefine a questão da avaliação sobre *atitudes*, para avaliação de *atitudes reativas*. Assim, o ponto central não é sobre o determinismo nas atitudes. O núcleo da questão é sobre a generalidade de tal tese frente às perguntas de ordem epistêmica, ontológica e lógica. Pois essas perguntas são anteriores e precedentes a qualquer modelo.

A fixação do problema, portanto, é sobre como uma dada tese, empírica ou racionalista, explica a conexão entre o *ser*, o *saber* e o *agir*. A generalidade básica nos remete à metafísica, e descritivamente, olhando para nossos compromissos psicológicos, estamos falando sobre uma base para a linguagem ordinária, uma base que possibilita à moral algo como uma expectativa recíproca de justiça e honestidade.

³³ Sinônimo de prática. Ambos os partidos estão discutindo a ligação entre seus conceitos e a prática, ou o que é, e como se descreve a prática das ações humanas.

O elemento geral pressuposto por Strawson é metafisicamente descritível. Se ele está correto em tal posição é um outro ponto.³⁴

Quando uma teoria trata as práticas e as atitudes humanas sob a perspectiva da objetividade, do tratamento e do interesse exclusivamente pragmático em um sistema de demandas, é comum que ela negligencie considerações de ordem metafísica, deixando de incluir em seu estudo lógico os elementos implícitos de nossa linguagem. Strawson traz todas essas considerações que estão sendo ignoradas em seu contexto para dentro das reflexões sobre a responsabilidade moral. No entanto, seu objetivo real é levar a teorização da responsabilidade moral para um novo campo, em que ele convida os partidos opostos a um debate. Mas agora é ele quem formula uma nova e antiga questão, pois, [...] isso não significa que a tarefa da metafísica foi, ou pode ser executada de uma vez por todas. Ela deve ser constantemente refeita. Se não há novas verdades a serem descobertas, há velhas verdades a serem redescobertas (STRAWSON, 2019b, p. 15).

Se há um elemento geral em nossas ações, ele está relacionado à nossa ontologia fundamental. Se existe uma teoria que se debruça sobre os fenômenos de nossas atitudes, ela deve levar em consideração os dispositivos lógicos. É nesse ponto que Strawson fundamenta sua posição filosófica como uma análise gramatical. Assim, ele aponta para algo anterior a nossa formalização e descrição; ele tem em vista, acima de tudo, uma visão aliada à nossa conexão humana, com nossas biografias, ritos e símbolos. Além dos dois pontos citados, o da generalidade e da lógica interna ao mecanismo que estamos a descrever, Strawson volta para a importância dos sentidos, do sentimento humano como um ponto pelo qual qualquer imagem da realidade se desenvolve. A generalidade, antes de ser uma ideia perseguida por uma forma de linguagem secundária que pretende descrever o todo das relações a partir de sistemas neurofisiológicos, é algo que só pode fazer parte de uma linguagem primária. Assim sendo, a lacuna exposta por Strawson não se trata de uma tentativa de objeção ou falseabilidade de uma tese, senão de expor a estrutura

34 O que consideramos ser de grande importância no movimento strawsoniano é o foco que ele dá para uma área que é vista por uma ótica pragmática e socialmente justificável na relação do emprego de seus dispositivos de responsabilização, e faz isso ao descrever os problemas da própria base naturalista. Basta lembrar que Strawson está, ao reinterpretar Kant, revisando todas as nossas afirmações e usos de conceitos sobre a nossa relação com o mundo através de uma metafísica descritiva.

geral que é *anterior e condição pela qual se faz possível - e sem a qual não é possível*
- qualquer formalização:

Ninguém supõe que exista a possibilidade prática de se fazer o mapeamento completo desde a história pessoal até a correspondente história física: isto é, a possibilidade de estabelecer uma correlação entre cada atribuição de um estado ou evento pertencente à história pessoal de alguém e a atribuição correspondente de um estado ou evento pertencente à história física dessa mesma pessoa. (Não existe qualquer petição de princípio no uso que faço aqui do termo 'correlação'; mesmo que se mantivesse que os elementos imputados nas imputações correlacionadas eram idênticos, claramente as imputações não são idênticas.) Mas, da mesma maneira, ninguém supõe que as duas histórias sejam completamente independentes uma da outra, ou, mais precisamente, que os fatos relatados na história pessoal não tenham relação com os fatos relatados na história física (STRAWSON, 2008, p. 71).

Podemos resumir a questão da seguinte forma: ambos os partidos dizem saber algo sobre a funcionalidade de - ou sobre o que deve estar a operar em - nossas atitudes. Ambos os partidos se debruçam sobre a tese do determinismo. No entanto, há uma lacuna mal explorada entre eles; um problema que não apenas permanece sem solução, mas que foi indevidamente abandonado, a saber, o papel dos sentidos na formulação de nossas imagens que dão origem aos sistemas morais. Ambos os partidos estão debatendo sobre um fenômeno complexo e que não permite uma generalização dos resultados; porém, se há algum caráter geral, ele está na base da formulação de qualquer princípio dos fins da vida. Portanto, há em alguma dessas posições algo com o que se possa responder à pergunta: como esses elementos ontológicos, epistêmicos e lógicos se conectam? Qual é impacto que uma generalização de uma dada teoria (que parte de uma fragmentação e complexidade) teria ao analisar algo que lhe é primário?

Eis o problema fixado, eis o problema que da antiguidade até os dias atuais permanece central para a filosofia e que, principalmente a partir de Strawson, se tornou também um problema para a responsabilidade moral.

4. OBJEÇÕES E REINTERPRETAÇÕES

Nos capítulos anteriores, nos dedicamos a explorar o tema da responsabilidade moral em Strawson a partir da fixação do problema conforme proposto pelo próprio autor. Nosso objetivo foi explicitar a sua visão filosófica e como o tema da responsabilidade é resultado de sua perspectiva analítica.

Neste último capítulo, iremos trazer dois artigos que se debruçaram sobre o tema da responsabilidade moral exposta em LR, são eles: *Strawson on Freedom and Resentment* (PEARS, 1998) e *Varieties of Moral Responsibility* (ZIMMERMAN, 2015). A nossa escolha se deu unicamente pela clareza que ambos os artigos possuem, possibilitando uma adequada reconstrução das teses de Strawson, e, também, por deixarem escapar pontos centrais da argumentação strawsoniana. Tendo em mente que o núcleo do nosso trabalho é a correta fixação do problema da responsabilidade moral a partir de Strawson, o nosso último passo para cumprir tal propósito será por meio de um diálogo restrito, mas suficiente, com os dois artigos em questão.³⁵

Referente ao artigo de Pears (1998), nós contamos com a própria resposta de Strawson (1998). Já para o artigo do Zimmerman (2015), nós iremos explorar pessoalmente as lacunas existentes em sua abordagem. O último momento do presente capítulo será uma exploração própria da perspectiva sobre a agência moral a partir de Strawson.

4.1. David Pears e sua interpretação do problema

Na coletânea de artigos reunidos em *The Philosophy of P. F. Strawson*, David Pears contribuiu com o texto intitulado *Strawson on Freedom and Resentment*. Nele, o autor tem por objetivo apresentar a discussão strawsoniana e ao mesmo tempo fechar algumas lacunas que parecem restar, e nas quais o determinista duro³⁶ permanece como um candidato em potencial dentro do tema moral.

³⁵ Devido às limitações de espaço e escopo desta dissertação, não serão analisados diversos artigos críticos que são considerados centrais no debate, como, por exemplo, os de Russell (2016), Waller (2011), Strawson (1994), Watson (2004) e outros. A nossa intenção é tão somente concluir com um exercício necessário em qualquer pesquisa filosófica, a saber, considerar de forma nuclear o problema e, a partir dessa análise, traçar as distinções e explicitações relevantes. Esse exercício tem como objetivo corroborar o movimento dos capítulos anteriores, que é o de esclarecer como Strawson estabelece o problema da responsabilidade moral sobre uma base triádica.

³⁶ No original *Hard determinist*. O termo refere-se ao grupo dos pessimistas em LR (incompatibilistas). Como já mencionamos nas seções iniciais, o pessimista pode ser entendido tanto como o libertista

O texto de Pears é importante, pois ele possui uma latência temporal em relação à publicação de LR. Assim, estamos adentrando em um diálogo que já está no contexto da ascensão da neurociência.

Pears defende que Strawson alargou a visão do determinista brando ao questioná-lo sobre o fundamento da voluntariedade e ao inserir na discussão toda a gama de reações humanas (PEARS, 1998, p. 245). No entanto, para compreender o desafio strawsoniano e entender qual pergunta ainda permanece em aberto, é necessário fazer uma visita ao contexto ou ao início do conturbado embate teórico, conforme sugerido por Pears.

A maior parte do artigo versa sobre as divergências entre compatibilistas e incompatibilistas e, também, sobre o impacto que eventos passados imprimem à deliberação humana:

Todos concordarão que os agentes humanos originam muitas, se não a maioria, das suas próprias ações. [...]. Isto é convincente, mas pouco preciso. Há, portanto, uma complicação: o *conceito* de origem responsável das ações assenta numa base fenomenal incompletamente especificada e, por isso, o alcance da sua aplicabilidade pode ser modificado por descobertas futuras. É refém da sorte e os riscos que corre não são fáceis de avaliar, porque o princípio que rege a estrutura da base fenomênica é demasiado impreciso para que haja certezas sobre as variabilidades hipotéticas do *conceito* em cada contingência recentemente descoberta (PEARS, 1998, p. 245-246, tradução nossa, grifo nosso).

Destaca-se, pois, aquilo que Pears pensa ser necessário aprimorar na argumentação strawsoniana. Em nenhum momento ele indica haver uma falha, mas sim uma questão em aberta que Strawson não se importou em responder, que seria a base empírica para uma crença geral. Segundo Pears, no campo das relações não distanciadas, nenhuma questão cética permanece como válida, essa ideia seria fruto da influência de Hume na argumentação em LR. No entanto, o determinista duro poderia entrar neste campo e alegar que as crenças oriundas de nossos sentidos são determinadas mecanicamente, o que corroboraria ainda mais seu ponto de vista; e se não podemos demonstrar a implicação entre fatos e dados sensitivos em dois eventos

quanto o determinista, ou naturalista reducionista. Para ambos, a prática de responsabilizar carece de fundamento, pois não há liberdade para tal. Por vias diferentes, tanto libertistas quanto naturalistas reducionistas negam que as práticas de aprovação e condenação moral tenham validade, pois para tal o agente deveria ter agido de outro modo, e isso deveria ser voluntário. Assim, são faces diferentes da mesma moeda, a de que, com as teorias comportamentais e a noção de causalidade, não temos algo como a liberdade.

semelhantes, é só por uma questão de aprimoramento científico que ainda está em desenvolvimento.

Assim, Pears quer “salvar” a tese strawsoniana. E desde o início o movimento que ele pretende fazer já é perceptível. Ele está trabalhando o uso do *conceito* responsabilidade. O que lhe interessa é o choque entre os termos, o lugar na estrutura daquilo que figura como exclusão das nossas considerações de censura e elogio. Isso quer dizer que ele está perante uma busca da validade do conceito de determinismo, e das descrições dos fenômenos que servirão como base para figurar em uma lista que nos dê a certeza de que certas ações não podem ser tidas como livres, ou que figurem dentro de uma noção de independência de influências. A sua busca, portanto, é defender que o determinismo não é um candidato adequado de um ponto de vista lógico. Esse é o panorama da questão. A questão lógica da empregabilidade do conceito de responsabilidade é a rota que Pears adota para fazer aquilo que Strawson não fez, a saber, falsear a tese determinista. Diz Pears:

A questão que pretendo abordar é a do impacto desta mudança de Strawson na controvérsia tradicional entre Deterministas Díficeis e Suaves. Poderá Strawson, a partir do seu novo ponto de vista, convencer o Determinista Difícil a abandonar o seu pessimismo acerca da aplicabilidade contínua do conceito de origem responsável? (PEARS, 1998, p. 247, tradução nossa).

O que Pears pretende fazer é mostrar que isso pode ocorrer por uma questão lógica.

O artigo de Pears segue no meio da contenda entre ambos os partidos. Ele tenta estabelecer uma necessidade lógica por meio do entendimento dos fenômenos, e seus laços no desenvolvimento de nossas *crenças*, e os comprometimentos psicológicos que garantiriam a validade do correto uso do conceito de responsabilidade. Ele toma a frente na discussão sobre as atitudes reativas, tentando inserir uma correção ou acréscimo formal, o que, de fato, tornaria obrigatória a retratação argumentativa do determinista duro.

O autor envereda em uma miríade de problemas na área na linguagem e do naturalismo. Não é nosso foco descrever toda sua visão e reformulação lógica sobre o determinismo e a responsabilidade - claramente o foco do artigo LR não é uma refutação ao determinismo. Serve para o nosso propósito tão somente aquilo que ele interpreta ser o argumento de Strawson em LR, e Pears, em seu artigo, faz pequenos

e breves recortes da posição strawsoniana.³⁷ Sua tentativa de confronto metodológico, que resulta em uma impossibilidade lógica da queda do conceito de responsabilidade é, como já mencionado, uma tentativa de inserir o que falta às atitudes reativas. Pears, ao longo de seu artigo, analisa exemplos de crenças deterministas, e como elas influenciariam nossa compreensão de mundo. Para ele, nenhuma crença poderia se manter por existir uma lacuna lógica. É essa argumentação que não descreveremos aqui, pois ela não se sustenta ou se desenvolve a partir da leitura strawsoniana. É somente no início e no final do artigo, que Pears menciona Strawson.

Sua posição final sobre o assunto pode ser resumida na seguinte passagem:

Consideremos, em primeiro lugar, o efeito de uma *crença* genuína no determinismo. Obviamente, isso alteraria as nossas vidas, mas não necessariamente da forma descrita pelo determinista duro. [...]. Strawson argumenta que não precisamos de enfrentar esta questão, porque não poderíamos fazer o ajustamento mais radical exigido pelo determinista duro. Eu enfrentei-a e apresentei mais dois argumentos para resistir à tentativa do determinista duro de nos expulsar do nosso sistema atual. O determinismo não é o tipo de característica que pode ser testada para ser incluída na lista de contra condições da responsabilidade, e o argumento a priori indiscriminado do conceito geral de impossibilidade carece de cogência (PEARS, 1998, p. 156, tradução nossa, grifo nosso).

Pears finaliza sugerindo ter feito o que Strawson não fez, a saber, estabelecer uma conexão lógica entre fenômenos, o conceito de responsabilidade e a falta de cogência do argumento determinista, ao não poder testar a validade de seu conceito. Sendo assim, ele completou o que faltava para validação do uso do conceito “responsabilidade”.

Em seu artigo, Pears realiza dois movimentos. O primeiro foi o de descrever o que Strawson pretendeu apontar e defender em seu artigo LR – e isso apenas no início do artigo. O segundo foi o de aprimorar o argumento necessário para combater o determinismo.

Em sua interpretação, Strawson lança um desafio a ambos os partidos, o de olhar para as atitudes mais básicas entre humanos, e tenta tornar a proposta irrecusável, uma vez que as atitudes reativas são parte integrante e fundamental em nossos comprometimentos relacionais. E já que ali o *uso do conceito* de

³⁷ Pears coloca o foco em algo que não foi, para Strawson, a tentativa principal em LR. Por tal fator, o artigo de Pears não é sobre o artigo LR, senão sobre a sua preocupação em responder ao determinista. Oferecer a reinterpretção de Pears sobre o artigo LR nos conduz, inevitavelmente, a uma seção curta, pois Pears descreve pouco, e superficialmente, o artigo LR.

responsabilidade não parece ser ameaçado pela *crença no determinismo*, então não teríamos nenhuma dúvida sobre o fato de que a responsabilidade possui validade e não se vê ameaçada epistemicamente dada a segurança alcançada empiricamente.

Pears acrescenta que o determinista duro ainda pretende ser um candidato base para validar toda essa gama de reações em questão - que são conteúdo do conceito de responsabilidade -, o que ele afirma não ser possível, pois para tal o determinista duro deverá recorrer a um sistema *apriorístico*. Portanto, é uma questão lógica que assegura o uso do conceito de responsabilidade. Era, segundo Pears, esse o elemento que faltava no embate entre Strawson e seus interlocutores.

O texto de Pears transita entre uma descrição muito geral e pobre da posição strawsoniana. Exemplos aparentemente óbvios do problema entre nossas relações e a teoria determinista; e uma clara dificuldade de sair de sua posição teórica.³⁸

O texto de Pears é um dos melhores exemplos de que alguém pode mencionar as atitudes reativas sem conseguir explicitar o que de fato é o compromisso pensado por Strawson (não basta, para tal, dizer que é um dispositivo natural e que é igual à uma série de sentimentos), sem conseguir descrever o que de fato são as atitudes reativas e o que as virtudes e a metafísica têm em comum.

O texto também é um ótimo exemplo de como podemos estar inteirados dos assuntos e divergências em um determinado tema, e inclusive, sermos influentes nessa discussão, sem que sejamos minimamente competentes em sair de nossa perspectiva e atacar assertivamente o ponto falho de um autor.

Nesse ponto de nossa dissertação, chegamos a um momento de extrema importância. Se até aqui nós fomos competentes em dissertar sobre o artigo LR e toda base teórica que o envolve, a falha no argumento de Pears nos saltaria às vistas como um raio de sol ao meio-dia. Não seria necessário gastar mais do que uma página para isso.

Iremos, portanto, para a resposta de Strawson, que realmente é curta e direta. O próprio Strawson resume o artigo de Pears em duas páginas, e responde a ele em menos de uma. O intuito é que, como exercício hermenêutico, possamos dizer ao fim

³⁸ Parece latente que seu comprometimento com sua ideia filosófica acaba por condicioná-lo a ler um texto (no caso LR) ao invés de detectar o problema e os argumentos. O que queremos dizer é que o seu ajuste focal está em inserir aquilo que ele considera ser o mais assertivo como teoria filosófica, ou seja, fica claro que ele não está lendo o artigo de Strawson a partir do problema. E assim, pressupõe que o problema diz respeito à contenda e as posições advogadas pelos grupos deterministas, o que resulta em uma busca por um sistema lógico para superá-los.

da próxima seção que, de fato, dado o que já apresentamos, a exposição de Pears possui uma falha óbvia.

4.2 Resposta a Pears

Strawson oferece uma resposta a Pears, e o faz ao longo de 3 páginas. Ele expõe brevemente o argumento central existente no artigo de seu interlocutor, e termina apontando aquilo que ele deixa escapar.

Como depreende-se do artigo em questão, Pears retomou mais uma vez a discussão se a crença do determinismo é incompatível com as práticas de condenação e aprovação moral. Referente ao artigo LR, ele aponta corretamente a fonte naturalista que as práticas de responsabilização possuem. A respeito desse compromisso, afirma Strawson:

Defendi ainda que esta rede ou sistema de atitudes e sentimentos está tão profundamente enraizada na nossa natureza humana que nenhuma convicção meramente teórica da verdade do determinismo a poderia deslocar ou mesmo perturbar. Pears descreve corretamente esta posição como um tipo de naturalismo comparável ao reconhecimento de Hume do nosso compromisso natural e não-racional com a crença em objetos físicos ou na causalidade (STRAWSON, 1998, p. 259-260, tradução nossa).³⁹

No entanto, ao realizar sua incursão nos problemas sobre a base dos nossos compromissos morais, Pears segue uma rota que se desloca de uma tese naturalista ou idealista:

A abordagem adotada por Pears é bastante diferente. Em primeiro lugar, ele salienta que, independentemente do que possa acontecer noutras áreas do nosso conhecimento, não há, na área relevante, i.e., a da ação humana intencional, qualquer possibilidade de estabelecer empiricamente, ou mesmo de testar, quer a verdade do determinismo quer as suas qualificações para serem incluídas na lista de condições que invalidam a responsabilidade. Depois, em segundo lugar, renunciando à questão dos testes empíricos, argumenta que é errado, *em princípio*, invocar uma característica estrutural absolutamente geral do mundo, como a que o determinismo postula, como candidata à inclusão nessa lista (STRAWSON, 1998, p. 260, tradução nossa, grifo do autor).⁴⁰

39 “I further maintained that this network or system of attitudes and feelings is so deeply rooted in our human natures that no merely theoretical conviction of the truth of determinism could possibly displace or even disturb it. Pears rightly describes this position as a kind of naturalism comparable with Hume's acknowledgment of our natural and nonrational commitment to belief in physical objects or in causation”.

40 “The approach favored by Pears is quite different. First, he points out that, however it may be in other areas of our knowledge, there is, in the relevant area, i.e., that of intentional human action, no

Assim, a estratégia adotada para “sair” desses problemas se torna diferente, e como já vimos, Pears pretende oferecer uma espécie de correção, da forma como Strawson coloca a questão e posiciona certos fatos estruturais mínimos. Na verdade, reside aí o seu ponto falho.

O método que Pears emprega para tentar retirar da questão toda aparência de imprecisão e, principalmente, qualquer possibilidade de ajuste entre crença e fenômenos naturais por parte dos partidos deterministas, é, como já vimos, de invalidar qualquer generalidade empírica, e isso por meio de uma comparação entre os conceitos e sua base lógica e fenomenológica, o que resultaria em uma impossibilidade de influência de uma crença geral do emprego de seus conceitos dentro da moralidade. O que dá a segurança para tal afirmação é o aspecto lógico inerente ao uso dos conceitos. Pears parte da ideia de que nossas práticas de aprovação e condenação morais são, “[...] na prática e na origem, uma distinção real, desenhada dentro do mundo” (STRAWSON, 1998, p. 260, tradução nossa),⁴¹ porém, não são generalizáveis ao nível conceitual. Assim, não há estrutura epistêmica e metafísica para essa operação moral.

A resposta de Strawson ao argumento de Pears é mista, há tanto uma concordância quanto uma *qualificação* substancial. Assim como em LR, a visão filosófica de Strawson se movimenta de uma forma que não indica um abandono de teses, mas sim uma relativização. Essa relativização, vista como uma *qualificação*, reorientação e reinterpretação. Assim, a resposta se dá da seguinte forma:

Qual é a minha resposta a essa estrutura refinada de argumento? É mista: uma mistura de concordância e qualificação bastante substancial. Concordo que devemos considerar seriamente a origem - a fonte e origem - da distinção que fazemos na prática entre os casos em que a responsabilidade é atribuída e os casos em que não é. No entanto, acredito que Pears dá peso insuficiente - de fato, no final de seu artigo, nenhum peso explícito - a exatamente esses aspectos da fonte e origem que eu me esforcei para enfatizar na minha caracterização das atitudes reativas em 'Liberdade e Ressentimento' (STRAWSON, 1998, p. 260-261, tradução nossa).⁴²

possibility of empirically establishing, or even testing, either the truth of determinism or its qualifications for being included in the list of responsibility defeating conditions. Then second, waiving the matter of empirical tests, he argues that it is mistaken *in principle* to invoke an absolutely general structural feature of the world, such as determinism posits, as a candidate for inclusion in that list”.

41 “[...] in practice and in origin, a real distinction, drawn within the world”.

42 “Now what is my response to this refined structure of argument? It is mixed: a mixture of agreement and quite substantial qualification. I agree that we should consider seriously the origin-the fount and origin-of the distinction we draw in practice between cases where responsibility is ascribed and cases where it is not. But I think Pears gives insufficient weight-indeed, towards the end of his paper, no

A *qualificação* na qual Strawson insiste é o reconhecimento geral das atitudes. Dessa forma, existe uma estrutura para o reconhecimento e compartilhamento das ações, de modo semelhante ao emprego ordinário de nossa linguagem.

A preocupação de Pears, e sua tentativa de refutar os partidos deterministas, é algo que Strawson insiste ser sem importância frente ao que ele expõe em LR, pois não haveria nenhuma diferença para as atitudes reativas se a crença no determinismo se colocar como candidata a uma tese geral - e isso é o que ocupa a maior parte do artigo de Pears. Isso ocorre pelo simples fato de que tanto os problemas epistêmicos, quanto ontológicos e lógicos, não tornam possível nenhuma teoria anterior ao uso e emprego de nossas noções e interesses morais; assim como não nos fornecem uma teoria geral de nossa gramática. Portanto, não é uma necessidade filosófica refutar uma ou outra posição, mas sim examinar todos os compromissos que derivam de uma dada ideia, ainda mais quando ela pressupõe uma generalidade.

Em síntese, a primazia de um conceito geral para nossos comportamentos não é garantida pela lógica, pela ontologia ou pela epistemologia isoladamente, pois a união dessas três acaba desafiando a possibilidade de qualquer estrutura formal abrangente. Grosso modo, para uma tese geral e conceitual sobre nossa realidade comportamental ser válida, se faz necessária uma resposta à base do nosso conhecimento. O que conseqüentemente eliminaria de uma só vez todas as questões filosóficas.

A responsabilidade moral, tendo como pano de fundo a questão sobre as estruturas e dinâmicas em nossas interações, não está, portanto, conceitualmente localizada:

Mas a responsabilidade última, neste sentido, não está aqui nem ali. Temos as distinções empiricamente fundadas com as quais, na prática, trabalhamos; e uma vez que estejamos completamente esclarecidos acerca da natureza real dessas fundações, fundações em fenômenos que somos muito bons a discriminar, vemos igualmente claramente que nenhuma doutrina geral como o determinismo, em qualquer das suas formas, as poderia perturbar. Assim, como se verá, concordo com a conclusão a que chegou o Professor Pears, mas espero ter tornado os seus fundamentos mais seguros ao referir-me novamente à fenomenologia da vida moral (STRAWSON, 1998, p. 261-262).⁴³

explicit weight at all-to just those features of the fount and origin which I was at pains to emphasize in my characterization of reactive attitudes in 'Freedom and Resentment'".

43 "But ultimate responsibility in this sense is neither here nor there. We have the empirically founded distinctions with which in practice we worked; and once we are fully clear about the real nature of those foundations, foundations in phenomena which we are quite good at discriminating, we see

Pears, por não descrever em totalidade as atitudes reativas, acaba por deixá-las de fora. Não obstante o fato de mencionar as atitudes reativas, o autor ignora completamente o que elas vêm a ser. Essa é a resposta de Strawson.

As atitudes reativas devem ser compreendidas por meio de algumas perguntas centrais, pois elas são a fixação desses problemas. Assim, deve-se, ao expor as atitudes reativas, perguntar o que elas expressam ao nível metafísico.

A exposição de Pears acertou alguns pontos, mas ignorou completamente o ponto central do que Strawson tem a dizer. Não é possível versar sobre LR sem entender que estamos lidando com uma dinâmica ordinária da moral; que é uma estrutura, mas em movimento. Discorrer sobre a operação dessa estrutura geral é diferente de pensar sobre a generalidade de um conceito sobre essa mesma estrutura, pois para isso pressupõe-se não só uma, mas duas respostas: a da própria estrutura a partir da garantia epistêmica dos mecanismos secundários para avaliar a estrutura primária e a realidade e dinâmica da estrutura primária das nossas imagens do mundo.

A ordem dos problemas não pode ser invertida, pois não é o determinismo ou qualquer outra candidata à tese geral que impõe os limites e as bases para trabalhar os fenômenos morais. Foi exatamente no inverso desse movimento, explicitado por Strawson, que Pears trabalhou, mas para fazer isso, ele teve de ignorar completamente o que consta no artigo LR. Esse problema é de natureza filosófica, e parte da complexidade reside no fato de que frequentemente atribuímos aos modelos teóricos a incumbência de tratar e criticar a realidade, quando, na verdade, eles são apenas exercícios pontuais no tratamento dessas questões, não sendo a própria questão em si - e muitas vezes não conseguem delinear adequadamente o problema em questão.

Aqui defendemos que Strawson pertence ao grupo daqueles que não conhecem o que são os modelos conceituais gerais da realidade. Assim sendo, ele coloca em primazia o valor do problema filosófico primário. Muito embora ele defenda uma estrutura geral moral a partir das virtudes da honestidade e da justiça, tal estrutura não é sobre o próprio conceito geral.

Concluimos a presente seção elucidando o problema da leitura incorreta do que as atitudes reativas são em termos de contexto filosófico, e isso conforme a resposta

equally clearly that no such general doctrine as determinism, in any of its forms, would possibly disturb them. So, it will be seen I agree with the conclusion reached by Professor Pears; but hope to have made its foundations more secure by referring again to the phenomenology of the moral life".

do próprio Strawson. Na próxima seção, iremos avaliar outra perspectiva e veremos se há algo semelhante ou se as atitudes reativas foram suficientemente tratadas teoricamente.

4.3 Michael J. Zimmerman e sua leitura das atitudes reativas

Zimmerman, em seu artigo *Varieties of Moral Responsibility*, volta sua atenção à questão das atitudes reativas. Como ele indica na abertura do artigo, há uma emergente aceleração na pesquisa sobre o tema da responsabilidade moral e que tem resultado em uma (nem sempre positiva e esclarecedora) ampliação dos termos usados para tratar sobre a questão da culpabilidade:

Além disso, essas afirmações são frequentemente formuladas, não em termos de que alguém é moralmente 'responsável', mas sim em termos de que alguém é moralmente 'accountable' ou 'answerable' ou 'appraisable' ou 'liable', do que pode ser moralmente 'attributed' ou 'ascribed' a alguém, e assim por diante. É uma bagunça. (ZIMMERMAN, 2015, p. 45, tradução nossa).

A limpeza que ele pretende fazer é estabelecer uma conexão entre as reações e a responsabilidade, evitando assim problemas de circularidade e vácuo argumentativo.

A posição de Zimmerman é refinada e abarca uma série de considerações pertinentes, no entanto, não é nosso objetivo tratar sobre sua proposta frente às discussões atuais; primeiro porque queremos apenas destacar aquilo que ele descreve sobre a teoria de Strawson, e segundo, porque ele se preocupa muito mais com a dimensão normativa da culpabilidade, enquanto que nossa dissertação está tratando unicamente da posição strawsoniana, que como já destacamos, tem por objetivo tratar a responsabilidade moral no campo não distanciado, ou seja, Strawson está preocupado não em justificar as práticas de castigo, ou oferecer uma adequação entre reação e condenação, mas sim, explicitar e fixar o problema sobre o *como agimos* no nível ordinário, e não sobre o *como devemos agir*. Novamente, a diferença é sutil, mas fundamental para identificarmos a discrepância no modo como Strawson trata a questão e como Zimmerman a aborda.

Zimmerman aponta que a teorização sobre a responsabilidade moral, ao longo das últimas décadas, tem como objeto de discussão a qualidade da vontade de uma pessoa e as atitudes reativas. Aqui entra o nosso autor central, pois foi em seu artigo

LR que ambos os tópicos foram abordados com profundidade. Assim, a discussão sempre se articula direta ou indiretamente sobre o que Strawson trabalhou.

A questão que surge é que alguns pontos da teoria strawsoniana não são evidentes e nos levam a mais problemas. Esse é o diagnóstico que o autor norte-americano corrobora, e é por isso que ele tenta, de modo semelhante ao que Pears fez, completar algumas lacunas.

Ao apresentar as atitudes reativas, e principalmente, ao compará-las com as posições (“bagunças”) atuais, o que resulta é uma certa falha no modo como o conceito de “responsabilidade” e “reação” estão a ser tratados. Diz o autor:

Em seu artigo, Strawson faz referência a uma variedade de atitudes que ele chama de reativas — não apenas ressentimento, mas também outras respostas desfavoráveis, como indignação e remorso, e também respostas favoráveis, como gratidão e certas formas de amor —, bem como práticas, como punição e recompensa, que envolvem essas atitudes. [...]. Ele parece pensar que as atitudes reativas são, de alguma forma, constitutivas da responsabilidade, *mas em nenhum momento ele esclarece exatamente o que essa ideia representa*. Às vezes, ele parece estar dizendo que adotar uma atitude reativa em relação a alguém em relação a algo é considerar essa pessoa responsável de alguma forma por aquilo (ZIMMERMAN, 2015, p. 47, tradução nossa, grifo nosso).

Essa leitura, conforme aponta Zimmerman, cai em um problema, a saber, a circularidade. Não que o próprio Strawson cometa o erro, mas sim, que uma tentativa de justificar a conexão entre *reação* e *responsabilidade* de modo direto, tenderá a cair na circularidade. O movimento se daria da seguinte forma: “(1) alguém ser responsável por algo, x, consiste em que essa pessoa seja responsabilizada por x” (ZIMMERMAN, 2015, p. 47, tradução nossa). Pode-se entender que essa seria uma tendência de conectar o fenômeno por meio de uma pressuposição ontológica, o que seria o mesmo de dizer que o agente é culpável, pois a ação é culpável. A equivalência direta é uma circularidade óbvia. Assim, outras formas de lidar com a natureza da responsabilidade devem ser exploradas, pois a única coisa que se depreende da posição strawsoniana, quando se tenta estabelecer uma conexão entre *reação* e *responsabilidade*, conforme expressa em LR, é a circularidade.

Zimmerman quer resolver o problema, e isso ele faz ao movimentar ambos os tópicos, avaliação da vontade e responsabilidade, para questões de ordem epistêmica e lógica. Cabe ressaltar, como já dissemos, que as atitudes reativas estão sendo colocadas perante a necessidade de justificação procedimental, ou seja, dentro da necessidade de fundamentar a normatividade e a legitimidade da culpabilidade.

A necessidade de verificar uma resposta satisfatória, resulta na segunda possibilidade de adequação: “(2) O fato de alguém ser responsável por x consiste em que essa pessoa seja objeto de alguma atitude reativa em relação a x” (ZIMMERMAN, 2015, p. 47, tradução nossa). Aqui a questão passa a ser abordada por aqueles que tentam realizar uma adequação logicamente fraca entre o acontecimento x e a reação frente a x. O problema em tal posição, segundo Zimmerman, é que há inúmeros exemplos de incompatibilidade interna entre os termos. Podemos imaginar diversos casos em que alguém é considerado responsável sem que seja alvo de alguma atitude reativa.

Uma nova reformulação seria a seguinte: “(3) O fato de alguém ser responsável por x consiste em ser *apropriado* adotar alguma atitude reativa em relação a ele sobre x” (ZIMMERMAN, 2015, p. 48, tradução nossa, grifo nosso). Nessa reformulação entra aquilo que torna algo *apropriado*, ou seja, a questão passa a ser sobre as *razões* para se adotar uma determinada atitude. Assim sendo, a adequação se desloca de uma simetria ontológica, ou de uma imprecisão lógica frente à ambiguidade dos fenômenos, e passa ao exercício epistêmico dos valores. Essa tem sido, conforme cita o autor, a perspectiva mais abraçada e mais debatida sobre o tema da responsabilidade. Há, ainda, outras variações oriundas da ênfase que as recentes pesquisas conferem à adequação entre razões apropriadas e a responsabilidade.

Para Zimmerman, a responsabilidade moral retrospectiva,⁴⁴ tendo por base ambos os tópicos abordados por Strawson, podem ser resolvidos da seguinte maneira: “Necessariamente, alguém é responsável por x se e somente se for apropriado adotar alguma reação em relação a ele sobre x” (ZIMMERMAN, 2015, p. 59, tradução nossa). A base para a problematização dos atos de responsabilização, para Zimmerman, passa a ser uma argumentação cujas bases resultam de uma conexão entre epistemologia e lógica. O restante do artigo alonga e aprofunda essa argumentação. Zimmerman, em sua interpretação, acrescenta:

O termo ‘reação’ é, é claro, pouco ideal, uma vez que há um sentido em que qualquer resposta pode ser considerada uma reação. Então, que tipos de resposta Strawson e outros têm em mente quando falam de atitudes e práticas ‘reativas’? Como eu observei, Strawson fornece exemplos dos tipos de respostas em questão - ressentimento, indignação, gratidão, e assim por

44 Zimmerman, no seu artigo, traça uma diferença entre responsabilidade retrospectiva e responsabilidade prospectiva. A primeira diz respeito às ações cometidas, a segunda sobre um compromisso que se assume como um agente participativo, por exemplo, um salva-vidas tem a responsabilidade de zelar pela segurança dos banhistas.

diante - mas o que exatamente une essas respostas como 'reações', como estando relacionadas a julgamentos de responsabilidade em particular, em oposição a algum outro tipo de julgamento avaliativo? Infelizmente, a resposta não é completamente clara (ZIMMERMAN, 2015, p. 52, tradução nossa).

Em outra passagem Zimmerman diz que:

O problema, porém, é que aqueles que têm um pé no segundo campo relevante (ainda) não nos disseram em que consiste a culpa no sentido relevante. Tal como Strawson, ou falam de 'atitudes reativas' (e práticas associadas) em geral, ou invocam exemplos particulares de tais atitudes (ressentimento etc.) *sem explicar o que as une*, ou falam em termos de "desaprovação" ou 'censura' e coisas do gênero, que, sem qualificação, são demasiado abrangentes, na medida em que cobrem respostas desfavoráveis que vão muito além do tipo de reação desfavorável que é suposto marcar a culpabilidade moral em particular. Isto não é um progresso. Continuamos sem uma análise geral da culpa, uma análise que sirva para a distinguir de outros tipos de reações desfavoráveis (ZIMMERMAN, 2015, p. 53, tradução nossa, grifo nosso).

O empreendimento do autor norte-americano é a resultante de sua leitura e interpretação de LR. E como ele expõe, não é só sua leitura, mas uma ampla teorização que está assentada sobre a temática a qual Strawson sintetizou em seu famoso artigo.

Se o seu empreendimento fosse apenas oferecer uma correta teorização sobre a normatividade a partir de reações e responsabilização, o seu artigo poderia continuar em nossas discussões sem grandes problemas. Porém, o que ele fez, foi trazer uma série de afirmações sobre a perspectiva strawsoniana, o que, como um momento lógico, é a base para o restante de sua teorização. Assim, podemos fazer uma cisão na leitura de seu artigo, ou seja, como o autor edifica dois momentos distintos, a saber, uma interpretação da teoria de Strawson e a posterior solução ao problema subjacente a tal interpretação, então nós podemos isolar o segundo momento, e centralizar nossa atenção no primeiro.

A interpretação de Zimmerman sobre as atitudes reativas é muito influente, pois parece expor a natureza dos desacordos e variações que se originaram da posição strawsoniana nas últimas décadas. Zimmerman faz parecer que a partir de LR, teoricamente caímos em um vácuo, uma falta de resposta sobre o que conecta responsabilidade e reação, ou entre responsabilidade e censurabilidade. Pior, se tal conexão for feita, ela cairá em circularidade, ou passará a ser uma coisa divisível e incerta.

Podemos afirmar que na interpretação de Zimmerman sobre as atitudes reativas e a responsabilidade, Strawson: “parece pensar que as atitudes reativas são, de alguma forma, constitutivas da responsabilidade, *mas em nenhum momento ele esclarece exatamente o que essa ideia representa*” (ZIMMERMAN, 2015, p. 47, tradução nossa, grifo nosso). Essa afirmação de Zimmerman, ou está certa, ou ele não entendeu a fixação do problema e no que ele consiste, segundo Strawson.

Em outra passagem, Zimmerman faz, como já foi exposto, a seguinte afirmação: “Então, que tipos de resposta Strawson e outros têm em mente quando falam de atitudes e práticas “reativas”? [...]. Infelizmente, a resposta não é completamente clara” (ZIMMERMAN, 2015, p. 52, tradução nossa). Strawson não oferece nenhuma resposta à questão sobre como sentimentos reativos e os atos se conectam?

Se a posição de Zimmerman sobre o vácuo e a circularidade resultante da posição strawsoniana reside nessa interpretação, então temos três possibilidades: ou Zimmerman está correto e identificou o que realmente está faltando em LR, tornando tudo o que dissemos até aqui uma confusão conceitual; ou ele não entendeu o artigo LR, mas sua crítica acerta por sorte; ou ele errou completamente, uma vez que a resposta que ele procura já foi abordada pelo próprio Strawson.

A próxima seção será nossa resposta a essas questões.

4.4 Resposta a Michael J. Zimmerman

Agora, para o nosso propósito, queremos somente trazer a questão: a interpretação de Zimmerman abarca corretamente o que Strawson disse sobre a moralidade? Tendo em mente o que já tratamos até aqui, se torna evidente que a resposta é negativa. Podemos apontar que em uma série de passagens, Zimmerman busca dar um tratamento sobre uma série de questões que ele não entendeu.

A acusação de circularidade parece colocar em xeque a perspectiva de Strawson, mas essa é uma aparência que se desfaz rapidamente, mesmo quando se está trabalhando em uma perspectiva normativa.⁴⁵ Não é necessário defender uma ou outra perspectiva, pois o ponto central é que a argumentação de Zimmerman se baseia, primeiramente, em uma interpretação e, em segundo lugar, em uma

⁴⁵ Para Peels (2016), a acusação de circularidade no argumento de Strawson falha por redução da questão sobre o que é ser responsável.

necessidade. Quanto a esta última, é essencial abordarmos a responsabilidade de maneira normativa, compreendendo suas implicações na avaliação retrospectiva de nossas ações, o que exige um conjunto coerente entre valoração, padrões epistêmicos e outros fatores. Não é necessário enfrentar a segunda afirmação, mas em relação à primeira questão, as implicações são evidentes. Ou Strawson errou ao definir como devemos responsabilizar (como responder à pergunta: o que é ser responsável por um ato pretérito?), ou então, o filósofo londrino está lidando com um pseudoproblema

Nossa posição leva a conclusão de que Zimmerman deixou de fora todas as considerações sobre as atitudes reativas.

Essa resposta é a mesma que Strawson deu a Pears. É possível descrever as atitudes reativas, a responsabilidade e a moralidade, dentro do artigo LR, sem realmente descrever ou entender ao que esses conceitos remetem.

Em uma incompreensão ainda mais evidente que a de Pears, Zimmerman afirma que é difícil entender o que as atitudes particulares e a responsabilidade têm em comum (ZIMMERMAN, 2015, p. 47). No entanto, ele propõe uma série de correções e reformulações em relação ao lugar que a reação e a responsabilidade devem ocupar em uma teoria. O que mais chama nossa atenção é que ele deixa escapar que a responsabilidade não é uma prática isolada em LR; ela está intrinsecamente relacionada ao compromisso primário com a moralidade. Em outras palavras, a *responsabilidade moral* é um problema filosófico, pois o primeiro termo (responsabilidade) só pode ser entendido fenomenologicamente pela teoria do segundo termo (moral), através da pergunta: qual é o nosso interesse pela moralidade? (STRAWSON, 2015b, p. 279).

Se Zimmerman não entende o que liga um termo ao outro, é porque ele não compreendeu o lugar que as virtudes da honestidade e justiça possuem na estrutura strawsoniana. E o que é mais grave, nem mesmo os termos “*atitudes reativas*” estão sendo abordados dentro daquilo que Strawson considera ser a estrutura de nossas relações. Sem esse pano de fundo, não se compreende que Strawson não está trabalhando a responsabilidade moral no famoso *campo das contendias* sobre a justificação da culpabilidade em seu correto, ou adequado, emprego. A natureza dessa justificação, como busca Zimmerman, visa uma correlação formal secundária, baseada na distância metafísica de nossa base moral. Já Strawson coloca o problema de que a responsabilidade é exercitada - de modo semelhante à nossa linguagem

ordinária - na esfera primária de nossas imagens ideais de vida, e é na esfera da moralidade que estabelecemos um mútuo interesse geral na reciprocidade de certas demandas para a ação. A justificação para isso emerge de sua visão filosófica, na qual a responsabilidade deve ser entendida em sua correlação triádica.

Em resumo, o Strawson de Zimmerman não é o Strawson de LR e MS. O Strawson de Zimmerman não é o mesmo que tenta reinterpretar os problemas fundamentais da filosofia dentro de seu contexto analítico, e que pontua que há uma lacuna epistêmica na justificação formal e epistêmica dos nossos compromissos e interesses mais básicos na moralidade.

Zimmerman pontua muito bem que há uma confusão e uma crescente ramificação sobre o tema das reações e responsabilidade. Está correto ao afirmar que, para tratar desse problema, introduziu-se uma série de novos termos e referências com base em novas abordagens. No entanto, ele cai no mesmo erro.

Uma leitura cuidadosa e precisa da obra de Strawson não apenas nos leva a um problema genuíno, mas também nos proporciona, seguindo os moldes de Wittgenstein, uma ferramenta para a limpeza conceitual e uma abordagem terapêutica filosófica, poupando-nos horas de estudos e leituras equivocadas sobre o problema e suas argumentações.

Zimmerman ainda poderia dizer algo, a saber, que a partir de tudo o que escrevemos em nossa dissertação o argumento de Strawson é sim circular. Perante tal apontamento e a partir do que expomos, de fato, o argumento de Strawson é circular, mas tal circularidade se dá por três bases, que são historicamente um problema de ordem metafísica, ou seja, a circularidade não está no conceito geral de responsabilidade e sua empregabilidade, como Zimmerman defende, mas sim, na estrutura que rege e sustenta nossas reações morais interessadas.

O argumento de Zimmerman erra pois ele força uma conexão entre: avaliação da vontade e responsabilidade. O que de fato é uma boa questão, mas não é esse o formato do problema para Strawson. Não dá para pensarmos a responsabilidade, em LR, de modo estrito, um evento x e uma reação x; isso é apenas uma aparência. O que Strawson se esforça em descrever é que não nos relacionamos assim. Para entendermos como responsabilizamos é necessário investigar o nosso interesse na moralidade e no que ela consiste; portanto, a responsabilidade é moral.

4.5 Uma reinterpretação

Ao longo de toda a dissertação, concentramo-nos em introduzir e analisar o contexto dos artigos LR e MS. Apresentamos visões opostas e interpretações sobre o que comumente se entende sobre as atitudes reativas e, assim como Strawson, destacamos que essas leituras deixaram escapar o cerne do problema. Indicamos que precisamos, dentro da pesquisa teórica, introduzir a argumentação do artigo LR de forma abrangente, para que nossa perspectiva não seja construída sobre a areia.

Chegamos até aqui com mais perguntas do que respostas, e algumas delas podem nos levar a lugares de fato problemáticos. Fica a necessidade de se ampliar a leitura dos escritos de Strawson, explorando ainda mais o que a reponsabilidade moral, a lógica, a ontologia e a metafísica descritiva têm em comum. Essas questões foram aqui conectadas de maneira introdutória e, se essas perguntas se tornaram relevantes, é porque de fato conseguimos alcançar o nosso objetivo: o de defender que uma leitura correta de LR e MS nos coloca perante a fixação de problemas clássicos da filosofia.

O ponto principal, o de contribuir com a recepção da obra strawsoniana, é, sem dúvida, nosso intuito central, pois o autor londrino nos auxilia como poucos a obter uma visão mais ampla da questão moral. Com base em toda a contextualização apresentada, afirmamos o seguinte: frente aos problemas filosóficos, só podemos fazer reinterpretações, e metodologicamente o fazemos a partir da base dos nossos conceitos (WILLIAMSON, 2018, p. 39).

Reinterpretar é oferecer novas ferramentas para tratar da questão, é destruir pseudoproblemas, é apontar para novos problemas e conectar e reconectar dados, linguagens e fenômenos. Ou seja, apenas interpretar um autor ou um artigo não é o suficiente; precisamos ter em mente a estrutura que estabelece a questão. E quando houver um conceito candidato à generalidade, é necessário colocar a pergunta sobre como ele se origina a partir dos limites do nosso conhecimento. Assim, podemos ter duas atitudes: nos contentar com a exemplificação de um termo a partir de um fenômeno, ou buscar a definição desse fenômeno. Strawson nos levou, ao reinterpretar autores como Platão, Aristóteles, Hume, Kant e Wittgenstein, novamente a essa simples necessidade. Qualquer que seja o conceito, ele se assenta em uma série de compromissos para os quais somente a filosofia pode lançar as perguntas.

Se hoje há uma ramificação e confusão dentro do campo da responsabilidade moral, como bem indica Zimmerman, em grande parte é devido à uma discordância puramente verbal. Como diz corretamente Williamson:

Muitos filósofos têm esperado tornar a filosofia menos controversa, esclarecendo termos e escapando de argumentos fúteis e travados. Talvez as disputas sejam meramente verbais. Se uma pessoa diz: 'A temperatura é de 0 graus' e outra responde: 'Não, são 32 graus', eles podem pensar que estão discordando, mas se o primeiro interlocutor se refere a graus Celsius e o segundo a graus Fahrenheit, existe um acordo subjacente sobre a temperatura. Da mesma forma, quando o filósofo A diz: 'Temos livre-arbítrio' e o filósofo B responde: 'Não temos livre-arbítrio', a aparência verbal de uma disputa pode encobrir um acordo subjacente, se eles atribuírem significados diferentes a 'livre-arbítrio'. Se percebermos uma ambiguidade, podemos resolvê-la introduzindo termos separados com os significados diferentes, talvez 'livre-arbítrio-A' para o que A significa e 'livre-arbítrio-B' para o que B significa (se não conseguirmos pensar em algo melhor). Assim, tanto A quanto B podem afirmar felizes: 'Temos livre-arbítrio-A, mas não temos livre-arbítrio-B', sem parecerem discordar. Cada lado obtém o que deseja (WILLIAMSON, 2018, p. 38, tradução nossa).

Nossa reinterpretação, referente ao artigo LR, é uma necessidade de ler Strawson a partir de sua perspectiva terapêutica (positiva), pois o surgimento de inúmeros termos para a responsabilidade moral a partir de uma leitura equivocada do autor londrino, tem por resultado uma primazia pragmática e empirista dos mecanismos psicológicos implícitos aos nossos comportamentos. Não que tal empreendimento, o de responder o que é agir moralmente e qual é o nosso interesse na moralidade, não terão melhores considerações, abordagens, e melhores tratamentos a partir de nossas ciências; mas o otimismo utilitarista, e a tentativa desesperada de seus opositores de escapar a essa visão aparentemente robusta – e que se coloca no limiar de uma nova era – estão a nos levar para longe da questão e da origem dos problemas. Basta lembrarmos que o problema para a epistemologia (antiga, medieval e moderna) se estabeleceu a partir da justificação do quinto postulado de Euclides.

Ainda estamos a discutir nossa cosmologia, a nossa posição e o local dos fenômenos, bem como a base pela qual nossos conceitos se originam.

A reinterpretação que defendemos é da leitura de Strawson a partir da fixação do problema. Ou seja, o que estamos fazendo desde as primeiras páginas - a chave de leitura que nos serviu como exposição de sua obra -, é uma reinterpretação de Strawson que remete a Heráclito e Parmênides, sobre a questão para o conhecimento

e a verdade, que se dão por dois elementos, *aisthésis*⁴⁶ e *lógos* (COSTA, 2021, p. 127).

Strawson apenas reorientou o tema da responsabilidade moral, marcado por um dualismo entre nominalistas e realistas, para a fonte filosófica. Assim, podemos e devemos reinterpretar a metafísica e aplicar as correções oriundas das novas descobertas e aprimoramentos de nossa observação dos fenômenos físicos - e do sucesso das abordagens das geometrias não euclidianas. Mas não há nenhuma razão para desconsiderarmos as questões metafísicas. O ajuste está na formulação conceitual, e não na base dos conceitos, pois esta ainda nos é inacessível. Portanto, em Strawson, a metafísica passa a ser descritiva; mas ainda é metafísica. As questões sobre a estrutura geral de nossa moralidade são metafísicas.

Referente à responsabilidade moral, o artigo LR não tem por foco refutar uma ou outra posição sobre a tese do determinismo, mas sim mostrar que estas são candidatas a respostas metaéticas, pois estão tratando de um compromisso triádico. No entanto, para termos essa reinterpretação, é necessário entendermos seu apelo à metafísica:

Podemos concordar, então, que construímos nossa imagem única do mundo, de coisas particulares e de acontecimentos, sem nos preocuparmos com as possibilidades de reduplicações maciças, contentes, às vezes, com as localizações mais toscas das situações dos objetos dos quais falamos, [...]. Fazemos isso de maneira muito racional, confiantes em uma determinada comunidade de experiência e de Fontes de instrução. Contudo, construímos uma imagem única, uma estrutura unificada, na qual nós mesmos temos um lugar e na qual cada elemento é pensado como direta ou indiretamente relacionada a cada um dos outros; e a armação da estrutura, o sistema de relações comum e unificador, espaço temporal. Por meio de referências identificadoras, ajustamos as histórias os relatos das outras pessoas, junto com os nossos próprios, na história única sobre a realidade empírica; esse ajuste mútuo, essa conexão, repousa em última instância no relacionar os particulares que figuram nos relatos ao sistema espaço temporal único que nós mesmos ocupamos (STRAWSON, 2019a, p. 40-41).

Assim, a partir de Strawson, afirmamos que teorizar sobre a responsabilidade moral envolve o tratamento da estrutura do conhecimento e da realidade que nos envolve, a adequação ordinária da linguagem que a torna intersubjetiva, bem como o exercício interessado no mútuo ajuste e manutenção dessa estrutura. Isso garante não só nossa coparticipação, mas também a possibilidade de ler a realidade a partir de um local comum.

⁴⁶ *Aisthésis* significa "sensação".

Que há conflitos e dilemas morais, não restam dúvidas, assim como não há dúvidas de que os nossos sentidos nos enganam e que estabelecer a base do exercício do *lógos* ainda é um desafio. Portanto, a moralidade está inserida na mesma categoria de problemas acerca do que de fato conhecemos, como podemos conhecer e o que realmente é a realidade. E, mais do que isso, a moralidade manifesta aqui, agora, e em toda parte esses problemas.

5 CONCLUSÃO

Existem problemas que antecedem as questões teóricas sobre o determinismo e a liberdade? Este trabalho conclui que sim.

Antigamente dizer isso era descrever uma questão extremamente ampla em um formato curto, porém, recentemente se faz necessário escrever muito para se abordar uma pequena coisa, e isso quando o autor é competente em seu

empreendimento. Talvez aqui resida parte de nossa dificuldade contemporânea em abordar de modo proficiente e sincero questões que são anteriores às nossas crenças. Para evitar cair em um dogmatismo, formamos nós mesmos uma série de pressuposições igualmente dogmáticas, com a desvantagem de que ela resulta em toda sorte de variações conceituais imprecisas, mas que buscam sustentação em uma perspectiva da matematização dos problemas morais. Ao invés de seguir em frente, abandonando tudo que parece mais impreciso e obscuro, Strawson resolve caminhar pelos clássicos e “dizer” aos seus contendores: há perguntas em aberto que se forem reformuladas colocarão os atuais conceitos perante problemas que não estamos a responder, mas a ignorar. E certas perguntas não podem ser ignoradas quando elas estão na base de nossos conceitos.

Dizer não saber a definição de um conceito é algo que implica em uma série de considerações metafísicas. Somente isso seria o suficiente para entendermos que a responsabilidade moral, e os conceitos que dela tratam, foram redirecionadas para questões que a analítica ainda não ofereceu respostas definitivas. Assim, os conceitos ou respondem perguntas ou as eliminam por estas não terem valia, ou por se originar de uma confusão que ele, o conceito, acaba de clarificar ao provar que algo é estático e não móvel, ou que aquilo que era considerado sólido na verdade não passa de uma fantasia. A filosofia natural, principalmente pós Newton, e a recente filosofia analítica foram competentes em enfrentar os dogmatismos, em fazer uma terapêutica e evitar cair na confusão dos nossos paralelismos gramaticais. Mas uma coisa é usar uma ferramenta, outra é querer reduzir a realidade a ela.

Se a perspectiva da responsabilidade moral de Strawson está certa ou errada é uma questão muito mais complexa do que comumente tem sido exposta pelos recentes pensadores. Strawson exige uma resposta às questões triádicas. E os melhores candidatos que se apresentaram para respondê-lo, estão a utilizar uma série de termos formais que, segundo Strawson, se sustentam no nosso uso mais informal. E essa linguagem ordinária não se explica pelos nossos modelos, pois ela é a condição anterior para a formulação do conceito; é como imaginar um círculo, um triângulo, e começar a construir um mundo físico a partir dessa imagem para a qual ainda não temos explicação, e que inclusive é ponto de origem do nosso *lógos* filosófico.

Podemos discordar de Strawson? Claro, o mesmo foi feito com autores que sugeriram o que ele sugeriu, como Heráclito, Parmênides, Platão, Aristóteles, por

exemplo. Mas não podemos esquecer que não apenas refutamos um autor, respondemos a uma pergunta. E quem de fato conseguiu responder de modo indubitável qualquer questão filosófica?

Há uma maneira de abordar, criticar e se opor a Strawson, mas isso envolve entender a pergunta e o local para o qual ele move sua teorização.

Em nossa dissertação apresentamos o como isso ocorre, o que está por trás de seu interesse na moralidade. Também apresentamos a razão pela qual seus críticos gastaram inúmeras páginas sem ao menos ter claro o que o autor londrino considera ser o problema.

Aqui concluímos nossa dissertação, e esperamos que ela contribua para uma ampliação e reinterpretação do problema da responsabilidade moral, para muito além daquilo que aqui foi abordado.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, M. P. F. Strawson, Moral theories and the ‘problem of blame’: ‘freedom and resentment’ revisited. **Aristotelian Society Supplementary**, v. 95, n. 1, p. 183–203, 2021.

BERGMANN, G. Strawson’s Ontology. **The Journal of Philosophy**, v. 57, n. 19, p. 601–622, 1960.

BROWN, Clifford. **Strawson**. Stocksfield: Ed. Acumen, 2006.

COSTA, A. **Heráclito**: Fragmentos Contextualizados / Heráclito de Éfeso. Tradução estudo e comentários Alexandre Costa. São Paulo: Odysseus, 2021.

CUYPERS, S. The Strawsonian and Ledger Conception of Moral Responsibility. **Ideas y Valores**, v. 68, n. 171, p. 231–249, 2019.

DRIVER, Julia. Appraisability, Attributability, and Moral Agency. *In*: CLARKE, Andolph; MCKENNA, Michael; SMITH, A. A. M. **The nature of moral responsibility: new essays**. New York: Oxford University Press, p. 157-175, 2015.

DUTRA, L. H. de A. **Introdução à epistemologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

GLOCK, Hans-Johan. **O que é a filosofia analítica?** Tradução Roberto Hofmeister Pich. Porto Alegre: Penso, 2011.

GLOUBERMAN, M. Doctrine and Method in the Philosophy of P. F. Strawson. **Philosophy and Phenomenological Research**, [s. l.], v. 36, p. 364, 2006.

HACKER, P. M. S. **Wittgenstein's Place in Twentieth-Century Philosophy**. Oxford: Blackwell, 1996.

HAHN, L.E.(Ed.) **The Philosophy of P.F. Strawson**. Illinois: The library of living philosophers, v. 26, 1998.

HIERONYMI, Pamela. **Freedom, Resentment, and the Metaphysics of Morals**. Princeton: Princeton University Press, 2020.

HUME, D. **Tratado da natureza humana**: Uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

IN CONVERSATION: PETER FREDERICK STRAWSON (1992). [S. l.: s. n.], 2019. (1:04:43). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=clo2FRReysBI>. Acesso em: 28 jul. 2023.

JONATHAN E. Adler. Constrained Belief and the Reactive Attitudes. **Philosophy and Phenomenological Research**, [s. l.], v. 57, p. 891-905, 1997.

LAZEROWITZ, M. A Note on 'Metaphilosophy'. **Metaphilosophy**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 91–91, 1970.

LEVY, N. **Bad Beliefs: Why They Happen to Good People**. New York: Oxford University Press, USA, 2022.

MACNAMARA, C. Reactive Attitudes as Communicative Entities. **Philosophy and Phenomenological Research**, [s. l.], v. 90, n. 3, p. 546–569, 2013.

MILAM, P.-E. Reactive attitudes and personal relationships. **Canadian Journal of Philosophy**, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 102–122, 2016.

MOORE, G. E. **Some Main Problems of Philosophy**. New York: Routledge, 2013.

NAPOLI, R. B. Livre-arbítrio e responsabilidade: a naturalização da responsabilidade de P. F. Strawson. **Ethic@**, v. 8, p. 73-88, 2009.

NOWELL-SMITH, P. Freewill and Moral Responsibility. **Mind**, vol. 57, no. 225, p. 45-61, 1948.

NUNES, Cristina de Moraes. Atitudes reativas e responsabilidade moral. *In*: CONTE, Jaimir; GELAIN, Itamar Luís (org). **Ensaio sobre a filosofia de Strawson**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2015. 300p.

PATRICK, Todd. Strawson, Moral Responsibility, and the “Order of Explanation”: An Intervention. **Ethics**, v. 127, n. 1, p. 208-240, 2016.

PEARS, D. F. Strawson on Freedom and Resentment. *In*: **The philosophy of P.F. Strawson**. Chicago: Open Court, 1998, p. 245–259.

PEELS, R. **Responsible Belief: A Theory in Ethics and Epistemology**. New York, NY: Oxford University Press, USA, 2016.

PORTA, M. A. G. **A filosofia a partir de seus problemas**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

RÉE, Paul. **A origem dos Sentimentos Morais**. Tradução de André Itaparica, Clademir Araldi. São Paulo: Ed. Unifesp, 2018.

RIBEIRO, Nuno. Goethe, Spengler e a morfologia da linguagem em Wittgenstein. **Griot: Revista de Filosofia**. Amargosa: Bahia, v.15, n.1, jun. 2017.

RUSSELL, P. Strawson’s Way of Naturalizing Responsibility. **Ethics**, [s. l.], v. 102, n. 2, p. 287–302, 1992.

SANTOS, J. T. **Da natureza**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

STRAWSON, G. The Impossibility of Moral Responsibility. **Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition**, [s. l.], v. 75, n. 1/2, p. 5–24, 1994.

STRAWSON, P. F. **Ceticismo e Naturalismo: Algumas variedades**. Tradução Jaimir Conte. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2008.

_____, P. F. **Freedom and Resentment**. London: Methuen, 1974.

_____, P. F. **Indivíduos: um ensaio de metafísica descritiva**. Tradução Plínio Junqueira Smith. São Paulo: Ed. Unesp, 2019a.

_____, P. F. Liberdade e ressentimento. *In*: CONTE, J.; GELAIN, I. L. (org.). **Ensaio sobre a filosofia de Strawson**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015a, p. 245–269.

_____, P. F. Moralidade social e ideal individual. *In*: CONTE, Jaimir; GELAIN, Itamar Luís (org). **Ensaio sobre a filosofia de Strawson**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2015b, p. 271-289.

_____, P. F. On Referring. **Mind**, 59, 1950. *In* **P. F. Strawson, Logico- Linguistic Papers**. London: Methuen, 1971a.

_____, P. F. Reply to David Pears. *In: The philosophy of P.F. Strawson*. Chicago: Open Court, 1998. p. 259–263.

_____, P. F. Social Morality and Individual Ideal. *Philosophy*, [s. l.], v. 36, n. 136, p. 1–17, 1961.

_____, P. F. Um fragmento de autobiografia intelectual. *in: GELAIN, I. L. (org.). P. F. Strawson e a Tradição Filosófica*. Tradução Jaimir CONTE. Porto Alegre: Fi, 2019b. *E-book*. Disponível em: <https://l1nq.com/hSZVc> Acesso em: 17 jul. 2023.

_____, P. F. **Análise e metafísica**: uma introdução à filosofia. Tradução de Armando Mora de Oliveira. São Paulo: Discurso Editorial, 2002. Título original: analysis and metaphysics: an introduction to philosophy.

_____, P. F. **Philosophical Writings**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

_____, P. F. **The Philosophy of P. F. Strawson**. Chicago: Open Court, 1999. v. XXVI

_____, P. **The Bounds of Sense**: An Essay on Kant's Critique of Pure Reason. 1. ed. New York: Routledge, 2018.

WALLACE, R. J. **Responsibility and the moral sentiments**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1994.

WALLER, B. N. **Against Moral Responsibility**. Massachusetts: The MIT Press, 2011.

WILLIAMSON, T. **Doing Philosophy**: From Common Curiosity to Logical Reasoning. Oxford: Oxford University Press, 2018.

ZIMMERMAN, M. J. Varieties of Moral Responsibility. *In: CLARKE, R.; MCKENNA, M.; SMITH, A. M. (org.). The Nature of Moral Responsibility: New Essays*. New York: Oxford University Press, 2015, p. 45-64.